



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**  
**MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

**MIRIA RAQUEL DA ROCHA**

**LIMITES E DESAFIOS DO ACESSO AO ALIMENTO AGROECOLÓGICO:  
A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA COMO ESTRATÉGIA DE  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

PELOTAS/RS

2019

**MIRIA RAQUIEL DA ROCHA**

**LIMITES E DESAFIOS DO ACESSO AO ALIMENTO AGROECOLÓGICO:  
A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA COMO ESTRATÉGIA DE  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof.º Dr.º Tiago de Garcia Nunes  
Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Aline Mendonça dos Santos

PELOTAS/RS

2019

R672I Rocha, Miria Raquel da  
Limites e desafios do acesso ao alimento agroecológico : a  
Feira Virtual Bem da Terra como estratégia de comercialização  
solidária / Miria Raquel da Rocha. - 2019.  
176 f.

Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos  
Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, 2019.

Orientador: Tiago de Garcia Nunes.

Coorientadora: Aline Mendonça dos Santos.

1. Agroecologia. 2. Economia solidária. 3. Grupos de  
consumo responsável. 4. Feira Virtual Bem da Terra. I. Nunes,  
Tiago de Garcia. II. Santos, Aline Mendonça dos. III. Título.

CDD 361.6

Catálogo na fonte: Bibliotecária Jetlin da Silva Maglioni CRB-10/2462

MIRIA RAQUIEL DA ROCHA

**LIMITES E DESAFIOS DO ACESSO AO ALIMENTO AGROECOLÓGICO:  
A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA COMO ESTRATÉGIA DE  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Tiago de Garcia Nunes (Orientador) – UCPEL

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Mendonça dos Santos (Coorientadora) -  
UCPEL

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristine Jaques Ribeiro – UCPEL

Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes – UFPEL

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço especialmente a Deus por ter me dado força para conseguir chegar até aqui; a minha família pelo amor a mim demonstrado, especialmente minha mãe, Delma e meu pai Silmo, (que não se encontra mais aqui, mas estará eternamente na minha memória e no meu coração); meus irmãos Elezzer, Isabel, Sérgio e Landa; meus cachorros Thor e Pretinha; àqueles professores queridos que compartilharam comigo seus conhecimentos, vivências e afetos, principalmente a professora Cristine e o professor Lúcio, pelas contribuições a este trabalho; aos meus amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, especialmente Beatriz e Tchê; e a Universidade Católica de Pelotas.

Por fim, agradeço muito aos meus orientadores Tiago e Aline que inicialmente aturaram meus sentimentos de angústia e ansiedade, que por fim se transformou em confiança e alegria. Tenho profundo carinho e admiração por estes profissionais, pois suas trajetórias são de luta por uma sociedade mais justa e solidária.

## RESUMO

ROCHA, Miria Raquiel da. Limites e desafios do acesso ao alimento agroecológico: a Feira Virtual Bem da Terra como estratégia de comercialização solidária. 2019. Dissertação – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2019.

A agricultura mundial passou por inúmeras transformações ao longo do tempo devido à imposição da Revolução Verde, seguida pelo processo de mundialização do capital. Nos lugares em que essa Revolução se impôs, por meio da mecanização, produziu a expulsão de milhares de famílias, pelos insumos químicos do pacote tecnológico (fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas); também promoveu a devastação de diversos biomas, degradou os solos, poluiu as águas e contaminou os alimentos. Com o avanço do capital financeiro ocorreu a solidificação e o aprofundamento da hegemonia das grandes corporações transnacionais do setor agroalimentar mundial, distanciando quem produz e quem consome, consolidando o processo de subordinação e dependência da agricultura à lógica do capital (lucro) e acarretando graves consequências para ambos. Com o agronegócio este processo acentuou-se; o objetivo dos empresários, donos de grandes latifúndios, é a prática da monocultura para exportação de *commodities*, o que torna o alimento uma mercadoria. Esse processo se torna especialmente perverso nos países do Sul Global, que mais sofrem as consequências desse sistema, pois tem seus recursos e trabalhadores explorados para exportar para os países avançados economicamente. Porém, apesar desse cenário desanimador, surgiram diferentes formas de produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos, ao mesmo tempo em que o consumidor ganha centralidade nesse processo. Este trabalho analisou os limites e desafios no acesso ao alimento agroecológico a partir da comercialização da Feira Virtual Bem da Terra, que consiste em um Grupo de Consumo Responsável, articulando produtores e consumidores. A pesquisa consiste em um estudo crítico de natureza qualitativa e exploratória que combinou pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica, com estratégias metodológicas participativas como a observação participante. O resultado apontou que a experiência da Feira contribui para o acesso ao alimento agroecológico para a maioria dos consumidores ativos, pois eles manifestaram atingir de maneira fácil a cota mínima de consumo por trimestre e uma considerável parcela deles consome alimentos da Feira todos os ciclos. No entanto, para a população dos bairros periféricos, este acesso ainda é bastante limitado, necessitando sua expansão. Ademais, constatou-se que os atores envolvidos na dinâmica da Feira são, em grande parte, críticos, responsáveis e comprometidos com o processo de autogestão. Portanto, a FVBTD é uma experiência, dentre outras tantas em construção, que explicita outra forma de produção e consumo, que visa a transformação social através da redução das desigualdades e das injustiças sociais.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Economia solidária; Grupos de Consumo Responsável; Feira Virtual Bem da Terra.

## RESUMEN

ROCHA, Miria Raquiel da. Límites y desafíos del acceso a los alimentos agroecológicos: la Feria Virtual Bem da Terra como estrategia solidaria de marketing. 2019. Disertación - Universidad Católica de Pelotas, Pelotas, 2019.

La agricultura mundial ha sufrido numerosas transformaciones a lo largo del tiempo debido a la imposición de la Revolución Verde, seguida del proceso de globalización del capital. Donde se impuso esta Revolución, a través de la mecanización, causó la expulsión de miles de familias por insumos químicos del paquete tecnológico (fertilizantes químicos, pesticidas y semillas transgénicas); También promovió la devastación de varios biomas, suelos degradados, contaminado las aguas y alimentos contaminados. Con el avance del capital financiero, la hegemonía de las grandes corporaciones transnacionales del sector agroalimentario mundial se ha solidificado y profundizado, distanciando a los que producen y a los que consumen, consolidando el proceso de subordinación y dependencia de la agricultura a la lógica del capital (ganancias) y causando graves consecuencias para ambos. Con los agronegocios este proceso se ha acentuado; El objetivo de los dueños de negocios, dueños de grandes propiedades, es la práctica del monocultivo para exportar productos, lo que hace de los alimentos un producto básico. Este proceso se vuelve especialmente perverso en los países del Sur Global, que sufren más las consecuencias de este sistema, ya que tiene sus recursos y trabajadores explotados para exportar a países económicamente avanzados. Sin embargo, a pesar de este escenario desalentador, han surgido diferentes formas de producción, comercialización y consumo de alimentos agroecológicos, mientras que el consumidor gana centralidad en este proceso. Este documento analizó los límites y desafíos para acceder a los alimentos agroecológicos desde la comercialización de la Feria Virtual Bem da Terra, que consiste en un Grupo de Consumo Responsable, que articula a productores y consumidores. La investigación consiste en un estudio crítico de naturaleza cualitativa y exploratoria que combina la investigación bibliográfica, la investigación documental y la investigación empírica, con estrategias metodológicas participativas como la observación participante. El resultado señaló que la experiencia de la Feria contribuye al acceso a los alimentos agroecológicos para la mayoría de los consumidores activos, ya que han demostrado alcanzar fácilmente la cuota mínima de consumo por trimestre y una parte considerable de ellos consume alimentos justos en cada ciclo. Sin embargo, para la población de los barrios periféricos, este acceso aún es bastante limitado, lo que requiere su expansión. Además, se descubrió que los actores involucrados en la dinámica de la Feria son en gran medida críticos, responsables y comprometidos con el proceso de autogestión. Por lo tanto, el FVBTD es una experiencia, entre muchas otras en construcción, que explica otra forma de producción y consumo, que apunta a la transformación social a través de la reducción de las desigualdades e injusticias sociales.

**Palabras clave:** agroecología; Economía solidaria; Grupos de consumo responsable; Feria Virtual Bien de la Tierra.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Avaliação dos preços, cota mínima e forma de pagamento.....	128
Gráfico 2: Renda pessoal (bolsa, mesada, salário, etc.).....	128
Gráfico 3: Bairro.....	131
Gráfico 4: Escolaridade.....	133
Gráfico 5: Motivo decisivo para ingressar na FVBBDT.....	134
Gráfico 6: Profissão.....	135
Gráfico 7: Os produtos têm qualidade?.....	136
Gráfico 8: Dificuldades para se adaptar à dinâmica da Feira.....	137
Gráfico 9: Avaliação do espaço físico da Feira.....	137
Gráfico 10: Avaliação da plataforma Cirandas.....	138
Gráfico 11: Avaliação da Autogestão.....	138
Gráfico 12: Avaliação das atividades formativas internas .....	139
Gráfico 13: Principal canal de aproximação com a FVBBDT.....	139
Gráfico 14: Avaliação da divulgação da FVBBDT.....	140
Gráfico 15: Produtos mais importantes na FVBBDT.....	141
Gráfico 16: Confiança nas informações transmitidas pelos produtores da FVBBDT.....	142
Gráfico 17: Avaliação dos Processos de Formação da FVBBDT.....	142
Gráfico 18: Envolvimento do consumidor na Feira.....	143
Gráfico 19: Orientação política dos consumidores.....	144

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo da RBDT.....	96
Figura 2: Estrutura da Rede Bem da Terra e dos atores que a compõem.....	97
Figura 3: Formação das características da Tecnologia.....	122
Figura 4: Formação da Tecnologia Capitalista.....	123

## LISTA DE SIGLAS

ADUFPEL - Associação dos Docentes da UFPel  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APESMI - Associação de Pescadores da Vila São Miguel/Rio Grande  
ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural  
CD - Centro de Distribuição  
CGN - Comissão Gestora Nacional  
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária  
CNPQ -Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária  
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
COOMELCA - Cooperativa de Apicultores de Canguçu Coomelca LTDA  
COOPAL - Cooperativa Pequenos Agricultores Produtores Leite Região Sul  
COOPAVA- Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Ltda.  
COOPEG - Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi  
COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre  
COOPEROESTE - Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste  
COOPFAM/MG - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
COOTAP - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
ECONATIVA - Coop. Reg. de Produtores Ecologistas do Lit. Norte do RS e Sul de SC  
EES - Empreendimento Econômico Solidário  
EESE - Empreendimentos Econômicos Solidários Externos  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FPA - Frente Parlamentar do Agronegócio  
FSM - Fórum Social Mundial  
FVBBDT- Feira Virtual Bem da Terra  
GCR - Grupo de Consumo Responsável  
IED - Investimentos Externos Diretos  
IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense  
IMA - Instituto Mário Alves  
ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MICC - Movimento de Integração Campo Cidade  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
NESIC - Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas  
NP - Núcleo de Produção  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
ONGs - Organizações não Governamentais  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAP - Plano Agrícola e Pecuário  
PGR - Procuradoria Geral da República  
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNATER - Política Nacional de Ater  
PROEXT - Programa de Extensão Universitária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
RBDT - Rede Bem da Terra  
RTS - Rede de Tecnologia Social  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SIES - Sistema de Informações da Economia Solidária  
SINPRO/RS - Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul  
SINASEFE - Sind. Nacional dos Servidores Fed. da Educação Básica, Profis. e Technolog.  
SCJS - Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário  
SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional  
TA - Tecnologia Apropriada  
TECSOL - Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária  
TC - Tecnologia Capitalista  
TS - Tecnologia Social  
UBS - Unidade Básica de Saúde  
UNAIC - União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu  
UNICOOPER - Cooperativa Central de Agricultura Familiar Ltda.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 CONSEQUÊNCIAS DA AGRICULTURA CAPITALISTA</b> .....	21
1.1 Revolução Verde e os impactos na agricultura.....	21
1.2 Mundialização do Capital: a ofensiva das grandes corporações capitalistas.....	26
1.3 O agronegócio como um modelo insustentável.....	37
1.4 Revolução Verde, mundialização do capital e o agronegócio: suas relações com o objeto de estudo.....	45
<b>2 AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL</b> .....	48
2.1 Agroecologia: origens e conceitos.....	48
2.1.1 Agroecologia: práticas ecológicas para uma agricultura sustentável.....	53
2.1.2 Agroecológico x Orgânico.....	59
2.1.3 Incentivos estatais aos agrotóxicos.....	61
2.2 Soberania alimentar: uma das principais bandeiras de luta da Via Campesina.....	64
2.2.1 Via Campesina: um movimento internacional.....	68
2.3 Grupos de Consumo Responsável.....	72
2.4 Intersetorialidade nas Políticas Públicas.....	74
2.4.1 Política de Agroecologia.....	75
2.4.2 Política de Economia Solidária.....	82
2.4.3 Política de Segurança Alimentar e Nutricional.....	87
2.4.4 Intersetorialidade nas Políticas Públicas para fortalecimento dos GCRs.....	89
2.5 Algumas considerações sobre a agroecologia, a economia solidária e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional .....	90
<b>3 REDE BEM DA TERRA: A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO SOLIDÁRIO</b> .....	92
3.1 A Rede Bem da Terra e suas complexidades: contextualizando o campo da pesquisa.....	92
3.2 Sujeitos da Rede.....	97
3.2.1 Associação de Produtores.....	97
3.2.1.1 Banca do Mercado Público e as Feiras presenciais ou Itinerantes.....	98
3.2.1.2 Núcleo de produção das artesãs da Associação Bem da Terra.....	98

3.2.2 Associação de Consumidores.....	100
3.2.2.1 Feira Virtual Bem da Terra.....	100
3.3 Rizoma.....	106
3.4 Mudanças da FVBBDT.....	107
3.5 Economia Solidária, consumo responsável e tecnologias sociais: três categorias de análise que subsidiaram este estudo .....	108
3.5.1 Economia solidária.....	108
3.5.2 Consumo responsável .....	112
3.5.3 Tecnologias Sociais.....	116
3.6 Limites e desafios no acesso ao alimento agroecológico e a experiência da FVBBDT.....	126
3.6.1 Outros desafios relevantes.....	136
3.6.2 Potencialidades da FVBBDT .....	141
3.7 Algumas considerações a partir da pesquisa empírica na FVBBDT.....	144
3.7.1 Adversidades enfrentadas pela FVBBDT.....	144
3.7.2 Fortalezas da FVBBDT .....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	152
ANEXOS.....	164
Anexo A - Questionário 1.....	164
Anexo B - Questionário 2.....	169

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em atender à exigência do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, para a obtenção do título de mestre. Dessa forma, esta dissertação vincula-se à linha três do referido Programa, intitulada de *Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas*, discutindo temas que envolvem o trabalho, resistências políticas e as diferentes formas de produzir e viver refletidas na agroecologia.

A agroecologia surge como “um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”. (LEFF, 2002, p. 42). Neste sentido, propõe um diálogo de saberes e trocas de experiências, misturando ciências e técnicas, a fim de fortalecer as capacidades dos agricultores. Essa combinação de conhecimentos e diálogos determina uma ampla transformação da natureza, que busca:

[...] regenerar seus potenciais ecológicos a partir da fotossíntese, o que implica a necessidade de uma tecnologia para o manejo eficiente dos ciclos da matéria, dos nutrientes e da energia, em cadeias tróficas, dos processos de sucessão secundária, da diversificação de plantas de terras baixas, de sistemas de cultivos múltiplos e intercalados e de novas arquiteturas dos recursos bióticos que integrem plantas de diferentes culturas, de cultivos de diferentes estações, do uso de diferentes pisos ecológicos, que permitam o manejo mais eficiente da luz, dos nutrientes e da energia, que resultam no aumento da produtividade neguentrópica<sup>1</sup> (LEFF, 2002, p. 42).

Entende-se que as populações do campo possuem um saber autêntico, construído através de tentativas e erros, de aprendizagem cultural que lhes permitiu alcançar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações. Não é questão de recusar a ciência e a tecnologia, mas considerar um diálogo de saberes de ordem ética e cultural que se materialize em ações sociais coletivas. A agroecologia não está limitada às experiências de agriculturas de base ecológica; ela ressalta processos orientados pela luta política e a transformação social, indo além das ações localizadas. Portanto, propõe a construção de outros projetos de campo.

Em sentido oposto, o agronegócio consiste numa prática distinta à produção agroecológica, pois ele mercantiliza a natureza, destruindo de maneira perversa o solo, a água

---

<sup>1</sup> A neguentropia é a negação da entropia. Na Termodinâmica, entropia consiste na função relacionada à desordem de um determinado sistema, relacionada com a degradação de energia. Assim, quanto maior for a dissipação e a desordem de energia, maior será a entropia do sistema (ANDRADE; PASINI, 2019).

e o ar, na sua busca incessante pelo acúmulo de capital. A partir do exposto, entende-se que a agroecologia é muito mais que uma tecnologia, trata-se de um projeto político necessário e imediato. E como projeto político, inicia-se nas relações de produção dos alimentos agroecológicos, mas para universalizar-se necessita problematizar outras instâncias, como os instrumentos de circulação desses alimentos e o público que os consome. Apesar do importante acúmulo em relação à produção agroecológica, ainda existe um sensível gargalo que compreende o objeto deste trabalho: a ampliação do acesso a alimentos agroecológicos, especialmente em relação às populações em situações mais vulneráveis, pois, uma pequena parcela dessa população consome tais alimentos.

No âmbito do acesso à justiça, Sabadell propõe a categoria barreiras,<sup>2</sup> significando obstáculos a tal acesso. A autora aponta que as pesquisas empíricas evidenciam tais barreiras em todos os países resultando em “acesso desigual ao sistema judiciário e a desigualdade de fato entre as partes” (SABADELL, 2005, p. 214).

A partir desta categoria utilizada por Sabadell (2005) e do livro “Consumo Responsável em Ação - Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade” (GONÇALVES; MASCARENHAS, 2017), sugere-se algumas pistas empíricas e teóricas que apontam para a existência de algumas barreiras no consumo agroecológico: preço final, onde é possível constatar que geralmente o alimento agroecológico ainda tem um custo maior em relação ao alimento convencional; acesso aos pontos de comercialização; modismo e deturpação da alimentação orgânica onde dissemina-se a ideia de que todos os alimentos sem agrotóxicos são caros (inclusive os agroecológicos); desconhecimento dos males à saúde causados pelo consumo de alimento produzido de maneira convencional; aparência, onde opta-se pelo consumo de alimentos padronizados, grandes e bonitos. Portanto, acredita-se que a existência dessas barreiras dificulta o acesso ao alimento agroecológico. Estes são os pressupostos que impulsionam a presente pesquisa.

O número de canais de comercialização de alimentos agroecológicos ainda é bastante limitado se comparado com a grande quantidade de estabelecimentos que vendem produtos convencionais e fazem uso de agrotóxicos. Assim, ter acesso a um alimento saudável não é

---

<sup>2</sup> Essas barreiras dividem-se em quatro categorias. (a) Barreiras econômicas – devido aos altos custos dos processos muitas pessoas desistem de solicitar a proteção judiciária; (b) Barreiras sociais – traduzem-se no medo de romper relações sociais quando se inicia um processo contra conhecidos ou pessoas poderosas, pois podem ocorrer represálias. (c) Barreiras pessoais – consistem na falta de informações a respeito dos direitos de proteção judiciária; a inferioridade cultural prejudica a comunicação com juízes e advogados, gerando desvantagens posteriores; (d) Barreiras jurídicas – “trata-se de obstáculos relacionados com as regras de organização do processo e de funcionamento dos tribunais” (SABADELL, 2005, p. 214).

uma tarefa fácil para grande parte da população. E quando esse alimento, além de ser agroecológico é também proveniente da economia solidária, o número de consumidores se torna ainda mais restrito. Neste sentido, analisar uma estratégia de um grupo de consumo responsável envolve uma série de questões desafiadoras.

Em termos pessoais, um dos motivos que levaram a pesquisar sobre o acesso ao alimento agroecológico, produzido a partir de empreendimentos de economia solidária, foi o fato da pesquisadora ser filha de agricultores e, durante um determinado período ter sido também agricultora. Portanto, a relação íntima com a terra despertou o desejo de expandir conhecimentos acadêmicos sobre este tema tão importante. Além disso, emergiu profunda admiração pela prática agroecológica, pois seu objetivo é construir uma nova relação entre os seres humanos e a natureza.

Nesse contexto, o objetivo geral do presente trabalho consistiu em identificar os limites e desafios do acesso ao alimento agroecológico a partir da comercialização solidária da Feira Virtual Bem da Terra (FVBDT). Como objetivos específicos foram definidos: a) conhecer o funcionamento da Rede Bem da Terra em todas as suas frentes de atuação: produção, comercialização e consumo; b) mapear as ferramentas (tecnologias sociais populares) desenvolvidas pela Rede Bem da Terra (RBDT) para ampliar a comercialização solidária em Pelotas; c) caracterizar a população consumidora da FVBDT e seu principal perfil socioeconômico; d) identificar se a FVBDT contribui para o acesso ao alimento agroecológico; e) entender os motivos pelos quais os consumidores escolheram adquirir alimentos da FVBDT e se os mesmos têm compreensão sobre o consumo consciente/ético/responsável; f) identificar quais políticas públicas contribuíram para a produção e consumo de alimentos agroecológicos no Brasil e quais se constituíram como embargo para a agroecologia, a exemplo das políticas que favorecem o uso de agrotóxicos na agricultura.

Em relação à organização metodológica da pesquisa, optou-se pelo polo epistemológico crítico-dialético. De acordo com Lukács (1989, p. 68), “para o método dialético, a transformação da realidade constitui o problema central”. Dessa forma, para compreender as relações contraditórias entre o Estado e sociedade, os conflitos e lutas de classes no sistema capitalista, é preciso o uso de uma perspectiva abrangente. Segundo o método de Marx, a investigação constitui-se em situar e analisar fenômenos sociais no seu “complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade [...] inserido na totalidade concreta: a sociedade burguesa” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 38). Para Minayo (2015, p. 24), o marxismo é uma teoria

sociológica importante, pois “considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais”. As ferramentas de produção e comercialização da FVBBDT apresentam-se, aparentemente, como importantes instrumentos de transformação social. No entanto, tais experiências não estão isoladas no modo de produção capitalista, pois ainda estão integradas a este, sendo necessária a constante avaliação de suas potencialidades e contradições.

Para tanto, esta pesquisa consiste em um estudo crítico de natureza qualitativa, implicando em uma pesquisa exploratória que combina pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica, com estratégias metodológicas participativas como a observação participante.

No aspecto exploratório houve uma aproximação prévia ao campo. Fez-se necessário uma aproximação junto às dinâmicas de organização da Rede Bem da Terra para melhor compreendê-la como sujeito a ser estudado. Esta etapa teve início no segundo semestre de 2018 e consistiu numa pesquisa documental sobre a Rede Bem da Terra, bem como na participação de alguns processos da Rede, entre eles: participação em quatro reuniões da RBDT que discutiram o Redesenho da Feira Virtual; participação na reunião da Associação de Produtores Bem da Terra, que promoveu mais um encontro organizativo e visou a realização de uma avaliação coletiva das atividades de 2018, efetivando o planejamento das ações para 2019; participação do processo de formação de consumidores responsáveis e participação em três processos de facilitação e separação de produtos da Feira Virtual Bem da Terra.

Na pesquisa documental foram consultados os documentos da RBDT e da FVBBDT, que consistiram em relatórios, folders, artigos ainda não publicados e o estatuto da Associação de Produtores e da Associação de Consumidores. Também foram consultados os dados secundários que consistiram em duas pesquisas de caráter quanti-qualitativos produzidas pela Feira Virtual Bem da Terra, porém não publicadas. Estas pesquisas ocorreram em novembro de 2016 e foram elaboradas através do formulário do *google* e enviadas por e-mail para todos os consumidores ativos, ou seja, aqueles que realizaram pelo menos um pedido nos últimos três meses anteriores à pesquisa. O objetivo foi melhorar a organização, a relação com os produtores e o consumo. Essas pesquisas foram fundamentais para este trabalho e, a partir delas, foi possível visitar os dados e tratá-los considerando os objetivos desta pesquisa.

Na primeira pesquisa aplicada pela FVBBDT alcançou-se 80 consumidores que responderam ao questionário, sendo este composto por 18 questões, consistindo em 3 abertas, 7 fechadas e 8 semiabertas. Na outra pesquisa 62 consumidores responderam ao questionário

constituído por 35 questões, sendo 1 aberta, 24 fechadas e 10 semiabertas, com uma questão aberta no final para o consumidor apontar observações e sugestões gerais (os questionários das pesquisas estão dispostos em anexo).

A análise de alguns dados dessas pesquisas será apresentada no capítulo 3, relacionando-as com as barreiras apontadas anteriormente. Com base nessas pesquisas foram apontados alguns limites, desafios e potencialidades da FVBDT.

A pesquisa empírica foi desenvolvida mediante uma abordagem participante. Conforme Demo (2008), tal estratégia busca aproximar o pesquisador do fenômeno a ser investigado e construir o conhecimento a respeito de suas vivências. Logo, prevê uma aproximação entre pesquisador e sujeito de pesquisa. Assim, a produção do conhecimento na pesquisa participante não se faz de modo isolado do sujeito, mas em sua presença, implicando em um compromisso efetivo com suas necessidades sociais cotidianas. A pesquisa participante possibilita ao pesquisador e os sujeitos envolvidos uma análise crítica e precisa da realidade social, para a objetivação de suas práticas e perspectivas ideológicas. A sua escolha como instrumento metodológico no processo de investigação social exige do pesquisador estudo e apreensão dessa proposta. Ela propõe novos rumos metodológicos que irão possibilitar a democratização do saber, o acesso ao conhecimento e a construção de estratégias de ação por parte dos sujeitos pesquisados. Portanto, essa pesquisa irá contribuir para conhecer e intervir na realidade social (DEMO, 2008).

No desenvolvimento dos métodos da pesquisa trabalhou-se com a observação participante, com utilização do diário de campo. Para Minayo a observação participante é definida como um processo cujo pesquisador age como observador de uma situação social objetivando realizar uma investigação científica. Esse observador fica em relação direta com seus interlocutores no espaço da pesquisa, participando da vida social deles, no entanto, com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. “Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (MINAYO, 2013, p. 70). Enfim, através da observação participante foi possível compreender a realidade e desprender-se de pré-julgamentos e interpretações prontas.

A análise dos dados obtidos deu-se pela análise de conteúdo. De acordo com Gomes (2015, p. 84), “através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Na análise de conteúdo, a partir da perspectiva qualitativa destacam-se seguintes procedimentos

metodológicos: “categorização, inferência, descrição e interpretação” (GOMES, 2015, p. 87).  
Costuma-se: (a) separar o conteúdo a ser analisado, em partes; (b) distribuir tais partes em categorias; (c) realizar uma descrição do resultado da categorização; (d) realizar inferências dos resultados e por fim, (e) interpretar os resultados encontrados com a contribuição da fundamentação teórica.

Como parte integrante da metodologia, a pesquisadora participou de outras atividades relacionadas à pesquisa que ocorreram em 2018 e 2019. Entre elas, reuniões do Fórum de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas. O Fórum tinha dois objetivos principais: reivindicar a criação do Conselho Municipal de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas; e, realizar a 1ª Conferência Municipal de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, para a qual buscou a parceria do poder público local. Para a realização da Conferência foi constituída a Comissão de Organização, constituída por representantes do poder público municipal e da sociedade civil (Fórum), de cujas reuniões participou-se ativamente. Também foi possível participar de algumas reuniões da Conferência de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, que teve o papel de avaliar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) e propor diretrizes e melhorias aos programas, projetos e ações das políticas de SAN. Como Pelotas ainda não possui uma política de Segurança Alimentar e Nutricional, nesta 1ª Conferência não foram feitas avaliações, apenas proposições. Das reuniões resultou na criação do Conselho Municipal de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, mas ainda não foi institucionalizado.

Para dar conta dos objetivos propostos, esta pesquisa está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 discute a Revolução Verde, a mundialização do capital e o agronegócio, destacando que essas práticas modificaram mundialmente a forma de produção, circulação, comercialização e o consumo de alimentos, ameaçando a soberania e segurança alimentar e nutricional, os pequenos agricultores e o meio ambiente. A Revolução Verde intensificou a difusão de tecnologias agrícolas, aumentando consideravelmente a produção de alimentos, principalmente nos países menos desenvolvidos. Apesar dela ter surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, ocasionou inúmeros prejuízos socioambientais, aumentando ainda mais o número de pessoas famintas no mundo.

Em decorrência do processo de domínio do capital, a hegemonia das corporações do setor agroalimentar se consolidou, acarretando mudanças no padrão alimentar. Os monopólios produzidos por corporações transnacionais operam na produção, processamento e comercialização de alimentos, bem como na produção de insumos e na oferta de financiamento

para o setor; assim, as grandes corporações comandam cadeias inteiras de alimentos. Por ter uma expressiva participação na economia brasileira, o agronegócio recebe inúmeros incentivos do governo. Conforme Pina, no governo de Michel Temer as renúncias fiscais da União para o setor do agronegócio aumentaram 8,3%. “De acordo com dados da Secretaria da Receita Federal, os subsídios com a isenção de tributos ao setor passou de R\$ 24,2 bilhões, em 2015, para R\$ 26,2 bilhões em 2017” (PINA, 2018, s/p). Entretanto, por um lado melhora o setor econômico através da exportação de *commodities*, e por outro, permanecem os problemas sociais com milhares de pessoas desnutridas, devido à falta de qualidade e variedade de alimentos no mercado doméstico.

O Capítulo 2 discute a agroecologia, a soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como os Grupos de Consumo Responsável. Serão apontadas as principais políticas públicas desenvolvidas para estes campos e a intersetorialidade dessas políticas para o fortalecimento dos Grupos de Consumo Responsável. Sabe-se que o sistema capitalista é caracterizado pelo individualismo e a competição, visando o lucro. Em sentido oposto, a agroecologia se caracteriza pela luta política visando a construção de uma sociedade alicerçada em princípios de equidade, harmonia entre os seres humanos e a natureza. Portanto, ela não se caracteriza somente pela substituição de agroquímicos por fertilizantes orgânicos. Tandler (2011) apresenta dados contundentes, apontando que desde a implantação da Revolução Verde no Brasil a monocultura faz uso de agrotóxicos de forma exacerbada, envenenando os alimentos que a população consome e tornando-a refém dessa política capitalista que busca o enriquecimento sem se preocupar com seus efeitos. Outras consequências graves são os impactos ambientais, como a perda da fertilidade do solo, a poluição do ar e a contaminação de lençóis freáticos. O cultivo e consumo de alimentos agroecológicos é uma estratégia de enfrentamento ao modelo do agronegócio; assim, todas as pessoas devem ter o direito de escolher o que comer e, principalmente, ter acesso a alimentos saudáveis.

No Capítulo 3 traz-se a descrição e análise da Rede Bem da Terra - Comércio Justo e Solidário, mais especificamente o Grupo de Consumo Responsável Feira Virtual Bem da Terra. Posteriormente são apresentados os resultados da pesquisa documental e da pesquisa de campo. A Rede Bem da Terra busca estratégias e formas de comercialização de produtos gerados a partir dos princípios da economia solidária, entre eles a autogestão, o respeito ao meio ambiente, a democracia e a solidariedade. A Rede Bem da Terra consiste em uma articulação de empreendimentos de economia solidária que envolve a Associação de Produtores Solidários e Associação de Consumidores Responsáveis que tem como objetivo estruturar espaços e

processos comuns de produção, distribuição e comercialização de produtos para os empreendimentos de economia solidária de Pelotas/RS e região, bem como para os consumidores que buscam uma alimentação agroecológica e de produção coletiva. A fim de estimular a comercialização e aproximar os produtores dos consumidores surgiu a necessidade de implementar novas tecnologias organizativas na Rede Bem da Terra. Nesse contexto surgiu a Feira Virtual Bem da Terra, conceituada como um “mecanismo de comercialização de produtos de empreendimentos de economia solidária para consumidores previamente organizados em núcleos de consumo responsável” (BEM DA TERRA, 2018).

A Feira Virtual comercializa artesanato, hortigranjeiros, pães e massas, plantas ornamentais, roupas e acessórios e muitos outros produtos. Ela articula núcleos de consumidores responsáveis, reunidos na Associação Educacional para o Consumo Responsável, com base em princípios do comércio justo e solidário. Neste sentido, ela prioriza a relação entre as pessoas, defendendo a remuneração e condições justas de trabalho para os produtores. A Feira Virtual se propõe a atuar como uma alternativa de produção e consumo que contrapõe o sistema do agronegócio, na medida em que oferece ao consumidor produtos agroecológicos e de empreendimentos de economia solidária.

## 1 CONSEQUÊNCIAS DA AGRICULTURA CAPITALISTA

Este capítulo aborda a Revolução Verde, a mundialização do capital e o Agronegócio, apontando suas inúmeras transformações na agricultura que afetaram praticamente todos os países, mas principalmente os países do Sul Global. Assim, as formas de produção, distribuição, comercialização e o consumo dos alimentos foram radicalmente modificadas, ameaçando a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações e o meio ambiente. A Revolução Verde surgiu com o objetivo de aumentar a produtividade na agricultura; as inovações tecnológicas contribuíram para este processo através da mecanização no campo, da fertilização do solo, das pesquisas em sementes, do uso de agrotóxicos, entre outros fatores. Entretanto, a fome não foi reduzida pois a produção dos alimentos nos países do Sul Global é destinada, principalmente aos países ricos e industrializados, ou seja, para os países do Norte Global. Portanto, ao invés de acabar com a fome mundial e resolver os problemas da população, a Revolução Verde favoreceu a criação de corporações gigantescas e transnacionais com lucros exorbitantes.

A modernização no campo modificou a estrutura agrária, dado que os pequenos produtores que não se adaptaram a essas novas técnicas de produção se endividaram e acabaram vendendo suas propriedades e migrando para as zonas periféricas das grandes cidades. O agronegócio, através da exportação de *commodities*, produz inúmeros prejuízos para a população, envenenando produtores e consumidores, endividando os pequenos e médios produtores. Também é responsável por enormes estragos ao meio ambiente, na medida que esta forma de agricultura se baseia principalmente no uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, na monocultura e na produção de alimentos transgênicos.

### 1.1 Revolução Verde e os impactos na agricultura

Por Revolução Verde compreende-se o modo de incorporação do capitalismo no campo, a partir de 1960, por meio da “introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos tratos culturais e pôr em prática a tríade capitalista: tempo, custo, lucro” (LONDRES, 2011 *apud* MACHADO; FILHO, 2014). Autodenominada modernização conservadora ela não foi revolução e nem sequer verde. A expressão insumos modernos é um eufemismo utilizado para suavizar o real sentido das palavras agrotóxico e venenos.

Após o término da segunda guerra mundial em maio de 1945, a economia mundial encontrava-se fragilizada pela perda de milhões de pessoas e a destruição de bens materiais. Com a Europa destruída e o Japão devastado, havia milhares de pessoas famintas, principalmente nos países da América Latina, África e Ásia. Na década de 1940 o México vivia uma situação econômica crítica, com grandes dificuldades no abastecimento alimentar de sua população. Os Estados Unidos então financiaram o trabalho de um grupo de jovens para exportar a revolução agrícola norte-americana ao México. Esse foi o início da Revolução Verde, financiada por uma fundação dos Estados Unidos (BROWN, 1970 *apud* MACHADO; FILHO, 2014). Os trigos modificados geneticamente dispunham de mais energia para a formação do grão e se adaptavam a diferentes climas sempre que se aplicassem os insumos necessários, ou seja, agrotóxicos, fertilizantes solúveis e irrigação. Foi uma tática política do grande capital que objetivou implantar o capitalismo no campo, gerando fonte de reprodução do capital nos países latino-americanos, asiáticos e africanos.

Foi denominada Revolução Verde a introdução em larga escala de variedades modernas de alta produtividade, que ocorreu a partir da década de 1950, em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Essas inovações, que tinham como objetivo intensificar a oferta de alimentos, tiveram início com “os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo” (PEREIRA, 2012, p. 687), sendo que nesse período a pobreza e a fome eram consideradas como um problema de produção.

Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura (PEREIRA, 2012, p. 687).

Os projetos de capitalização do campo, associados à Revolução Verde, não foram capazes de respeitar os recursos naturais, humanos e culturais das áreas rurais, ocasionando uma sobreprodução e um subconsumo de alimentos, provocando efeitos danosos em termos de “perdas de fertilidade dos solos, salinização e erosão das terras, além da diferenciação social e da miséria extrema, geradas pelas empresas agroindustriais intensivas em capital e em insumos híbridos e energéticos” (GARCIA *et al.*, 1988 a. e 1986 *apud* LEFF, 2002, p. 47-8).

Conforme assinala Pereira (2012), para os defensores da Revolução Verde somente através de melhorias de técnicas de produção seria possível acabar com a fome e a escassez de alimentos. Em meados dos anos 1960 a nova tecnologia genético-química teve êxito com grande produtividade. Entretanto, surgiram críticas em decorrência dos diversos impactos sociais e ambientais por ela ocasionados, destacando-se a perda de variedades antigas. Para alguns autores a Revolução Verde propagou a desigualdade social, sendo também obstáculo ao desenvolvimento dos camponeses, na medida em que grande parte desses povos passou a depender de empresas globais que produzem os pacotes tecnológicos.

A fertilização do solo através da matéria orgânica, realizada por milênios pelos agricultores, foi sendo substituída por substâncias químicas, orientada por técnicos e vendedores, direcionando à adubação química industrial. “Foram modificações radicais e que transformaram a base da agricultura: o conhecimento milenar prático do próprio agricultor foi substituído pelo conhecimento científico” (PEREIRA, 2012, p. 687).

Alguns autores se destacam ao criticar a Revolução Verde no Brasil, sendo que suas contribuições consistiram em: denunciar os malefícios dos agrotóxicos e a necessidade de sua regulamentação; estudar os efeitos dos agrotóxicos nos agroecossistemas; pesquisar e considerar o solo como um organismo vivo e criticar a utilização de tecnologias importadas; desenvolver e difundir o pastoreio racional *Voisin-PRV* no Brasil, que consiste em um método ecológico de produção animal à base de pasto; denunciar as contaminações por agrotóxicos e desenvolver tecnologias para a produção de base ecológica (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 61). Desse modo, os autores ressaltam que:

No Brasil, a contestação à Revolução Verde surgiu com o movimento da “agricultura alternativa” do final da década de 1970, mas permaneceu inicialmente restrita a um pequeno grupo de intelectuais, em sua maioria profissionais das ciências agrárias, até meados da década de 1980 (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 61).

A ocorrência de fome e desnutrição atinge grande parte da população mundial. Esses problemas nunca atingiram tantas pessoas como na era contemporânea e a possível explicação para este fenômeno “pode ser encontrada nas teses defendidas, já na década de 1950, por Josué de Castro, quando sugere que a fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si” (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 717). Para o autor, a ocorrência da fome tem suas causas no controle da produção e distribuição de alimentos e na falta de renda para as pessoas viverem com dignidade.

A teoria de Josué de Castro foi combatida nas décadas de 1960/70, com um conceito exposto e disseminado pelo governo norte-americano de que a fome era causada pela baixa produtividade das lavouras. Assim, era preciso difundir novas técnicas agrícolas baseadas em modelos agroquímicos, com uso intenso de adubos químicos, agrotóxicos e maquinários. “Esse pacote tecnológico foi chamado Revolução Verde, pois o aumento da produtividade física das lavouras eliminaria a fome e seria combatida a proposta da “Revolução Vermelha” defendida pelas ideias socialistas” (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 721). E mais:

O debate ideológico foi tão intenso durante as décadas de 1960 e 1970 que o governo dos Estados Unidos utilizou da sua influência para que o Prêmio Nobel da Paz de 1970 fosse entregue ao agrônomo estadunidense Norman Borlaug, que se transformou no principal propagandista mundial da Revolução Verde. E, assim, a maior parte dos países capitalistas sob influência norte-americana passou a adotar os métodos e o pacote tecnológico da Revolução Verde (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 721).

A Revolução Verde foi um imenso vetor de exportação de inseticidas e fertilizantes fabricados por grupos agroquímicos, que contribuiu para intensificar as desigualdades sociais, provocando destruições ambientais. As tragédias sanitárias e ambientais que atingiram e atingem as populações dos países do Sul Global são produto direto da mundialização do capital. “As agressões do capitalismo contra a ‘natureza’ estão indissociavelmente ligadas à exploração do trabalho, figurando como agressões contra povos” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 74).

De acordo com Pereira (2012), os sistemas diversificados rotacionais que existiam na agricultura tradicional camponesa foram substituídos por sistemas especializados em monoculturas, firmados no pacote tecnológico da Revolução Verde, que consistiam em agrotóxicos, adubos químicos, motores à combustão interna, diversidades de plantas e animais de laboratório com alto potencial produtivo, no conhecimento técnico-científico, nos latifúndios e na irrigação. Essas mudanças resultaram em êxodo rural, além de tornar a agricultura dependente em relação à indústria e às corporações. Desenvolveu-se uma visão de que:

As sementes “melhoradas” somente são produtivas com base no pacote tecnológico. Sem os insumos adicionais, seu desempenho é inferior ao das variedades nativas. Portanto, o termo “variedades de alto rendimento” pode ser considerado enganoso, pois não é pelas características intrínsecas que as variedades apresentam alta produtividade (PEREIRA, 2012, p. 689).

Em decorrência deste pacote, a alimentação está passando por um processo de transformação, cuja diversidade de alimentos e a riqueza de nutrientes vêm sendo substituídas

por alimentos homogêneos que não possuem os nutrientes necessários. “O que é produzido pelo pacote acaba por precisar ser enriquecido industrialmente, um paradoxo do modelo da Revolução Verde” (PEREIRA, 2012, p. 690).

Conforme Oliveira (2015), para os ideólogos do capitalismo, a Revolução Verde era a solução para acabar com a fome no mundo; no entanto, ela não foi erradicada, pois, em 2014, havia 805 milhões de pessoas no planeta passando fome. Para Machado e Filho (2014) a humanidade passa por um quadro preocupante: grande número de famintos, erosão dos solos acarretando a formação de desertos, com um grande número de suicídios em consequência do uso indiscriminado de agrotóxicos.

Stédile e Carvalho (2012) apontam que quatro décadas após a Revolução Verde a fome aumentou dez vezes, levando à conclusão que as tecnologias agrícolas desta revolução objetivaram a difusão e venda em todo o mundo de máquinas, adubos e agrotóxicos norte-americanos. Assim, com a Revolução Verde ocorreu a mais acentuada concentração de terra e de produção, ampliando o êxodo rural e as migrações entre países, acarretando maior empobrecimento dos camponeses e mais fome em todo o mundo. Por outro lado, poucas e grandes empresas transnacionais norte-americanas se transformaram em grandes oligopólios controlando a oferta de insumos agrícolas e o comércio de alimentos.

Além disso, no modelo da Revolução Verde, “os custos ecológicos são deixados de fora como externalidades, assim como os sistemas de saber nativos são degradados e desaparecem” (PEREIRA, 2012, p. 691). Neste sentido, o saber dominante é incompatível com a justiça e a igualdade porque despreza a diversidade e a pluralidade de sujeitos, desprezando diversos caminhos que levam ao conhecimento da natureza. Com a Revolução Verde, o homem passou a reduzir a diversidade ao invés de aumentá-la. “Genes, variedades, sabores, alimentos mantidos por milênios na interação entre cultura e natureza transformaram-se em mercadorias apropriadas pelas corporações” (PEREIRA, 2012, p. 691).

Neste sentido, a agricultura convencional não pode ser sustentável enquanto permanecer dependente de insumos agrícolas como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Isto porque os recursos naturais utilizados para produzir estes insumos não são renováveis, logo suas reservas são finitas. Além disto, a dependência de insumos externos torna produtores e regiões vulneráveis à falta de fornecimento (GLIESSMAN, 2000).

Enfim, a Revolução Verde mostrou ser perversa pois causou prejuízos ambientais ao provocar “perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados”

(ALTIERI, 2010, p. 23). Logo, entende-se que a reprodução da vida e o conhecimento da natureza sofrem ameaças pelo processo de difusão e dominação dessa Revolução.

## 1.2 Mundialização do capital: a ofensiva das grandes corporações capitalistas

Por volta de 1970 o capital enfrentava uma crise em virtude da insuficiência de mais-valia produzida devido a um fraquíssimo ritmo de acumulação, sendo as únicas exceções a China e o Sudeste asiático. “A mundialização do capital em conjunto com as tecnologias de informação e de comunicação abriram caminho para uma elevação muito forte da taxa de exploração da força de trabalho” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 63). O aumento da produtividade e a intensificação do ritmo de trabalho juntam-se a partir de agora com o declínio do custo de reprodução da força de trabalho. Colocar em situação de competição um exército de reserva de milhões de pessoas facilita implantar ações que vão por esta direção.

Para Lara, Lupatini e Tristão (2009, p. 66) a mundialização do capital pode ser caracterizada por:

[...] assumir a forma de produção e reprodução do capital em escala eminentemente mundial, orquestrada cada vez mais pela forma mais absurda e fetichizada do capital, o capital portador de juros. Essa forma mais fetichizada do capital assume na apropriação de riqueza abstrata a forma absurda de capital que se valoriza sem sair da “esfera financeira” (D–D’), sem a mediação da produção de mercadorias (D–M–D’).

Novos atores financeiros tornam-se os principais elementos para sustentar a acumulação financeira, como os fundos de pensão e companhias de seguros, os fundos mútuos e a indústria bélica. “Desemprego estrutural em massa, miséria, precarização do trabalho, guerra, destruição ambiental são algumas das consequências dessa forma de acumulação assumida pelo capital” (LARA; LUPATINI; TRISTÃO, 2009, p. 66).

A mundialização do capital manifesta a superioridade de uma prática de dominação social onde “as formas de *apropriação* do valor pela renda ou a pura predação graças a uma extensão dos direitos de propriedade (territorial, mas também sobre a natureza, o ar etc.) levam a melhor sobre as formas de sua criação maciça” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 65-6).

As políticas do FMI e do Banco Mundial e, depois, as medidas tomadas no quadro da OMC não se limitaram a confortar as exigências do capital financeiro. Elas contribuíram para a decomposição política e a explosão social de numerosos países coloniais ou semicoloniais, tornados independentes (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 69).

Para Chesnais (1996, p. 14-5), “o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira”. Com o avanço do capital financeiro, ressurgiram formas agressivas e brutais que procuraram aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, começando pela produtividade do trabalho. Neste sentido, “tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta quanto relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 16-7).

A mundialização do capital representa a capacidade estratégica de grupos oligopolistas de adotar, por sua própria conta, enfoque e condutas globais. São os Estados Unidos que impõem as regras do comércio e das finanças internacionais por meio dos seus posicionamentos na Organização Mundial do Comércio (OMC) e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste sentido, os EUA têm maior poder de intervenção para impor aos países mais fracos políticas de desregulamentação e liberalização, além de determinarem o relacionamento interno do oligopólio mundial. Para Chesnais (1996, p. 33), “o movimento da mundialização é excludente”. Na década de 1980 esse movimento foi caracterizado por um recuo tanto dos Investimentos Externos Diretos (IED) como das transferências de tecnologias para os países em desenvolvimento. O autor destaca que:

A mundialização é resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Para Alves (1999, p. 58), “é só através da ‘revolução conservadora’, das políticas neoliberais, de liberalização, desregulamentação e de privatização, com o triunfo do ‘mercado’, que o êxito do capital seria completo”. A vitória de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos EUA potencializou o capital industrial e financeiro. A partir daí o capital voltou a ter liberdade para se desenvolver e se movimentar no âmbito internacional e isso aconteceu devido ao sucesso da revolução conservadora.

É a partir daí que a ideologia da “globalização” – subjacente às políticas neoliberais - é posta como a nova orientação capitalista, considerada como saída para a crise de 1974-975. Ao mesmo tempo, se desenvolve a ideologia do “progresso técnico”, que cultua as novas tecnologias que serão utilizadas pelas corporações transnacionais, através do novo complexo de reestruturação produtiva, para modificar suas relações com os trabalhadores e as organizações sindicais (ALVES, 1999, p. 58).

Nesta linha, as medidas neoliberais que atingiram alguns países a partir de 1980 tinham como objetivo destruir as organizações sindicais e instituições que dificultassem à lógica da valorização do capital. “É na virada da década de 70 para 80, no bojo da ofensiva do capital na produção (o complexo de reestruturação produtiva) e da ofensiva do capital na política (a política e a ideologia neoliberal) que se dá o ‘ponto de partida’ para a mundialização do capital” (ALVES, 1999, p. 59).

De acordo com Chesnais (1996), para muitos Estados a impossibilidade de levar adiante políticas próprias não é consequência mecânica da globalização, que intervém como processo ‘externo’, sempre mais coercitivo, e impõe a cada país, a seus governos e a seus partidos uma determinada linha de atuação. O capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais destruíram bastante depressa e de forma radical os entraves e freios à sua liberdade de se expandirem e explorarem os recursos econômicos, naturais, humanos e onde lhes fosse favorável. Isso ocorreu devido à intervenção acentuada dos governos Thatcher e Reagan, a colaboração de governos que concordaram em não resistir a eles, a implementação de políticas de desregulamentações, privatizações e de liberalizações do comércio.

Conforme Chesnais e Serfati (2003, p. 39), membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) difundem a ideia de que “a degradação das condições físicas da vida social faria parte dos males ‘naturais’ a que alguns povos seriam chamados a submeter-se”. No sistema capitalista, as destruições do meio ambiente exigiram que países dominantes adotassem de vez em quando pequenas mudanças em suas escolhas tecnológicas e modos de vidas. Aos países periféricos o único modelo de desenvolvimento oferecido permaneceria sendo o difundido pelos meios de comunicação a partir dos centros do capitalismo, tendo por base formas de vida social e mercadorias elaboradas pelos grandes grupos financeiros e industriais.

Portanto, “a naturalização das relações sociais capitalistas oculta o caráter das relações instituídas através de lutas e conflitos que nada têm de naturais, a não ser para as classes dominantes, que concebem sua dominação como obra da própria natureza” (COSTA; LOUREIRO, 2016, p. 91). Para essas classes, as relações de dominação são naturais.

Se as sociedades ingressam em uma fase da história do capitalismo na qual as “consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que se acelera”, os meios que levaram a esta condição estavam presentes desde o surgimento do capitalismo (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 40). Por conseguinte:

A guerra travada pelo capital para arrancar o campesinato à terra e para submeter a atividade agrícola inteira e exclusivamente ao lucro, da qual vivemos novos episódios hoje em dia, é uma guerra fundadora do novo modo de produção e das formas sociais de dominação que lhe são próprias (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 40).

Os autores Chesnais e Serfati (2003) não partem da ideia de que, pelo viés dos graves danos ambientais o capitalismo colocaria em perigo suas próprias condições de funcionamento e reprodução enquanto capitalismo; é na essência dos mecanismos de criação e apropriação da mais-valia que estão as contradições que fazem com que “a verdadeira barreira da produção capitalista seja o próprio capital” (MARX, 1983, p. 263 *apud* CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42). Em síntese, na esfera ambiental o capital representa uma ameaça para a humanidade, mas não para o capital em si. No plano econômico o capital transforma a degradação de recursos naturais em *mercados*, ou seja, novos campos de acumulação.

Para Saskia Sassen (2016) enfrenta-se um grave problema na economia política global: as novas lógicas de expulsões. Nas últimas duas décadas aumentou a quantidade de pessoas, lugares e empresas expulsos das ordens sociais e econômicas centrais. Essa mudança em direção à expulsão radical foi possibilitada em alguns casos por decisões elementares e em outros por determinadas conquistas econômicas e técnicas mais avançadas. Observa-se o aumento de técnicas avançadas de mineração que transformam ambientes naturais em terras e águas mortas, ou seja, uma expulsão da biosfera de fragmentos da vida em si.

Conforme Sassen (2016, p. 10), “essas expulsões são causadas. Os instrumentos para sua realização vão desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexos, que requerem conhecimento especializado e formatos organizacionais intrincados”. Os inúmeros processos e condições incluídas sob o conceito de expulsão são agudos; expulsões de milhares de pequenos agricultores em países periféricos, decorrentes dos 220 milhões de hectares de terras obtidas por investidores e governos estrangeiros, condutas destrutivas de mineração em países tão distintos como Rússia e EUA. Também existem milhares de refugiados deslocados, que vivem em campos formais e informais, grupos que são convertidos em minorias

em países ricos, aglomerados em prisões, mulheres e homens desempregados, abrigados em favelas. Algumas dessas expulsões ocorrem há tempo, mas não na atual escala. Existem outros tipos de expulsões. Em resumo, “o caráter, o conteúdo e o local dessas expulsões variam enormemente, atravessando estratos sociais e condições físicas no mundo inteiro” (SASSEN, 2016, p. 11).

É possível ver estratégias de dominação política e econômica acompanhadas por apostas tecnológicas cegas de total irresponsabilidade social. “No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e classes mais baixas” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 43).

Conforme aponta Sassen (2016), a mundialização do capital e o brusco crescimento das capacidades técnicas gerou grandes efeitos em escala. Usa-se a biosfera causando-lhe danos há milênios, no entanto, somente nos últimos trinta anos essas destruições se tornaram tão grandes a ponto de se transformarem num episódio planetário, afetando com frequência locais que não tiveram nada a ver com os estragos originais, como o permanente gelo do Ártico.

Para Chesnais e Serfati (2003), parece equivocado limitar a reprodução do capital às suas simples proporções econômicas. Conforme estes autores, vive-se em tempos de estruturas e políticas de dominação social mundializada. A polarização da riqueza privilegia uma pequena fração da humanidade, que em sua maioria, está concentrada nos países desenvolvidos. Torna-se “impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob dominação imperialista” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 43-4). Neste sentido, “[...] há uma interconexão entre as agressões ecológicas e as agressões contra as condições de existência dos produtores diretos” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 60).

Uma importante ‘inovação’ política nos acordos interestatais para preservar o meio ambiente é o mercado de carbono, com a tendência de os países batalharem para aumentar o direito de poluir objetivando vender ou comprar uma cota maior de emissão de carbono. As capacidades que incentivaram o desenvolvimento de certos sistemas e inovações não são inevitavelmente brutalizadoras, no entanto podem ser quando atuam dentro de determinados tipos de lógicas organizadoras. “A capacidade de as finanças gerarem capital não é intrinsecamente destrutiva, mas é um tipo de capital que deve ser posto à prova: pode se materializar em uma infraestrutura de transporte, uma ponte [...]” (SASSEN, 2016, p. 13).

Essas capacidades precisariam ter desenvolvido a esfera social, ampliando e fortalecendo o bem-estar das sociedades, o que engloba trabalhar com a biosfera. Mas, inúmeras vezes serviram para fragmentar o social através de extrema desigualdade “afim de destruir grande parte da vida prometida pela democracia liberal à classe média, para expulsar pessoas pobres e vulneráveis de terras, empregos e casas, e para expulsar pedaços da biosfera de seu espaço vital” (SASSEN, 2016, p. 13).

A investida do capital contra a produção direta constituiu a luta de classe no campo, a princípio nos países capitalistas mais antigos e, posteriormente, no século XX, nos países do Sul. Atualmente a novidade compreende uma tomada de consciência de interconexão entre agressões que atingem as condições de existência dos produtores e destruições do meio ambiente, uma das características dessa tomada de consciência pode-se observar nos movimentos camponeses contemporâneos, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do Brasil. As destruições ambientais e a violência contra os proletários são resultantes de “efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites, do capital financeiro” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 44).

É possível “caracterizar a relação do capitalismo avançado com o capitalismo tradicional em nossa era como marcada pela extração e pela destruição [...]; em sua forma mais extrema, pode levar à miséria e à exclusão de cada vez mais pessoas [...]” (SASSEN, 2016, p. 19). A população vem desempenhando um papel cada vez menor nos lucros de diversos setores econômicos; os recursos naturais da grande maioria dos países do Sul são mais importantes do que as pessoas que vivem nestes locais, na condição de consumidores ou trabalhadores, o que demonstra que o atual período é diferente das formas anteriores do capitalismo. “Historicamente, os oprimidos com frequência se levantaram contra seus senhores. Mas hoje os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores” (SASSEN, 2016, p. 19). O opressor é um sistema complexo que combina pessoas, máquinas e redes sem ter um centro claramente perceptível.

Desde as primeiras colonizações os países do Sul, subordinados ao imperialismo, enfrentaram sucessivas ondas de expropriação dos camponeses, tendo eles suas terras exploradas através de processos de desmatamentos, pecuárias extensivas, plantações, etc. para exportar aos países capitalistas centrais. As destruições ambientais estão cada vez mais consumadas, acompanhadas por constantes agressões que afetam as condições de vida dos produtores e de suas famílias, não sendo possível separar a questão social da questão ecológica.

Os grupos beneficiados são sempre os mesmos: “os grandes grupos de comércio e, depois de produção agroalimentar, aliados em configurações múltiplas e mutáveis, às classes dominantes locais, oligarquias rentistas ou capitalistas” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 52). Sobre a identificação das causas que embasam a destruição da vida em suas múltiplas formas:

Dussel (2011) ancorado em Marx, sugere que o capital, ou seja, o processo de competência entre os capitais, é a verdadeira causa destruidora da vida na natureza e dos trabalhadores, comunidades, povos originários, tradicionais e quilombolas, bem como ocasiona os demais impactos tensionados pela feição metabólica do capitalismo colonial. Isto porque coloca as “pessoas como meio” e as “coisas como fim” (DUSSEL, 2011 *apud* COSTA; LOUREIRO, 2016, p. 91).

A urbanização maciça do planeta<sup>3</sup> é uma das questões ambientais críticas mais evidentes, processo que foi bastante acelerado depois da Segunda Guerra Mundial, sendo marcante nos países que foram colonizados. A urbanização que ocorreu nas últimas décadas é “resultado da expropriação do produtor rural, camponês ou artesão, e foi acelerada pela substituição das culturas de subsistência por produções destinadas à exportação que criaram situações de penúria alimentar dramática” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 72).

A desigualdade social no Sul é extremamente maior do que no Norte. Os países da América Latina foram invadidos por países dominantes e sofreram processos de dominação, exploração, expropriação. Não é possível ler o capitalismo apenas pelo conflito capital x trabalho como forma de exploração/desigualdade. Nos países colonizados existiu escravidão, distribuição desigual de terra, etc. Neste sentido, o colonialismo, o patriarcado e o racismo também são formas de opressão. Os países latino-americanos, depois de conseguirem sua independência política, tornaram-se presas do imperialismo, que agiu com liberdade nas ex-colônias, pois teve o apoio das autoridades locais. Enfim, a situação de dependência econômica sofrida pelos países latino-americanos se deve aos processos de colonização, imperialismo e neocolonização impostos pelas nações desenvolvidas, e esta dependência é sofrida até os dias atuais<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> No ano de 1800, 98% da população era rural. Nos países desenvolvidos essa proporção ainda era de 70% e de 82% para países de Terceiro Mundo em 1950. Hoje, ela é de 55% na escala do planeta (e 25% nos países desenvolvidos). Entre 1959 e 1990, a população urbana na África, Ásia e América Latina vivendo em cidades aumentou 300% (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 72).

<sup>4</sup> Discussões realizadas em sala de aula na disciplina do PPGPSDH intitulada de “Questão Social, Colonialismo e Perspectivas Latino-americanas (2018).

Conforme apontam Kucinski e Branford (1987), a crise que aconteceu nos anos 80, apesar de iniciar nos países centrais, somente foi sentida de forma considerável nos países periféricos, atingindo o Brasil e grande parte dos países da América Latina, causando estagnação econômica. Esse período ficou conhecido como “década perdida”, caracterizado por uma gigantesca transferência de renda dos países latino-americanos para os bancos credores. O serviço da dívida latino-americana cresceu de forma alarmante, acarretando a diminuição do fluxo de capital para este local devido ao serviço da dívida. A América Latina comprometeu seu futuro ao não investir e não modernizar sua indústria devido à sua incapacidade de importar. Para pagar a sua dívida externa ela enviou, entre 1981 e 1985, 133 bilhões de dólares aos bancos dos países desenvolvidos, o que significou “a maior transferência de recursos financeiros de uma região pobre para países industrializados jamais ocorrida” (KUCINSKI; BRANFORD, 1987, p. 17-8).

Em 1985 viviam abaixo da linha da pobreza absoluta 150 milhões de latino-americanos, dos quais 55 milhões eram brasileiros. As consequências da crise do endividamento atingiram pesadamente os trabalhadores que, através de diversos mecanismos criados por uma estrutura social imensamente polarizada, fez com que quase toda renda ficasse concentrada nas mãos de uma minoria. O fato da América Latina estar em meio a uma fase de desordenada urbanização também contribuiu para o agravamento da situação das populações mais pobres. Ao longo dos anos 60 e 70 milhares de famílias de camponeses “invadiram as grandes cidades, atraídas por empregos na indústria, ou expulsas do campo pelas novas culturas mecanizadas e pela contínua concentração da propriedade da terra” (KUCINSKI; BRANFORD, 1987, p. 48).

Em 1984 já viviam nas cidades 70% dos latino-americanos; o crescimento dos setores de serviços e da indústria não foi capaz de absorver o grande fluxo de migrantes, gerando um enorme exército de desempregados. “Enquanto viviam no campo, mesmo as famílias mais numerosas podiam se valer de culturas de subsistência durante uma recessão. Mas nas cidades a obtenção de uma renda monetária torna-se vital” (KUCINSKI; BRANFORD, 1987, p. 49).

No livro I de *O Capital* são encontrados dois fios condutores de importância maior. O primeiro trata da reversão da relação entre operário e ferramenta, onde na manufatura e nos processos artesanais o trabalhador usa sua ferramenta, na fábrica este operário serve a máquina, sendo ela um mecanismo morto que existe independentemente destes trabalhadores. O segundo trata da absorção da ciência pelo capital como meio de dominação; as potências intelectuais são apropriadas pelo grande capital. O desenvolvimento da tecnologia e da ciência nunca foram neutros. Por trás da autonomia da pesquisa sempre existiram poderosos mecanismos: “objetivos

(o financiamento, os modos de recompensa do sucesso) e subjetivos (a interiorização dos valores da sociedade burguesa) que a orientam segundo os impulsos da hierarquia dos objetivos do capitalismo” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 60-1).

O mais recente e grave domínio da ofensiva é o da “apropriação privada tanto dos conhecimentos científicos quanto dessa forma particular de patrimônio comum à humanidade que são os mecanismos de produção e de reprodução biológica e da biosfera” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 74).

Conforme Guhur e Toná (2012, p. 60), “o patenteamento dos organismos vivos, a tecnologia dos organismos transgênicos e, mais recentemente, a nanotecnologia sustentam uma nova fase nesse processo de expropriação dos agricultores produtores diretos”. Estes elementos aprofundam a modernização dependente da agricultura depredadora, que teve início com a Revolução Verde. Pretende-se, assim, tirar dos agricultores o controle das sementes e o controle sobre a produção no campo a fim de beneficiar as grandes corporações transnacionais, as quais constituem peça indispensável no regime de acumulação financeira, que configura a mundialização do capital.

Neste sentido, gradativamente o agricultor é submetido a uma nova fase de expropriação: a instalação de um grande dispositivo institucional e tecnológico designado a acabar com o controle dos agricultores sobre suas sementes. O objetivo é proibir que estes agricultores plantem parte dos grãos colhidos, “tanto pela lei internacional, a da proteção pela Organização Mundial do Comércio do patenteamento sobre o vivente, quanto por uma técnica de transgênese – batizada pela Monsanto [...]” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 54). Esta técnica permite produzir grãos estéreis, ou seja, que não podem ser plantados novamente.

Os camponeses são “espremidos” entre as agroindústrias e as indústrias produtoras de insumos que se utilizam de suas matérias-primas. Esses modelos de produção tecnológica dominantes podem pôr em questão a permanência desses povos, acarretando assim a separação dos produtores diretos de suas produções. “É dessa maneira que a reprodução social dos camponeses passa a exigir uma mudança na maneira de produzir, motivando experiências de resistência ao modelo do agronegócio” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 60).

Os Estados Unidos foram os primeiros a destruir seus agricultores mediante a implantação, bem mais cedo que nos outros locais, de uma agricultura extremamente mecanizada, utilizando de forma intensa produtos químicos com grande gasto de energia.

O aumento, custe o que custar, da produtividade agrícola teve dois efeitos: ela desembocou no que hoje se chama e se critica muito hipocritamente como o ‘produtivismo a toda’ e a ‘agricultura poluidora’. Faz-se de conta que é possível ‘esquecer’ que eles são o resultado de políticas deliberadas, altamente subvencionadas, que tiveram também por resultado entregar a agricultura à grande indústria agroquímica, onde se desenvolvem hoje as biotecnologias (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 54).

Segundo Vieira (2011), vários autores indicam que a partir de 1980 ocorreu uma crescente internacionalização e mercantilização da agricultura. Esse processo foi caracterizado por uma intensa concentração da produção de alimentos, com poucas empresas multinacionais que constituíram a produção ou subcontrataram agricultores, subordinando os pequenos a este sistema. Também houve concentração no processo de distribuição dos alimentos cujo consumo foi homogeneizado mundialmente. Além disso, houve concentração de terras resultando na expulsão de trabalhadores do campo e na dependência dos pequenos agricultores das empresas capitalistas. Conforme Oliveira (2015), com o processo de mundialização do capital monopolista e do neoliberalismo, a agricultura capitalista também modificou, pois antes ela estava sustentada pela produção dos camponeses.

De acordo Barros (2018, p. 175), a mundialização do capital atinge todos os setores da economia, inclusive a agricultura brasileira. “Há em curso, no campo, dois modelos de desenvolvimento em plena disputa política e econômica: de um lado o agronegócio e de outro a agricultura familiar e camponesa”. A crise do capital desencadeada em 1970 estabeleceu a mundialização, integrando o capital em escala mundial, através de empresas transnacionais e multinacionais; o centro do capital agora é em todos os lugares onde essas empresas se instalam. A autora ressalta que:

Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa de base familiar. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista (BARROS, 2018, p. 178-9).

O capital mundializado atingiu a agricultura brasileira e ganhou impulso a partir do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e continuou no governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando “funda-se uma estratégia de retorno no investimento em complexos agroindustriais (já realizados por ocasião da modernização conservadora no período de 1960 a 1980) associados à grande propriedade privada da terra para responder à balança

comercial externa” (BARROS, 2018, p. 176-7). Assim, a inserção do capital financeiro na agricultura sob prioridade do agronegócio torna possível esta estratégia.

Nos anos 1990-2000, a agricultura foi chamada a assumir o endividamento interno e externo. Nesse período, o agronegócio foi impulsionado à estratégia externa e dinamização do setor agroexportador, associada à mundialização e financeirização do capital que se consolidou no governo Lula e passou a difundir “a estratégia de gerar saldos de comércio exterior, no sentido de suprir o déficit da conta corrente, priorizando a agricultura capitalista do agronegócio na agenda macroeconômica externa e na política agrícola interna” (BARROS, 2018, p. 177).

Conforme um documentário produzido por João Pedro Stédile (2013), as empresas transnacionais estão envenenando a agricultura brasileira. Os grandes latifundiários deste país se apoderaram da terra como recurso natural, impedindo que o pequeno agricultor use esse recurso em proveito de todos. A Constituição Federal rege que todos têm direito à terra, mas a política agrícola inviabiliza o pequeno agricultor. Infelizmente, com a lógica de acumulação capitalista, os grandes latifúndios são favorecidos, pois sua produção é voltada para a exportação gerando lucro. Stédile afirma, ainda, que 85% das terras brasileiras são usadas para o cultivo de soja, milho, cana e pecuária, o que é vergonhoso.

Para este mesmo autor, deveria haver uma política agrícola e agrária que fortalecesse a agricultura familiar e organizasse a agroindústria em formas de cooperativas e não em grandes empresas. Ele diz ainda que a reforma agrária acabaria com a favelização das grandes cidades ao assegurar as pessoas no campo, evitando o êxodo rural. O grande capital na agricultura tem mais força que o governo; as empresas internacionais como a *Bunge* e a *Shell* vieram para São Paulo para plantar cana e produzir etanol e isso barrou a possibilidade de a reforma agrária avançar. Nos países desenvolvidos esta reforma foi um caminho para distribuir renda e criar um mercado interno para a indústria (STÉDILE, 2013). Um pequeno número de empresas e um grande número de multimilionários acionistas dessas empresas controlam enormes porcentagens de alimentos, agroindústrias e mercados básicos para a sobrevivência de bilhões de seres humanos (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 720).

Nas últimas décadas a agricultura mundial é controlada<sup>5</sup> pelo capital financeiro que regula a produção e comercialização de produtos agrícolas e impõe a produção em escala global sob as regras da acumulação e do mercado. “Destaca-se nesse cenário a aquisição de empresas

---

<sup>5</sup> Outra forma de controle utilizada pelo capital financeiro tem sido as normas e regras impostas especialmente pelo Banco Mundial, o FMI e a OMC quanto à produção e o comércio agrícola, obedecendo aos interesses das grandes empresas e obrigando os governos locais a liberar o comércio dos produtos (BARROS, 2018, p.178).

de diferentes ramos da produção agrícola, por bancos com os excedentes do capital financeiro. Isso acarretou um crescimento surpreendente dessas empresas [...]” (BARROS, 2018, p. 178). Assim, fortalecidas pelo capital, elas entraram nas economias nacionais, adquirindo empresas e a produção da agricultura local.

É no mundo rural e através das penetrações das relações de produção capitalista que se localiza um dos fundamentos mais importantes do modo de produção e dominação que subordina as pessoas e também encontra-se a origem de “um dos mais permanentes mecanismos de agressão aos metabolismos sobre os quais as reproduções físicas da sociedade humana repousam” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 51). O capital financeiro segue sua busca de forma impetuosa pelo lucro e a dominação social, conforme acentuam os autores:

A expropriação dos produtores camponeses diretos e a submissão da produção agrícola e animal ao mercado e ao lucro são mecanismos que datam da formação do capitalismo na Inglaterra [...]. Marx colocou o processo de expropriação do campesinato no cerne dos mecanismos de acumulação primitiva. Mas, esse processo nunca deixou de existir e prossegue até nossos dias, e não é atribuível somente às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), por mais que seja necessário incriminá-las. É no núcleo das relações de produção e de dominação que ele se situa (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 52).

Somente no quadro da mundialização do capital é possível verificar a dimensão dos desastres ecológicos que atingiram os países do Sul. A destruição das resistências políticas das populações possibilita o aumento da exploração dos recursos naturais. O grande capital vê como solução o “prosseguimento das políticas neoliberais em proveito dos grupos financeiros multinacionais e a privatização dos serviços públicos e das infraestruturas de base são elevadas à condição de objetivo prioritário” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 69).

Para Iamamoto (2008, p. 123), “só no discurso neoliberal, os Estados são externos aos mercados. Ao contrário, o triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados nacionais, no lastro dos tratados internacionais [...]”, como o Consenso de Washington, a Organização Mundial do Comércio e o Acordo do Livre Comércio Americano. A mundialização do capital não elimina as funções do Estado, porém transforma as condições de seu exercício.

### 1.3 O agronegócio como um modelo insustentável

Conforme aponta Altieri (2010) inúmeros países organizam suas economias em torno de um setor agrícola voltado para a exportação, firmado principalmente nas monoculturas.

Apesar das exportações agrícolas contribuírem enormemente às economias, este tipo de agricultura industrial traz também “uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos à saúde pública, à integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de milhares de agricultores” (p. 23).

Durante a última metade do século XX a agricultura foi bem-sucedida, pois aumentou enormemente a produção de alimentos. Esse fato deveu-se, principalmente, a avanços científicos e tecnológicos, entre eles o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Entretanto, “as técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram o aumento na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, as reservas de água e a diversidade genética natural” (GLIESSMAN, 2000, p. 33). Portanto, a agricultura moderna é insustentável, pois não conseguirá produzir a longo prazo alimentos suficientes para toda a população mundial, visto que ela destrói as condições que a tornam possível.

No início dos anos 2000 a *Via Campesina* e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra elegeram como adversário o agronegócio, que tem como práticas a concentração fundiária e o uso de alta tecnologia agrícola. Este modelo é criticado por fazer uso de sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e praticar a monocultura. Assim, ele passa a ser oposto ao modelo agroecológico, sendo este “[...] pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 87).

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Isso é preocupante, pois, além dele provocar diversos problemas de saúde, destrói o meio ambiente, mata plantas e animais e contamina o ar, o solo e a água. “O País consome, em média, 7 litros per capita de veneno a cada ano, o que resulta em mais de 70 mil intoxicações agudas e crônicas em igual período, segundo dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva” (REIS, 2017, s/p.).

A Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que os agrotóxicos são responsáveis por 200 mil mortes por intoxicação aguda a cada ano, e aponta que mais de 90% das mortes ocorreram em países em desenvolvimento (CHEGA DE AGROTÓXICO, 2018). Tal situação revela a preponderância da produtividade e do lucro a qualquer preço, mas também suscita questionamentos como este que segue:

[...] o que resta para a categoria “qualidade dos alimentos” que não seja aquela que atenda à lei do mercado e ao interesse do maior lucro possível? Se houvesse, ao menos, a presença de poder de controle de fiscalização no sentido de garantir as qualidades indispensáveis para atender aos direitos básicos da população e para a melhoria da qualidade de vida... Temos, de fato, uma situação contrária: diminuição da presença do Estado e aumento do poder econômico e político dos empresários do agronegócio (antes chamados “latifundiários”), que são os que posicionam o Brasil campeão mundial no *ranking* do uso de venenos (VERARDO, 2017, p. 11-2).

De acordo com Barros (2018), no Brasil os governos têm criado condições macroeconômicas que favorecem a expansão do agronegócio, possibilitando o acordo do capital financeiro com a propriedade fundiária, de forma a expandir e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acúmulo de capital, o que acaba impedindo a reforma agrária. Portanto, “o agronegócio é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio da política de Estado” (DELGADO, 2010, p. 93 *apud* BARROS, 2018, p. 180).

As desigualdades existentes no Brasil são consequência de escolhas e políticas deliberadas. “O atual modelo, que privilegia latifúndios monocultores e a extração de recursos naturais em larga escala, coloca à margem do desenvolvimento as populações camponesas, indígenas e quilombolas” (OXFAM BRASIL, 2016, p. 24). Desse modo, as populações mais fragilizadas recorrem a mobilizações e ocupações a fim de reivindicar o direito à terra e ao território, num contexto cujas elites rurais encontram na política o aliado que precisam para manter seus privilégios.

O agronegócio “é um sistema de produção baseado na monocultura, na mão de obra escrava e na grande propriedade protegida pelo Estado” (BARROS, 2018, p. 184). A autora usa o conceito burguesia agrária, partindo da concepção teórico-metodológica dialética de pensar a luta pela reforma agrária e posse da terra como momento de luta de classes no Brasil. A burguesia agrária detém os meios de produção e o excedente produzido socialmente. Na perspectiva crítica, burguesia agrária significa:

[...] opressão, exploração, violência, intolerância. Da mesma forma que “sem-terra”, “quilombola”, “ribeirinho”, “boia-fria” identifica o lugar dos oprimidos, dos espoliados, dos explorados e expropriados da propriedade da terra, dos recursos naturais, dos direitos sociais e humanos, da vida digna (BRUNO, 2009 *apud* BARROS, 2018, p. 185).

Para reproduzir-se a burguesia agrária faz uso habitual da violência, como expressam depoimentos de suas entidades representativas: “‘Para cada terra ocupada, um padre morto’ (Latifundiários nos anos 1970-80); ‘Conseguimos enterrar o MST com uma pá de cal’ (Associação Brasileira do Agronegócio)” (BARROS, 2018, p. 190).

É importante destacar que esta classe não mantém o domínio político apenas pela violência e coerção. “A defesa da desigualdade é um elemento constitutivo das relações sociais, que fortalece uma visão de propriedade da terra como direito natural, absoluto, situado acima das regras sociais” (BARROS, 2018, p. 191). E a negação do direito dos trabalhadores rurais indica a hegemonia de classes, ao serem privados de direitos sociais básicos.

Bernardo Fernandes, Clifford Welch e Elienai Gonçalves (2012) assinalam que o Brasil ocupa o quinto lugar do mundo em extensão, com níveis de desigualdades que mantém uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo. E os dados da Oxfam Brasil (2018, s/p) mostram os níveis de discrepância: “menos de 1% das propriedades rurais concentram quase metade de toda a área rural do Brasil. Por outro lado, quase 50% das propriedades do país têm tamanho inferior a 10 hectares e ocupam apenas 2,3% da área rural total”. Infelizmente no país existem muitas desigualdades no acesso à terra, o que dificulta enormemente o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza. Essa injusta distribuição de terras está diretamente relacionada à extrema pobreza que atinge milhares de brasileiros. Pois, quanto menor for a concentração de terra, melhores serão os indicadores sociais.

As corporações nacionais e multinacionais comandam as políticas de desenvolvimento da agricultura, pois ficam com a maioria dos recursos do crédito agrícola, monopolizam os mercados e definem as tecnologias designadas para a qualificar a produção agropecuária. O agronegócio brasileiro produz *commodities*, e “[...] constitui-se em um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura e subalterniza os camponeses responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos destinados à economia doméstica” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 11).

Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total, de acordo com os dados do Censo de 2006 (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 11).

Ou seja, mesmo utilizando a menor parte da área agrícola, a agricultura camponesa emprega um número maior de agricultores sendo a relação de quinze pessoas para cada cem hectares. No agronegócio a relação é de duas pessoas para cada cem hectares. É importante mencionar que sua expansão tem acarretado degradação do trabalho, especialmente em áreas de desmatamentos, denunciadas por entidades como a “Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) como sendo condições análogas à escravidão” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 85).

Grande parte dos pequenos agricultores vive no campo e utiliza a terra para produzir e morar enquanto a maioria dos trabalhadores do agronegócio vive nas cidades e usa a terra somente para produção; assim é possível perceber as diferentes formas de uso do território; estas características são bastante relevantes, pois através delas é possível compreender as distintas formas de desenvolvimento territorial (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012). Nesse contexto, a permanência dos pequenos agricultores no cenário agrário atual é vista pelos segmentos mais conservadores “[...] como ‘obstáculo’, ‘atraso’ ou ainda, como portadora de experiências ‘obsoletas’ num meio rural cada vez mais industrializado” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 83).

Existem ainda outros fatores que prejudicam, ainda mais, os pequenos agricultores: a maioria dos estabelecimentos de agricultura familiar fica com a menor parte da riqueza produzida, com inúmeras famílias que têm receita anual de até meio salário mínimo. Nessa perspectiva, para o modelo do agronegócio, as desigualdades são resultantes do fracasso das pessoas por não conseguirem se manter no mercado. Já, para a questão agrária, “o problema das desigualdades é gerado nas relações de subalternidade imposta pelo capital que elimina parte importante dos agricultores” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 13). Assim, expandir o número de agricultores promovendo sua participação na distribuição de terras é essencial para corrigir os problemas agrários ocasionados pela lógica capitalista.

A tendência do agronegócio é, por um lado, dominar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro, fortalecer as grandes empresas internacionais. O seu crescimento está intimamente ligado à disponibilidade de terras. Assim, para os empresários desse setor, além das terras usadas para produzir é necessário ter um estoque para a expansão, o que tem provocado um aumento constante no preço das mesmas. “A permanente necessidade de novas terras tem sido o motor de intensos debates, em especial na esfera legislativa, em torno da concretização de medidas que possam regular e colocar limites ao uso da terra” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 85).

Nas economias latino-americanas, o modelo do agronegócio ocupa uma posição privilegiada, o que explica os incentivos e concessões dos governos da América Latina, que contribuem para a expansão deste modelo e de grandes corporações (TYBUSCH; MARTINS, 2016).

Para as organizações do agronegócio e o Ministério da Agricultura, o agronegócio é uma totalidade formada pelos sistemas agrícola, mercantil, industrial, pecuário, financeiro e tecnológico, nos quais estão incluídos todos os agricultores, grandes e pequenos, capitalistas e não capitalistas. Já, para o movimento Campesino, o agronegócio representa as corporações capitalistas que visam a produção de *commodities*, “[...] por meio do monocultivo em grande escala, principalmente para exportação, enquanto os camponeses organizam sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, formando, portanto, outra lógica” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 37).

Conforme Stédile (2013), o capital financeiro, as empresas transnacionais, o latifúndio e a mídia burguesa são os grandes inimigos do povo brasileiro. Para o autor, somente através da luta social haverá mudanças. Neste sentido, é preciso um projeto que faça transformações estruturais mudando as estruturas injustas como a concentração da propriedade da terra, a concentração de riqueza e dos meios de comunicação. A mídia cria uma hegemonia na sociedade para estigmatizar os que fazem a luta social em relação à distribuição justa da terra. Sabe-se que os meios de comunicação distorcem os fatos e tentam jogar a sociedade contra o MST, agindo a favor da classe burguesa.

O agronegócio é hegemônico na agricultura brasileira, pois tem o controle da produção de conhecimento e controla a pesquisa nacional através de estratégias de determinadas empresas: “uma forma sutil das multinacionais se apropriarem de materiais e informações da ciência brasileira são os convênios com entidades públicas” (MACHADO; FILHO, 2014, p. 41). Diversas universidades públicas cedem seus pesquisadores e suas instalações às multinacionais; é o dinheiro dos brasileiros a serviço da indústria estrangeira.

As evidências presentes no documentário “O Veneno está na mesa II”, produzido por Tandler (2011), demonstra a prioridade concedida pelo Estado brasileiro à expansão do agronegócio em detrimento da agroecologia, enfatizando que a preferência pelo agronegócio provém de uma opção política. Ressalta-se que “o Ministério da Agricultura recebe 10 vezes mais recursos para cuidar do agronegócio do que o Ministério do Desenvolvimento Agrário para cuidar dos pequenos agricultores” (TYBUSCH; MARTINS, 2016, p. 277). Tais incentivos do Estado ao agronegócio ajudam a explicar porque até hoje não aconteceu a reforma agrária

no Brasil, pois este modelo gera lucratividade. Em suma, o Estado prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, quando, na verdade, poderia potencializá-los de modo integrado.

Observa-se que a produção de cultivos transgênicos e a rápida expansão dos agrocombustíveis, como por exemplo, cana-de-açúcar, milho, soja e palma transformam cada vez mais a agricultura e o fornecimento de alimentos, causando impactos e riscos econômicos, sociais e ecológicos preocupantes. Sabe-se que as mudanças climáticas causam efeitos impactantes e de grande alcance na produtividade de cultivos, especialmente nas zonas tropicais. “Os riscos incluem incremento em inundações de áreas baixas, maior frequência e severidade de secas em áreas semiáridas e condições de calor excessivo, as quais podem limitar significativamente a produtividade agrícola” (ALTIERI, 2010, p. 23).

A agricultura convencional é formada em torno de dois objetivos: o aumento da produção e do lucro. Para buscar estas metas, seis práticas básicas foram desenvolvidas e formam a base da agricultura moderna: “cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas” (GLIESSMAN, 2000, p. 34). Essas práticas formam um sistema no qual cada uma depende da outra reforçando a necessidade de usá-las.

O cultivo intensivo do solo tende a destruir suas qualidades de várias maneiras: reduz-se a matéria orgânica do solo devido à falta de cobertura, diminuindo sua fertilidade; o solo é compactado porque a maquinaria passa frequentemente sobre ele; as taxas de erosão do solo por água e vento crescem intensamente.

A monocultura é caracterizada pelo plantio de apenas um tipo de cultura em áreas geralmente extensas. Nas práticas de monocultivos diminuem os insumos de mão de obra e aumentam os insumos baseados em tecnologia, objetivando aumentar a produtividade. Em diversas regiões a monocultura para exportação substituiu a policultura tradicional de subsistência. “A monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas” (GLIESSMAN, 2000, p. 35). O uso de agrotóxicos é intenso, pois cultivos da mesma planta estão mais sujeitos a ataques de pragas.

A agricultura esbanja água no processo de irrigação das plantações; o problema é que a água subterrânea é bombeada mais rapidamente para as lavouras do que renovada pelas chuvas. “Quando a água é bombeada de rios para a irrigação, a agricultura, frequentemente, está competindo com áreas urbanas e com a vida selvagem que dela depende” (GLIESSMAN, 2000,

p. 36). A irrigação ainda tem outro impacto: aumenta a possibilidade de remover fertilizantes e agrotóxicos das lavouras para os rios e córregos, podendo aumentar a taxa de erosão do solo.

O uso de fertilizantes sintéticos aumentou dez vezes entre 1950 e 1992. Por fornecerem grandes quantidades de nutrientes ao solo a curto prazo, esses fertilizantes permitiram que os produtores desprezassem a fertilidade a longo prazo. Os componentes dos adubos sintéticos são, entretanto, facilmente removidos do solo e com a irrigação podem terminar em córregos e rios causando eutrofização, ou seja, suas condições nutricionais ficam acima do desejável.

Após a Segunda Guerra Mundial, os agrotóxicos foram amplamente utilizados para o controle químico de pragas e de ervas adventícias. Esses agentes químicos ofereciam aos agricultores uma maneira de livrar suas plantações de organismos que ameaçavam seus cultivos e, portanto, seus lucros. No entanto, esta promessa provou ser falsa, pois agrotóxicos podem diminuir consideravelmente as populações de pragas a curto prazo, entretanto, como matam os seus predadores naturais, essas populações podem frequentemente recuperar-se e aumentar ainda mais que anteriormente. Assim, o agricultor acaba utilizando ainda mais agrotóxicos. Além da dependência do uso de agrotóxicos, soma-se o fenômeno de aumento da resistência das pragas, forçando os agricultores a aplicar quantidades maiores de agrotóxicos, ou com princípios ativos diferentes. Inúmeros agricultores, principalmente nos países em desenvolvimento, não utilizam outras opções.

Gliessman (2000) aponta ainda que em décadas recentes os avanços tecnológicos causaram uma revolução na manipulação genética de plantas. Avanços nas técnicas de cruzamento possibilitaram a produção de sementes híbridas, combinando características de duas ou mais linhagens de plantas. “Variedades de plantas híbridas podem ser muito mais produtivas do que suas variedades semelhantes não híbridas e têm sido, conseqüentemente, um dos fatores principais por trás dos aumentos de rendimento obtidos” (p. 39) durante a Revolução Verde.

Entretanto, as variedades híbridas exigem a aplicação intensiva de fertilizantes químicos e agrotóxicos para atingir seu potencial produtivo. Além disso, essas plantas não podem produzir sementes com o genoma igual ao dos seus pais, tornando os agricultores dependentes de sementes comercializadas. Com a ajuda de cientistas, as comunidades indígenas e os camponeses do Sul global “podem continuar sendo os criadores e guardiães de uma diversidade biológica e genética que continuará enriquecendo a cultura alimentar do planeta inteiro” (ALTIERI, 2010, p. 27).

Conforme Gliessman (2000), a produção de alimentos praticada de acordo com as regras do mercado global e por meio de tecnologias desenvolvidas em outros locais, torna-se inevitavelmente dissociada de princípios ecológicos. “A perícia do manejo baseado na experiência é substituída por insumos comprados que requerem mais capital e energia e o uso de recursos não renováveis” (p. 48).

Portanto, as práticas do agronegócio causam inúmeros danos socioambientais pois, através da monocultura são produzidos alimentos transgênicos, com agrotóxicos e fertilizantes químicos, com objetivo de exportar *commodities*. Além disso, o agronegócio é responsável pela expansão desordenada de terras agricultáveis, intensificando o processo de concentração fundiária.

#### 1.4 Revolução Verde, mundialização do capital e o agronegócio: suas relações com o objeto de estudo

Conforme foi contextualizado nas seções anteriores, o sistema alimentar enfrentou profundas transformações a partir de 1960. Elas se mostram, especialmente, em dois principais movimentos consequentes da crise estrutural do capitalismo: a redução da taxa de lucro e, como resposta, a partir dos anos 1980 a financeirização, com a dominância pelo capital portador de juros. A crise no sistema alimentar precisa ser compreendida sob uma perspectiva mais ampla, ou seja, a partir da crise estrutural do capitalismo, que resulta das contradições do modo de produção capitalista sob domínio do capital financeiro e das corporações nacionais e transnacionais.

Em decorrência da Revolução Verde, intensificada pelo agronegócio, inúmeros países, em especial do Sul global, passaram a utilizar de maneira acentuada fertilizantes químicos e agrotóxicos, com altos prejuízos à saúde de produtores e consumidores, comprometendo a sustentabilidade do planeta. Além da população consumir alimentos contaminados, os industrializados e ultraprocessados também passaram a fazer parte da alimentação da maioria das pessoas. Em grande parte desses alimentos são utilizados ingredientes e aditivos de baixo custo para reduzir seu preço em toda cadeia produção e consumo e aumentar as taxas de lucros para as empresas.

Entretanto, por não conterem os nutrientes necessários à saúde, eles precisam ser enriquecidos industrialmente. A soma desses fatores, agregada da elevação do consumo desses produtos industrializados e ultraprocessados está na base do aumento das taxas de sobrepeso e

obesidade, bem como de doenças crônicas não transmissíveis. O consumo de tais alimentos tem provocado verdadeiras epidemias na saúde da população e levado a refletir sobre a importância de se construir estratégias de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no país.

A expansão desordenada do capitalismo financeiro e do agronegócio vêm colocando em cheque a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada dos cidadãos, através da concentração de poder nas mãos de poucas corporações transnacionais que controlam a produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos. Desse modo, influenciam e manipulam governos para flexibilizar leis que favorecem sua expansão, em detrimento dos direitos da população e da proteção dos recursos naturais.

No agronegócio o agricultor não exerce mais o controle de sua produção, mas sim, grandes investidores financeiros que aumentam seus lucros através desse mercado. Subordinado aos oligopólios das multinacionais detentoras da propriedade das sementes e dos insumos agrícolas, o agricultor tornou-se refém das grandes redes de supermercados e indústrias que impõem seus preços aos produtos e desestruturam a produção local.

Portanto, percebe-se que as causas da crise alimentar estão intimamente relacionadas às contradições e aos conflitos do modo de produção, distribuição, comercialização e consumo alimentar capitalista. Desde a Revolução Verde o Brasil criou uma relação de dependência com o capital internacional. Países do Norte global, em específico as grandes corporações transnacionais, dominam a tecnologia e detém o controle de terras, sementes e insumos, acarretando perda de soberania do país em todo sistema alimentar.

A Feira Virtual Bem da Terra, que consiste em um Grupo de Consumo Responsável e em uma Tecnologia Social, possibilita a aproximação entre produtores e consumidores em cadeias curtas, fortalecendo a economia local. Ela comercializa alimentos agroecológicos de forma justa e solidária, respeitando os produtores, os consumidores e o meio ambiente. Existem grandes entraves encontrados por estes empreendimentos, como o apelo da mídia ao consumismo, a facilidade do consumo de alimentos industrializados, o fato de o preço dos alimentos produzidos em larga escala geralmente serem mais baratos e o difícil acesso aos alimentos agroecológicos, dentre outros. Esses entraves dificultam a oferta e o consumo de alimentos agroecológicos, mas, mesmo assim, essas estratégias tão importantes resistem e se apresentam como formas alternativas e sustentáveis de produção e consumo saudáveis que vem crescendo em seu potencial de oferta e demanda em todo país.

Nesses circuitos curtos de produção e comercialização, o consumidor paga um melhor preço, na medida em que são eliminados os atravessadores. O produtor é melhor remunerado e

tem autonomia sobre seu trabalho, permanecendo e viabilizando-se na zona rural. Ele escolhe o que plantar, quando plantar e para quem vender, com maior autonomia alimentar nesse processo. Através da Feira são oferecidos produtos de qualidade, livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Os produtores rurais consomem os alimentos em quantidade e qualidade suficientes e abastecem a Feira com o excedente, promovendo assim a segurança alimentar e nutricional. Assim, a prática agroecológica é compreendida como um instrumento apropriado para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais e dos consumidores da Feira, e através das práticas agroecológicas, os recursos naturais são preservados.

## **2 AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL**

O segundo capítulo deste trabalho discute a agroecologia enquanto movimento de resistência à agricultura capitalista, na medida que consiste em um modelo de produção de alimentos alicerçado no respeito ao ser humano e ao ecossistema, pois seu objetivo não é o acúmulo de capital através da exploração de trabalhadores e do meio ambiente. Para isso, em um primeiro momento serão trazidas as características da agroecologia na perspectiva de diversos autores. Na segunda parte do capítulo será abordada a Soberania Alimentar como uma das principais bandeiras de luta da *Via Campesina*. Na terceira parte serão discutidos os Grupos de Consumo Responsável (GCRs), que consistem em circuitos curtos de comercialização, aproximam produtores e consumidores, com práticas de produção que valorizam a cultura local e respeitam a natureza, baseando-se em relações de trabalho mais democráticas. Portanto, essas experiências buscam novos caminhos diante das contradições dos atuais modelos de produção, comercialização e consumo. E por fim, serão discutidas as políticas públicas de incentivo à Agroecologia, à Economia Solidária e à Segurança Alimentar e Nutricional.

### 2.1 Agroecologia: origens e conceitos

A agroecologia surgiu de uma relação entre produtores - que não se conformam diante da deterioração socioambiental - e pesquisadores e professores comprometidos em buscar estratégias sustentáveis de produção. “É a fusão entre a Empíria camponesa e a Teoria Agroecológica que estabelece um desenvolvimento alternativo, um Desenvolvimento Rural Sustentável” (SEVILLA, 2001 *apud* LEFF, 2002, p. 39).

No princípio de sua concepção, a agroecologia lidou com questões relacionadas à produção e proteção de cultivos. Nas últimas décadas, no entanto, novas dimensões como a social, a ambiental, a econômica, a ética e a de desenvolvimento estão se tornando significativas. “Hoje, o termo agroecologia representa uma disciplina científica, uma prática agrícola, um movimento político e social” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 1, tradução nossa).

A agroecologia até os anos de 1960 era apenas uma disciplina puramente científica; posteriormente outros ramos se desenvolveram. “Os primeiros cientistas a introduzir o termo agroecologia estavam pautados na ciência biológica, particularmente na zoologia, na agronomia e na fisiologia do cultivo” (FRIEDERICHS, 1930 *apud* WEZEL *et al.*, 2009, p. 1, tradução nossa).

A agroecologia possui caráter científico, técnico e social legítimo. No entanto, a polissemia conceitual relacionada ao nome tem ocasionado inúmeras interpretações e controvérsias, de acordo com o contexto no qual utiliza-se o termo. Assim sendo, “é preciso valorizar questões de ordem teóricas e epistemológicas, de modo a distinguir os aspectos de cada uma das três dimensões (ciência, prática e movimento) para alavancar o objetivo comum que trata da busca pela sustentabilidade agrícola e ambiental” (PRATES JÚNIOR; CUSTÓDIO; GOMES, 2015, p. 256).

A agroecologia se estabelece como enfoque científico na medida em que ela se sustenta de outras disciplinas científicas, de saberes e experiências dos próprios agricultores, permitindo assim “o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

A agroecologia como uma disciplina científica, passou por uma profunda transformação, indo além da escala do agroecossistema, seguindo para um foco mais ampliado, ou seja, “para todo o sistema alimentar, definido como uma rede global de produção, distribuição e consumo alimentar” (GLIESSMAN, 2007 *apud* WEZEL *et al.*, 2009, p. 3, tradução nossa). Neste sentido, produtores e consumidores são vistos como partes do sistema, resultando em uma nova e maior definição de agroecologia como “um estudo integrado da ecologia de todos sistemas alimentares, englobando as dimensões ecológica, econômica e social, ou simplesmente, a ecologia dos sistemas alimentares” (FRANCIS *et al.*, 2003 *apud* WEZEL *et al.*, 2009, p. 3, tradução nossa).

A ciência da agroecologia é definida como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2000, p. 54). Deste modo, a agroecologia oferece o conhecimento e a metodologia necessários para o desenvolvimento de uma agricultura que é “ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável”. Ela valoriza o conhecimento empírico dos agricultores.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o termo agroecologia geralmente não era utilizado para descrever um movimento. “Isto teve início na década de 1990, especialmente nos Estados Unidos e na América Latina, quando a palavra começou a ser utilizada para expressar uma nova maneira de pensar a agricultura e a sua relação com a sociedade” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 4, tradução nossa).

De acordo com Wezel, foi instituída durante a década de 1980 na América Latina, uma das origens da agroecologia como uma prática. A preservação dos recursos naturais, o manejo adaptado da fertilidade do solo e a conservação da agrobiodiversidade são a base prática para os distintos movimentos agroecológicos da América Latina (WEZEL *et al.*, 2009, p. 4, tradução nossa).

Prates, Custódio e Gomes (2015, p. 246) apontam que fica evidente a adoção do problema da crise ambiental por estudiosos da agroecologia, que procuram desenvolver formas efetivas para enfrentá-la, por meio de diversas estratégias que envolvem mais que a resolução de problemas técnico-científicos, envolve também a resolução de problemas sociais, morais e éticos. Assim, “é preciso preocupar-se com um fantasma que tenta se reerguer continuamente, o qual considera que o discurso ambiental, a preocupação ecológica e a própria Agroecologia estejam mais próximas do campo ideológico do que da ciência” (GOMES 2005 *apud* PRATES JÚNIOR; CUSTÓDIO; GOMES, 2015, p. 256). Trata-se de um conceito complexo:

Quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

Enfim, atualmente existem alguns problemas com o uso do termo “agroecologia”. Nesta perspectiva, Wezel e colaboradores descreveram as três principais conceptualizações do termo: “como a disciplina científica, como um movimento, e como uma prática. A aplicação do termo depende fortemente da evolução histórica e epistemológica, que fornece a fundamentação e a validade do uso do termo, em diferentes países” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 10-1, tradução nossa).

Portanto, o conceito de agroecologia precisa ser melhor compreendido, pois em dimensões históricas e geográficas refere-se a três diferentes abordagens, que podem ser caracterizadas como: “1) científica: a) abordagem de campo, b) ecologia de agroecossistemas, c) ecologia de sistemas alimentares; 2) práticas agrícolas – uso de técnicas para atingir objetivos; 3) movimento social e/ou político: a) ambientalismo, b) desenvolvimento rural, c) agricultura sustentável” (WEZEL *et al.*, 2009 *apud* PRATES JÚNIOR; CUSTÓDIO; GOMES, 2015, p. 246).

Assim, as condições que mais influem são “(i) a existência de fortes movimentos sociais e ambientais, (ii) a existência de diferentes tradições científicas e suas evoluções, e (iii) a busca por estruturas e conceitos para descrever os novos tipos de práticas e movimentos” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 11, tradução nossa). E os autores seguem com uma indagação:

Então, a questão persiste, “A agroecologia é uma ciência?” Dalgaard *et al.* (2003) fornecem evidências convincentes, mas somente quando aplicadas à sua definição específica de agroecologia, limitada a práticas e sistemas agrícolas. Seria errôneo aplicar sua conclusão à agroecologia no geral, sem considerar as grandes diferenças entre os diferentes significados e definições ao aplicar critérios científicos de comunidade, universalidade, desinteresse, originalidade e dúvida. Como resultado, não se deve assumir que “agroecologia” é uma ciência sem dar o significado preciso da palavra (WEZEL *et al.*, 2009, p. 9, tradução nossa).

Para Norder *et al.* (2016, p. 13-4), “a agroecologia constitui-se como ciência, prática e movimento social, mas também, mais recentemente, como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia”. Neste cenário, existem distintas proposições nos campos científico e educacional sobre o objeto de estudo da agroecologia, sendo este caracterizado de diferentes maneiras por vertentes como etnoecológica, eclética e universalista. Há também uma combinação/alternância entre discursos científicos, normativos e programáticos.

No Brasil, a criação da agroecologia foi constituída com distintos tipos de movimentos, alicerçada nas práticas agrícolas tradicionais, e não na ciência. Esses movimentos surgiram nos anos 70, como “diferentes formas de agricultura alternativa, vindas da avaliação crítica sobre os efeitos da modernização agrícola nas fazendas e, conseqüentemente, na promoção da agricultura familiar, bem como na soberania e autonomia alimentar” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 5, tradução nossa).

Para Norder *et al.* (2016), no Brasil, a agroecologia vem se mostrando de maneira cada vez mais profunda, “não apenas como ciência, prática e movimento social, mas também como diretriz de políticas governamentais e como parte do sistema de educação formal” (p. 2). De modo simultâneo, existem concepções, tanto no Brasil como na França, que relacionam a agroecologia a modo de vida, ética e ideológica. No campo dos movimentos sociais a agroecologia é parte importante de uma estratégia de mobilização social e política. Entre os movimentos sociais, a Via Campesina passou a propor um método de desenvolvimento rural e de soberania alimentar centrado na agroecologia. No Brasil existem importantes iniciativas

voltadas à criação de redes de organizações agroecológicas, especialmente através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (NORDER *et al.*, 2016).

Na década de 1970, o agrônomo Lutzenberger esforçou-se para influenciar grupos de agricultores e ambientalistas, constantemente apoiados por ONGs e pela Igreja Católica, rumo a uma agricultura alternativa. Com seu “Manifesto Ecológico brasileiro: Fim do Futuro?”, Lutzenberger lançou um esforço contra a contaminação por pesticidas. Logo em seguida, ele começou a se envolver na prática e no ensino da agricultura orgânica” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 5, tradução nossa). Essa prática aumentou a partir da preocupação existente acerca da destruição do meio ambiente e da exclusão social de pequenos agricultores no processo de modernização da agricultura (NORGAARD, 1984 *apud* WEZEL *et al.*, 2009, p. 5, tradução nossa).

Conforme Pereira (2012), esse título – *Fim do Futuro?* e o anterior pensado por Lutzenberger – *O consumo do Futuro*” mostrava que ele estava preocupado com a possibilidade de não existir futuro, devido à grande crise ecológica que estaria atingindo o planeta.

Para Lutzenberger, os problemas ecológicos que atingem a humanidade são decorrentes da visão de mundo egoísta, antropocêntrica, centrada no ser humano, que não considera a interligação entre todos os seres. A ética antropocêntrica, portanto, é a origem dos problemas da humanidade e do planeta. Assim, a solução para a crise ambiental seria superar essa ética pela ética “biocêntrica, holística, que considera o ser humano como mais um elemento da biosfera, não como o mais importante. O homem, nessa cosmovisão não é detentor de nenhum direito especial de exploração do planeta” (PEREIRA, 2012, p. 1001), pelo contrário, deve promover sua preservação pois depende dele para viver.

No ano de 1998 surgiu, como um processo militante, a rede de agroecologia Ecovida em três estados do sul do Brasil, contribuindo para uma alternativa social. “Para a Ecovida, os objetivos eram romper com os sistemas de certificação de terceiros de agricultura orgânica e mercados formais, e abordar os mercados locais através de uma parceria com consumidores” (BYÉ *et al.*, 2002 *apud* WEZEL *et al.*, 2009, p. 5, tradução nossa).

A agroecologia foi reconhecida recentemente de maneira oficial como uma ciência pela EMBRAPA. “Para eles, a agroecologia é a ecologia do sistema alimentar” (FRANCIS *et al.*, 2003 *apud* WEZEL *et al.*, 2009, p. 5, tradução nossa) e historicamente surgiu como agricultura alternativa para pequenas propriedades familiares.

A agroecologia é compreendida como “uma ciência emergente e como um campo transdisciplinar do conhecimento, influenciado pelas ciências sociais, agrárias e naturais, especialmente aplicado à ecologia” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 5, tradução nossa).

Em síntese, a agroecologia no Brasil consistiu, inicialmente, como “um movimento pelo desenvolvimento rural e aspectos ambientais na agricultura” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 6, tradução nossa). Isso incentivou a busca por práticas alternativas, chamadas atualmente de práticas agroecológicas, que estavam também relacionadas às práticas da agricultura orgânica. Ultimamente, a agroecologia também tem sido considerada uma disciplina científica, integrando as dimensões sociais.

### 2.1.1 Agroecologia: práticas ecológicas para uma agricultura sustentável

As condutas da agricultura capitalista estão destruindo o meio ambiente, acarretam o declínio da biodiversidade, “perturbando o equilíbrio natural dos ecossistemas e, em última instância, comprometendo a base de recursos naturais da qual os seres humanos – e a agricultura – dependem” (GLIESSMAN, 2000, p. 45).

O uso do solo para o desenvolvimento da agricultura capitalista e para a pecuária extensiva foi o grande motivo do desmatamento e da erosão dos distintos ecossistemas latino-americanos; neste sentido, “surge a necessidade de reorientar as estratégias de recuperação e de uso sustentável do solo, baseadas no manejo múltiplo e integrado dos recursos naturais” (LEFF, 2002, p. 45).

Grande parte das terras agricultáveis já foram convertidas ao uso humano, e dessa porção, a parte que pode ser cultivada está encolhendo devido à sua degradação e à expansão das cidades. A opção que resta é “preservar a produtividade, a longo prazo da superfície mundial cultivável, enquanto mudamos os padrões de consumo e de uso dela para beneficiar a todos, tanto produtores quanto consumidores, de forma mais equitativa” (GLIESSMAN, 2000, p. 52). Portanto, para preservar a longo prazo a produtividade da terra é necessária uma produção sustentável de alimentos. Este autor sustenta que:

A sustentabilidade é alcançada através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte. A partir desta base, podemos caminhar na direção das mudanças socioeconômicas que promovem a sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar (GLIESSMAN, 2000, p. 52).

Uma agricultura sustentável teria pouquíssimos efeitos negativos no meio ambiente, pois: não liberaria nele substâncias tóxicas; iria preservar e recompor o solo; usaria a água de maneira equilibrada, permitindo a recarga dos depósitos aquíferos; dependeria, essencialmente de recursos de dentro dos agroecossistemas, substituindo insumos externos por clivagem de nutrientes; trabalharia para conservar a diversidade biológica, assim “garantiria igualdade de acesso à práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas” (GLIESSMAN, 2000, p. 53).

Guzmán (2001, p. 36) acentua que “o pensamento científico convencional, através do conceito de desenvolvimento, definiu como o ‘progresso’ para as zonas rurais a sua homogeneização sociocultural e, com isso, levou à erosão do conhecimento local”. Tal conhecimento foi desenvolvido através da interação entre os homens e a natureza. Com a imposição cultural, foi estabelecida a estrutura de poder dirigida pela lógica do lucro e do mercado, causando de modo geral a submissão dos elementos locais pertencentes aos recursos naturais de cada etnoecossistema.

Com isso foram substituídas as práticas de manejo camponesas por meio da implementação de “um modo de vida moderno, hostil e dissolvente das formas de relação comunitária existentes nas comunidades rurais, onde os valores de uso sempre prevaleciam sobre os valores de troca” (GUZMÁN, 2001, p. 36). Mas, apesar da continuidade deste processo de modernização, as comunidades locais desenvolvem inúmeros mecanismos de resistência; elas “constituem as respostas locais a uma generalizada agressão sociocultural, manifestando-se através de uma grande quantidade de elementos específicos de cada etnoecossistema. Dito em outras palavras, nasciam as respostas endógenas, surgidas a partir da própria cultura local”.

Conforme Alberto Acosta, é preciso superar a ideia de progresso enquanto constante meio de acúmulo de bens materiais. Para chegar a uma nova organização civilizatória com espaços globais democráticos os seres humanos precisam se reencontrar com a dimensão utópica, assim como “propunha o ensaísta peruano Alberto Flores Galindo, o que implica fortalecer os valores básicos da democracia: liberdade, igualdade e solidariedade, incorporando conceitos da vida em comunidade” (ACOSTA, 2016, p. 40).

O Bem Viver<sup>6</sup> se apresenta como uma oportunidade para a construção coletiva de uma nova forma de vida. Ele é “um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem

---

<sup>6</sup> A filosofia do Bem Viver, conforme Turino (2016, p. 14), “é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, com o teko porã dos guaranis”, que se refere à bela vida e à existência em comunidade dos povos guaranis

em harmonia com a Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 24). Os indígenas não são atrasados e seus valores e práticas resumem uma civilização viva, que mostrou capacidade para lutar contra a Modernidade colonial. A visão de mundo, especialmente dos povos indígenas, é uma oportunidade para a construção de outros tipos de sociedades, firmadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. Portanto, a filosofia do Bem Viver é um caminho a ser seguido por todos os povos se quiser-se preservar a vida humana e dos demais seres vivos que habitam este planeta. O crescimento econômico constante e desregulado é impossível em um planeta com limites biofísicos.

Tal filosofia objetiva a construção de um projeto transformador, sendo o ponto de partida para se constituir democraticamente sociedades sustentáveis, garantindo a sobrevivência da humanidade. Assim, “seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos ‘parte’ dela e que não podemos continuar vivendo ‘à parte’ dos demais seres do planeta. A natureza não está aqui para nos servir [...]”. (TURINO, 2016, p. 14). Portanto, “O Bem Viver recupera esta sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa [...]” (TURINO, 2016, p. 15)

Guzmán (2001, p. 36) propõe o conceito de desenvolvimento rural amparado nos princípios da agroecologia, baseando-se “no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento” estabelecidas a partir da identidade local do etnoecossistema concreto em que estão inseridas. “A agroecologia que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, necessita utilizar, na maior medida possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local” (GUZMÁN, 2001, p. 36).

Para Guzmán (2001), o modo mais eficiente para desenvolver essa tarefa é fortalecer as ações coletivas, pois elas possuem uma capacidade endógena transformadora. Isso não significa levar soluções prontas para a comunidade, mas identificar aquelas existentes no local, acompanhar e incentivar os processos de mudanças existentes em uma prática participativa. Através da agricultura participativa, são desenvolvidos elementos para gerar métodos de

---

que resistem no que resta de seus territórios no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai. Está também na ética e na filosofia africana do ubuntu. “Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na minga ou mika andina”.

desenvolvimento endógeno, com base nos princípios da agroecologia. Trata-se de gerar e avaliar tecnologias nativas e articulá-las com tecnologias externas, pois a agricultura participativa não pretende negar a investigação científica. No entanto, pretende modificá-la, transformando o seu núcleo central de poder (alicerçado na ciência convencional) por outro núcleo, apoiado no conhecimento local, pois este atende às prioridades das comunidades rurais, sendo capazes de produzir agroecossistemas eficazes e sustentáveis.

Guzmán (2001) aponta que Calatrava (1995) sugeriu um modelo de desenvolvimento rural com as características de “integral, endógeno e sustentável”, ou seja, que se opõe às correntes dominantes da atualidade; com base no trabalho de Calatrava e realizando as modificações pertinentes para adaptá-lo ao enfoque agroecológico, Guzmán compreende que é possível elaborar um plano de desenvolvimento sustentável para uma zona rural. Esse plano teria as seguintes características: integralidade; harmonia e equilíbrio; autonomia de gestão e controle; minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas; manutenção e potencialização dos circuitos curtos; utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais e; por fim, pluriatividade, seletividade e complementaridade da renda.

A existência de milhares de hectares agrícolas na forma de campos elevados, policulturas, sistema agroflorestal etc., sob o antigo manejo tradicional, confirma o êxito da estratégia agrícola indígena, incluindo um tributo à “criatividade” dos agricultores tradicionais. “Este microcosmos de agricultura tradicional oferece modelos promissores para outras áreas, já que promovem a biodiversidade, prosperam sem agroquímicos e sustentam produções todo o ano” (ALTIERI, 2004 *apud* ALTIERI, 2010, p. 24). Por razões diversas, milhares de pequenas propriedades rurais tradicionais ainda existem em grande parte do terceiro mundo. “A produtividade e sustentabilidade de tais agroecossistemas podem ser otimizadas com métodos agroecológicos e, desta maneira, podem formar a base da soberania alimentar” (ALTIERI, 2010, p. 24).

Reavaliar a tecnologia indígena sobre suas formas de adaptações e resistências impostas pelas explorações agrícolas pode servir como importante fonte de conhecimento, sendo uma importante estratégia expandir esse conhecimento aos agricultores mundiais para que enfrentem as mudanças climáticas. “Ademais, as tecnologias indígenas com frequência refletem uma cosmovisão e um entendimento de nossa relação com o mundo natural que é mais realista e mais sustentável que aquelas que herdamos de Europa Ocidental” (ALTIERI, 2010, p. 28).

Mesmo que a sabedoria convencional afirme que as pequenas propriedades rurais de agricultores familiares são atrasadas e improdutivas, pesquisas mostram que elas são bem mais produtivas que as grandes propriedades agrícolas, se for considerada a totalidade da produção ao invés da produção de só uma colheita (ALTIERI, 2010).

As vantagens de produção podem variar em média de 20% a 60%, já que as policulturas reduzem perdas devido às plantas invasoras (ocupando o espaço que de outra forma estas poderiam ocupar), os insetos (ao melhorar o habitat de organismos benéficos) e as doenças (devido à maior diversidade genética), e fazem um uso mais eficiente dos recursos disponíveis de água, luz e nutrientes (FRANCIS, 1986 *apud* ALTIERI, 2010, p. 25).

Para Machado e Filho (2014), através da agroecologia é possível resgatar a cidadania dos pequenos agricultores produzindo alimentos limpos por meio de métodos com tecnologias limpas. Assim, ocorrerá: a troca da monocultura pela rotação de cultura; a proteção de biomas com reserva de áreas nas unidades produtivas, ou seja, reservas biológicas; a sucessão animal – vegetal; a restauração da fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes químicos, entre outros fatores.

Diante disso, além de se colher um produto limpo haverá uma considerável diminuição no custo da produção com a eliminação de agrotóxicos e fertilizantes. Para se construir um novo paradigma, o primeiro passo é desconstruir os “conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio. É preciso abandonar os conceitos tradicionais e, em seu lugar estudar e incorporar saberes que promovam tecnologias limpas, que respeitem os bens comuns naturais” (MACHADO; FILHO, 2014, p. 38).

Para Leff (2002, p. 37), a agroecologia, ao reagir contra os modelos agrícolas devastadores, “se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentação e a segurança alimentar das comunidades rurais” e objetiva garantir a segurança alimentar também para os moradores da zona urbana.

Em agroecossistemas tradicionais a predominância de cultivos diversificados tem uma importância essencial para o equilíbrio dos sistemas agrícolas camponeses, possibilitando que os cultivos atinjam bons níveis de produtividade. “Em geral, os agroecossistemas tradicionais são menos vulneráveis à perda catastrófica, já que cultivam uma ampla variedade de cultivos e variedades em diferentes disposições espaciais e temporárias” (ALTIERI, 2010, p. 27).

Guhur e Toná (2012, p. 66) compreendem que a agroecologia é “inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade”. Neste sentido, “a agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos” (LEFF, 2002, p. 37).

Leff (2002) assinala que a agroecologia traz um outro conceito para a terra e a natureza como agroecossistema produtivo; isto significa abandonar a definição de terra e de recurso das formas restritas de “significação do natural submetido à racionalidade econômica, que levaram a desnaturalizar a natureza de sua organização ecossistêmica para convertê-la em recurso natural, em matéria-prima para a apropriação produtiva (e destrutiva) da natureza” (p. 41). Pois,

[...] enquanto a Agroecologia se nutre dos saberes culturais dos povos, de valores tradicionais que vinculam o momento da produção com as funções simbólicas e o sentido cultural do metabolismo social com a natureza, a agricultura capitalista se funda na crença no mercado e na valorização da especialização tecnológica do processo e do crescimento sem limites, que vai desnaturalizando a natureza e a relação do homem com a terra (LEFF, 2002, p. 43).

Agroecologia objetiva não somente produzir de maneira mais sustentável para integrar “nichos de mercado de produtos verdes dentro das políticas da globalização econômico-ecológica. O saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de *produzir com a natureza*” (LEFF, 2002, p. 44), gerando um modo de produção firmado “no potencial ecológico-tecnológico da natureza e da cultura”.

A agricultura capitalista implementa modelos produtivos que desconsideram as condições ecológicas, sociais e culturais próprias das comunidades tradicionais, já os princípios da agroecologia “oferecem a possibilidade de estabelecer práticas produtivas sobre bases ecológicas e democráticas” (LEFF, 2002, p. 45). Em sentido oposto à ciência convencional que emprega uma forma de conhecimento:

[...] atomista, mecânica, universal e monista, a agroecologia, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizado, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais (GUZMÁN, 2001, p. 35).

Portanto, a agricultura capitalista provoca riscos à saúde e ao meio ambiente, fortalecendo um sistema agroalimentar centralizado em poucas empresas multinacionais que

controlam o mercado mundial de alimentos; provoca riscos para o desenvolvimento social e sustentável, pois é um modelo de agricultura concentrador de terras e que utiliza de maneira intensiva os recursos naturais até esgotá-los. Em sentido oposto, a agroecologia emerge como uma alternativa viável, pois sua prática consiste na aplicação de princípios ecológicos para o manejo de agroecossistemas sustentáveis.

Além disso, ela considera os aspectos socioeconômicos e o desenvolvimento rural sustentável como bases essenciais. Por conseguinte, suas práticas sustentáveis envolvem formas de ações coletivas que vão desde a produção até a circulação de seus produtos. Sendo assim, a agroecologia vincula-se a uma filosofia de respeito ao meio ambiente e os seres humanos; por isso, a prática agroecológica tem como princípio pensar no coletivo e não somente no individual, priorizando a agricultura familiar e não a atividade ostensiva.

### 2.1.2 Agroecológico x Orgânico

O incentivo à produção orgânica começou a ganhar maior destaque no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2005/2006, contando com uma seção específica. Nesse documento afirmou-se que a produção de alimentos orgânicos apresenta uma grande capacidade de gerar emprego e renda, aumentando as exportações. Trata-se de um sistema empregador de muita mão de obra, cujo mercado se caracteriza por forte processo de expansão da demanda no Brasil e também nos países desenvolvidos. “Para estimular este ‘segmento do agronegócio brasileiro’, o Plano trazia a criação do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico (ocorrida em 2004) “para apoiar e fortalecer os setores da produção, processamento e comercialização” (BRASIL, 2005/2006, p. 29 *apud* GRISA; CHECHI, 2016, p. 135) e garantir o crescimento do setor. Em relação ao Plano Agrícola e Pecuário, “chama a atenção a preferência pelo uso da noção de agroecologia nas narrativas em detrimento de sustentabilidade ou produção orgânica” (GRISA; CHECHI, 2016, p. 139).

É importante ressaltar que existe grande diferença entre alimentos orgânicos e agroecológicos. Não se trata, apenas, das características finais do produto, mas também das formas como está organizada cada etapa de produção, que implica a escolha das sementes, do local das plantações e das condições dos trabalhadores rurais. Para ser considerado orgânico, um dos critérios é não utilizar agrotóxicos na plantação, mas não são levados em conta fatores importantes como as condições de trabalho dos agricultores, o nível de industrialização de todo processo e a compatibilidade das culturas em relação ao ecossistema local. “O alimento orgânico, portanto, embora mais saudável que o modelo normal de produção do agronegócio,

não envolve a mesma responsabilidade social e ambiental que o movimento da agroecologia, defendida pelo MST” (GRANJEIA, 2018, s/p). Assim, os produtos orgânicos vêm ganhando espaços nas prateleiras dos grandes supermercados, com sua produção em larga escala baseada na monocultura que objetiva a lucratividade.

Segundo Liu (2019, s/p), uma “recente pesquisa realizada pelo *Organis-Brain* nas cinco regiões do país apontou que 1 de cada 5 brasileiros consome orgânicos”. Os dados da pesquisa apontam que para 84% dos consumidores, o principal motivo de comprar orgânicos é a procura por saúde e pela segurança dos alimentos. Um dado importante é que 48% dos consumidores entendem a diferença de preço em relação ao alimento convencional, pelo fato da produção ser diferenciada e com maior seguridade. “Por outro lado, o preço para 65% da população continua sendo o principal fator de limitação para o crescimento do consumo de orgânicos” (LIU, 2019, s/p).

Conforme Granjeia (2018, s/p), “uma das principais diferenças entre os selos orgânico e o agroecológico é o fator humano: o primeiro já foi absorvido pelo agronegócio capitalista, e pode ser produzido inclusive em latifúndios quase completamente mecanizados [...]”. Os orgânicos podem ser produzidos com pouco envolvimento dos trabalhadores do campo. Já, na agroecologia ocorre o rodízio de culturas, seguindo a lógica da alimentação das famílias produtoras e não o planejamento financeiro dos grandes proprietários de terras. Neste sentido, a produção é mais diversificada, permitindo que o solo retenha seus nutrientes.

O debate público despertou grande interesse sobre alimentação saudável; o agronegócio se aproveitou deste fato buscando encontrar uma forma de aumentar seu lucro: ainda que a “produção orgânica envolva um modo de produção diferente, não há necessidade de que o produto seja necessariamente mais caro. Os assentamentos da reforma agrária, por exemplo, se esforçam para equilibrar os custos e não pesar a mão no preço final do alimento” (GRANJEIA, 2018, s/p). Entretanto, estudos mostram que se trata de um tema controverso:

Ainda existe muita deturpação com relação à questão do preço do produto orgânico e agroecológico. Quem realmente produz para o mercado, para ter lucro, acha que só porque produz orgânico tem que cobrar mais e explorar o consumidor. Nós estamos em um processo de discussão grande de que o preço tem que ser justo tanto para quem produz quanto para quem consome. Se é necessário aumentar o custo com relação ao modelo convencional do agronegócio, não pode ser um processo de exploração como fazem essas grandes fazendas de orgânicos que estão espalhadas pelo Brasil (FORNAZIERI, 2018 *apud* GRANJEIA, 2018, s/p).

Conforme aponta Assis (2005, p. 14), “atualmente, com o aumento da demanda dos consumidores por alimentos que não ofereçam riscos à sua saúde, tem-se verificado, em grande medida, uma ruptura entre o produto em si e a forma como este é produzido”. Ou seja, na produção de orgânicos ocorre o distanciamento entre produtores e consumidores. Mas é, justamente, o conhecimento mútuo entre estes sujeitos que garante de forma suficiente a confiabilidade nos alimentos.

Em relação a questões socioeconômicas, a agricultura é um processo ecológico e social, resultando da coevolução dos sistemas sociais e naturais; dito de outra forma, pode-se dizer “que a agroecologia não se restringe a diretrizes ecológicas para o desenvolvimento tecnológico, devendo ter um campo de visão ampliado em que a tecnologia se torne instrumento para o desenvolvimento rural que atenda as demandas sociais e econômicas” (ALTIERI, 1995 *apud* ASSIS, 2005, p. 23). Assim, percebe-se que a agroecologia vai além da produção de alimentos saudáveis, na medida que ocorre “a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas” (ALTIERI, 2000, p.19).

### 2.1.3 Incentivos estatais aos agrotóxicos

Com uma população acima dos 200 milhões de habitantes e uma economia alicerçada no agronegócio, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, utilizando cerca de 7,3 litros de veneno por pessoa a cada ano. Por isso, representantes de multinacionais de todo planeta se voltam para cá, afim de conseguirem registros e vender agrotóxicos no Brasil (GRIGORI, 2019).

Devido aos inúmeros incentivos fiscais acumulados, em 2018 a bilionária indústria dos agrotóxicos deixou de pagar, por dia, mais de R\$ 5,5 milhões em impostos. Esta política tributária, que favorece o uso de venenos, recebe críticas dos produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos, que se veem em desvantagens comerciais. “Dez dias de isenções fiscais à indústria dos agrotóxicos equivalem ao total investido pelo governo federal em estudos em agroecologia entre 2010 e 2016. Neste período foram R\$ 55,69 milhões para o setor” (BESSAS, 2019, s/p.). Esta balança, completamente desigual, acaba tornando a agroecologia menos competitiva, reclama Fernando Ataliba<sup>7</sup>.

Para a Procuradoria Geral da República (PGR), ao conceder benefícios fiscais aos agrotóxicos, as normas fomentam o uso intensivo desse tipo de substância.

---

<sup>7</sup> Representante da Associação de Agricultura Orgânica (AAO).

Dessa forma, além de contrariarem os direitos ao meio ambiente equilibrado (artigo 225 da Constituição Federal) e à saúde (artigo 196), violam o princípio constitucional da seletividade tributária (artigos 153, parágrafo 3º, inciso I, e 155, parágrafo 2º, inciso III) (BESSAS, 2019, s/p.).

Em 2019 o ritmo de liberação de pesticidas é acelerado: dos 2.476 que podem ser vendidos no país, 410 foram autorizados neste ano. Outro fator que favorece essa “intensificação, diz Arantes<sup>8</sup>, é o marco regulatório instituído em julho pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), quando o risco de morte se tornou critério único para classificar os agrotóxicos” (BESSAS, 2019, s/p.).

Segundo Grigori (2019), o *Mancozebe* está entre os pesticidas com novos registros aprovados, sendo utilizado, por exemplo, em cultivos de tomate, arroz, feijão, milho e banana. O *Piriproxifem*, também aprovado, é indicado nas culturas de café, melancia, soja e melão. Apesar de classificados como extremamente tóxicos e com uso indicado para alimentos que estão na dieta de praticamente todos os brasileiros, o uso destes pesticidas é considerado seguro, conforme o Ministério da Agricultura.

Entretanto, Grigori (2019) aponta que outros países não veem os produtos da mesma maneira que o governo de Jair Bolsonaro<sup>9</sup>. Os venenos *Imazetapir* e o *Hexazinona*, por serem considerados muito tóxicos, tiveram a comercialização reprovada na União Europeia. O primeiro deles é um herbicida, utilizado em cultivos de soja, entre outros, e teve o registro negado pelos europeus em 2004. O segundo é um herbicida usado em cultivos de cana-de-açúcar, rejeitado na Europa em 2002. São agrotóxicos aplicados por pulverização aérea, lançados por pequenos aviões, atingindo mais rapidamente grandes plantações, podendo contaminar também regiões próximas às lavouras (GRIGORI, 2019).

Conforme Tygel, Ghisi e Borges (2019, s/p.), “as estreitas relações entre os poderes executivos e legislativos com o setor do agronegócio ganham maior visibilidade pública com a adoção de medidas favoráveis às grandes corporações”. Com este novo governo, a liberação de novos registros de agrotóxicos já é recorde histórico. Com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob comando da ruralista Teresa Cristina e a ocupação de inúmeras cadeiras no Congresso Nacional por representantes do agronegócio, “organizados em torno da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), o governo faz fortes acenos de favorecimento ao mercado dos agrotóxicos”.

---

<sup>8</sup> Rafael Arantes, nutricionista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

<sup>9</sup> Governo de 2019-2022.

O *Glifosato* é um dos agrotóxicos mais vendidos no país e teve três novos registros aprovados, dois deles pela empresa Monsanto. É um pesticida com a classificação *altamente tóxico*; pode ser aplicado em diversos cultivos como soja, milho e algodão, sendo estes produtos bastante importantes para o agronegócio brasileiro. Em agosto de 2018, a juíza federal Luciana de Moura “determinou a suspensão do registro de produtos à base de glifosato no Brasil até que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concluísse um processo de reavaliação do uso do veneno que está em aberto desde 2008” (GRIGORI, 2019, s/p.). A juíza deu o prazo até 31 de dezembro de 2018 para a conclusão da análise. Entretanto, um mês depois, o desembargador Kássio Marques, presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, derrubou a liminar, pois segundo ele, não era possível suspender o registro dos produtos sem antes analisar os graves impactos que esta medida traria à economia do país.

Essas substâncias tóxicas precisam passar por avaliação do Ministério da Agricultura, do Ibama e da Anvisa antes de chegarem ao mercado; estes órgãos fazem inúmeros testes para medir o grau toxicológico e o potencial de periculosidade ambiental, por exemplo. Tudo isso pode demorar mais de cinco anos, “prazo criticado por parlamentares ligados ao agronegócio. Nos últimos anos, os órgãos avaliadores afirmam estar modernizando o sistema para que os processos demorem menos” (GRIGORI, 2019, s/p.). As reações são diversas:

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida posicionou-se contrária à liberação dos defensivos, afirmando se tratar de uma retribuição de imediato a todo o apoio do agronegócio dados durante as eleições. “Repudiamos de forma veemente a flexibilização do marco legal dos agrotóxicos no Brasil e a enxurrada de novos produtos registrados neste ano. Os agrotóxicos no Brasil já representam hoje um grave problema de saúde pública, e a inserção no mercado de mais produtos agravará ainda mais os perigos aos quais a população está submetida” (GRIGORI, 2019, s/p.).

A imunologista Mônica Lopes Ferreira desempenha, há 30 anos, uma celebrada carreira no Instituto Butantan. Porém, Mônica tem enfrentado uma campanha contra ela dentro do próprio instituto. “Tudo começou quando a imunologista analisou dez agrotóxicos que estão entre os mais utilizados no Brasil e revelou que todos, em qualquer quantidade aplicada, causam graves prejuízos à saúde humana” (SIMÕES, 2019, s/p.)

A Fiocruz, pertencente ao Ministério da Saúde, encomendou o estudo em 2018 e indicou os agrotóxicos a serem testados. O resultado foi divulgado no início de agosto de 2019, com grande repercussão na imprensa. O diretor da Anvisa, Renato Porto, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em resposta, deram entrevistas discordando do estudo. “Além deles, o ex-

secretário de Agricultura e de Meio Ambiente de São Paulo, Xico Graziano, que tem ecoado a linha da ministra em seu blog, publicou um *tweet* desqualificando a pesquisa” (SIMÕES, 2019, s/p.).

Quando entrevistada pela Agência Pública, Mônica declarou que “a direção do Instituto Butantan embarcou num boicote, acusando-a de realizar o estudo sem o conhecimento do instituto” (SIMÕES, 2019, s/p.). Esta instituição tem colocado barreiras para impedir que ela dê palestras e ministre cursos. Ela defende ainda os resultados obtidos: “Eu sei da importância do agronegócio, da importância da agricultura. Eu só acho que a gente não tem que brigar com o dado, com a ciência. A gente tem que trabalhar a partir dela”.

Enfim, produtos tóxicos, causadores de prejuízos socioambientais não deveriam receber incentivos do poder público, mas sim, maiores tributações. O atual governo está preocupado com o progresso do país a qualquer custo e enxerga no agronegócio uma alternativa viável para alavancar a economia; mesmo que para isso tenha que destruir o meio ambiente e, conseqüentemente, os territórios dos povos tradicionais, para plantar produtos que não são alimentos, mas sim mercadorias para exportação.

## 2.2 Soberania alimentar: uma das principais bandeiras de luta da Via Campesina

Segundo Mascarenhas e Gonçalves, a tentativa de alimentar o mundo através do modelo industrial hegemônico de produção de alimentos está falhando, pois, teoricamente existe comida para todos, entretanto, nem todos conseguem acessar estes alimentos. Ocorre, ainda, um enorme desperdício, pois 40% dos alimentos são jogados fora (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017).

Apesar do aumento da produção de alimentos, a fome persiste em todo o planeta. Também existem grandes disparidades na ingestão de calorias e na segurança alimentar e nutricional entre pessoas dos países do Norte Global e pessoas de países do Sul Global. Neste sentido, as relações de desigualdade, além de causarem sofrimento, “tendem a promover políticas e práticas agrícolas que são dirigidas mais por considerações econômicas do que pela sabedoria ecológica e pensamento a longo prazo” (GLIESSMAN, 2000, p. 50). Portanto, a modernização da agricultura acentuou as desigualdades, pois seus benefícios são distribuídos de maneira desigual.

Segundo Oliveira (2015, p. 240), “sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*<sup>10</sup>, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais”, que serão caracterizadas a seguir.

Na produção de *commodities*, os alimentos passaram a ser uma mercadoria comprada no mercado mundial para ser adquiridos por quem tenha condições financeiras de comprá-los. Algumas das principais *commodities* do campo são soja, milho, trigo, arroz, cacau, café e açúcar. No Brasil há também o boi gordo e o etanol. As bolsas de mercadorias e futuro regulam os preços mundiais das *commodities*. “A principal bolsa mundial de comercialização de alimentos é a *Chicago Mercantile Exchange* (CME), ou *The Merc*, ou simplesmente Bolsa de Chicago” (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

O sistema econômico alicerçado no modelo neoliberal fez com que os alimentos passassem a ser controlados por empresas transnacionais. Esse processo recebe o apoio de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (XAVIER *et al.*, 2018). Nos últimos anos ampliaram-se os “acordos de livre comércio e, juntamente com outros acordos internacionais, estão impondo aparelhos legais que destruíram princípios básicos de proteção dos direitos humanos e sociais e que apenas garantem condições para maximizar os lucros das empresas transnacionais” (VIA CAMPESINA, 2004, s/p.).

Oliveira (2015) aponta que a formação das empresas monopolistas mundiais possibilitou o controle monopolista da produção das *commodities* do campo. Essas empresas têm nas multinacionais suas bases formadoras e nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, associações, franquias, etc. Portanto, elas formaram-se a partir das empresas nacionais ou estrangeiras que, possuindo o controle monopolista da produção, atingiram o nível mundial associando-se, principalmente, com as empresas nacionais concorrentes.

Quatro empresas mundiais controlam, praticamente, todo o mercado de alimentos no mundo. A maior delas é a *Cargill Incorporated*, com sede nos EUA; ela atua em 65 países, desenvolvendo atividades nos cinco continentes. Com o neoliberalismo, as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional dos estados neoliberais “passaram a substituir os estoques

---

<sup>10</sup> O objetivo era “transformar toda a produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para oferecê-la ao mercado mundial” (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais” (OLIVEIRA, 2015, p. 240), o que converteu o mercado em único controlador do abastecimento alimentar das populações nacionais.

Na década de 1990 ampliou-se o conceito de segurança alimentar e nutricional, com o intuito de que todas as pessoas tivessem direito à alimentação, cujos governos teriam o dever de implantar políticas públicas que garantissem os alimentos básicos à população. As pessoas com rendimentos insuficientes acessariam esses alimentos a preços subsidiados ou mesmo por meio de doações do governo. No entanto, tais políticas implantadas foram insuficientes para acabar com as causas da fome e da desnutrição (STÉDILE; CARVALHO, 2012).

Os movimentos camponeses indicam que o próprio conceito de segurança alimentar e nutricional é insuficiente, pois não reconhece que a prática do sistema agroalimentar global é a própria causa da fome. Assim, percebem que é necessário um novo modelo, “baseado na soberania alimentar desde o surgimento da Via Campesina, em 1993” (XAVIER *et al.*, 2018, p. 4456). Neste sentido, a soberania alimentar é uma bandeira de luta para os movimentos camponeses, e estes buscam superar inúmeros problemas que atingem os povos de todo o planeta, entre eles, as mudanças climáticas e a má qualidade dos alimentos em nível global; eles propõem um modelo de desenvolvimento que valorize a cultura local das populações.

Nesta perspectiva, em 1996 surgiu o conceito de soberania alimentar, introduzido pela Via Campesina Internacional durante a Cúpula Mundial sobre a alimentação. O debate girava em torno de segurança alimentar e nutricional como sendo “[...] o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação apropriada e com o direito fundamental a não passar fome” (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 721-2).

Tal conceito surgiu a partir da crítica dos termos utilizados na discussão dos governos, que, sintonizados com o poder neoliberal e com princípios defendidos pela Organização Mundial do Comércio, tentaram vincular o direito à alimentação à liberalização do comércio de alimentos, tornando a alimentação um grande e lucrativo negócio para as empresas transnacionais, a indústria de *fast-food*, entre outros.

Diante disso, as organizações camponesas trouxeram um conceito de soberania alimentar contrapondo-o ao de segurança alimentar e nutricional: “[...] o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional” (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 722). Além de poder acessar os alimentos, as

populações têm o direito de produzi-los, o que poderá lhes garantir a soberania sobre suas existências.

Segundo Vieira (2011, p. 260), “a soberania alimentar representa a ressignificação do tema da reforma agrária, não apenas compreendida como acesso à terra e modernização do campo, mas como democratização da terra – bem comum e patrimônio da humanidade” e, portanto, não pode ser apropriado de maneira privada. Também questiona-se a propriedade de bens naturais como a água e as sementes. Para Acosta (2016), a soberania alimentar defende a proteção do solo e o uso racional da água, uma prática de proteção aos milhares de camponeses e, obviamente, à existência digna de toda a população.

Stédile e Carvalho (2012) assinalam que os conceitos de soberania alimentar e de segurança alimentar e nutricional têm sido defendidos nas últimas duas décadas como medidas públicas indispensáveis para eliminar problemas trágicos como a fome e a desnutrição, que atingem milhões de seres humanos; problemas estes que foram, ao longo da história, os mais graves da organização das sociedades.

Esse novo conceito de soberania alimentar representa uma ruptura em relação à organização dos mercados agrícolas imposta por governos neoliberais que violam as normas protecionistas para a agricultura familiar e camponesa implantadas por alguns governos nacionalistas e populares que, por meio de impostos sobre as importações baratas de alimentos, favoreciam o preço de alimentos nacionais. Para os movimentos da Via Campesina:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentarias, por cima das exigências dos mercados e das empresas (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007 *apud* STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 723).

A segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar estão ameaçadas em diversas partes do mundo, uma vez que foi imposto o pacote tecnológico que utiliza grandes extensões de terras e trabalho precarizado nos países em desenvolvimento, sendo uma ameaça para os camponeses por todo o mundo. “Há um confronto entre diferentes modos de fazer agricultura: uma agricultura do agronegócio, hegemônica e homogênea em disputa com uma agricultura de base camponesa” (PEREIRA, 2012, p. 690).

Portanto, é preciso resistir e defender que os alimentos sejam produzidos por produtores locais e derrubar a tese de empresas transnacionais que pregam o livre comércio como única forma de garantir segurança alimentar e nutricional para a população. A soberania alimentar prioriza a produção e o beneficiamento de alimentos pelas economias locais, distribuindo-os em mercados locais e nacionais, conferindo o poder de produção aos agricultores familiares, aos camponeses e demais povos tradicionais. Além disso, a soberania alimentar promove o comércio transparente, garantindo renda digna para todos os povos e o direito do consumidor de controlar sua própria alimentação. Assegura que os direitos de acesso e administração da terra, dos territórios, das águas, etc. estejam nas mãos dos produtores de alimentos. Dessa forma, “a soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e das desigualdades entre os homens e mulheres, entre povos, entre grupos étnicos, entre classes sociais e entre gerações” (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 723).

Levando em consideração que a fome não ocorre devido à falta de alimentos, mas por “uma questão complexa centrada no acesso aos alimentos, é preciso enfrentá-la articulando e fortalecendo diversas áreas, como a renda, os preços, a escolha do que plantar, como plantar, como e para onde distribuir, etc. (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 39).

Uma das formas de aprimorar o acesso aos alimentos agroecológicos para as populações é através dos Grupos de Consumo Responsáveis, que será discutida posteriormente.

### 2.2.1 Via Campesina: um movimento internacional

A Via Campesina surgiu em um cenário no qual os camponeses e pequenos agricultores não conseguiam manter o controle sobre suas terras e produções; nesse contexto a cultura e os saberes tradicionais eram eliminados. A globalização da agricultura industrial moderna e a busca por um modelo de desenvolvimento alternativo exercido pelos próprios camponeses são princípios fundamentais para compreender o surgimento da Via (DESMARAI, 2007 *apud* VIEIRA, 2011). Portanto, seu surgimento deu-se quando apareceram os expressivos protestos questionadores dos formatos do capitalismo mundial, ou seja, a industrialização da agricultura, a financeirização global da prática agrícola, a privatização e a concentração de bens públicos como a terra, a água e o patrimônio genético.

O surgimento de organizações camponesas e sua articulação em nível internacional são analisados muitas vezes como um processo surpreendente. De acordo com Borras (2004), contrariando as análises do passado que indicavam seu desaparecimento ou um lugar subalterno na transformação social, observa-se um papel prevacente dos movimentos rurais. A Via foi

um importante sujeito nas lutas populares internacionais no enfrentamento do neoliberalismo e do controle corporativo sobre os recursos naturais, exigindo responsabilidades das agências intergovernamentais e defendendo a soberania alimentar, entre outros fatores (BORRAS, 2004, p. 3 *apud* VIEIRA, 2011).

Trata-se de um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, jovens, mulheres rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Ela é construída sobre um forte sentido de unidade e solidariedade entre esses grupos que defendem a agricultura camponesa e a soberania alimentar como forma de promover a justiça e a dignidade social, opondo-se fortemente ao agronegócio que destrói as relações sociais e a natureza (LA VIA CAMPESINA, 2018). No Brasil, fazem parte da Via Campesina:

[...] o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CPT (Comissão Pastoral da Terra), FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), IEEP (Instituto Equipe de Educadores Populares), MST e Escola Latino-Americana de Agroecologia (TERRA DE DIREITOS, 2008, s/p.).

A identidade da Via é complexa, integrando muitos elementos distintos que são absorvidos de diferentes maneiras por organizações e militantes, havendo, no entanto, uma significativa convergência: o conceito de soberania alimentar; representa, por um lado, “uma ressignificação da própria ideia de soberania, a qual passa a ser baseada nos povos e não nos Estados nacionais e que inclui novas relações norte-sul no que diz respeito à produção e à comercialização dos produtos agrícolas” (VIEIRA, 2011, p. 260). Esse outro significado também expande o conceito de segurança alimentar e nutricional, que passa a incluir não somente “a quantidade de alimentos, mas a forma e a escala de produção dos mesmos”.

Em maio de 1993 em Mons, na Bélgica, ocorreu um encontro com 55 organizações de camponeses de 36 países, com o objetivo de formar um movimento camponês internacional. A declaração de Mons, em resposta ao modelo hegemônico de produção, afirma que os movimentos camponeses da Via Campesina sugerem uma agricultura ecologicamente sustentável e socialmente justa, e, portanto, defendem o direito dos pequenos produtores de viverem no campo; defendem também “o direito a uma agricultura diversificada que garanta, como prioridade, o provimento de alimentos saudáveis e de qualidade para todos os povos do mundo, baseado em profundo respeito pelo meio ambiente [...]” (VIEIRA, 2011, p. 193).

Em síntese, algumas das metas da Via são priorizar o direito dos camponeses de todo mundo de reivindicar políticas públicas para a agricultura camponesa sustentável e continuar a luta por uma autêntica Reforma Agrária, defendendo suas sementes e a soberania alimentar. Portanto, ela opõe-se à política neoliberal e às políticas do FMI, da OMC e do Banco Mundial, recusa totalmente os acordos bilaterais de livre comércio, não aceita o uso da guerra como arma econômica e política, e, portanto, luta pela paz em todos os países. Os movimentos que a compõem estão comprometidos em combater o sistema patriarcal que somente fortalece as injustiças do capitalismo. “É também um novo compromisso de combater as causas da migração e seus efeitos destrutivos. [...] Desenvolveremos um esforço compartilhado de educação política em todos os níveis” (VIA CAMPESINA, 2004, s/p.)

Segundo Shanin (2005), tem-se afirmado que a economia dos camponeses é caracterizada por práticas extensivas de ocupação autônoma, ou seja, pelo trabalho familiar, “pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional” (p. 3).

A essência das características determinantes do camponês aparenta sustentar-se na “natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Conseqüentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rural familiares” (SHANIN, 2005, p. 5) como elemento fundamental da economia e da sociedade. Portanto, o camponês precisa ser compreendido através da investigação do estabelecimento rural familiar camponês, ou seja, de suas particularidades, reações e interações com a conjuntura social mais ampla.

A definição de campesinato continua em disputa para a Via Campesina, cujos dirigentes a conceituam de diversificadas formas. “Muitos se referem simplesmente aos trabalhadores do campo. Outros, contudo, buscam raízes nas conceituações marxistas<sup>11</sup> do conceito” (VIEIRA, 2011, p. 260).

Assim, usa-se camponês, pois a ideia é que neste termo unificam-se todas as categorias de trabalhadores do campo. “Camponês, como a própria palavra diz, é a pessoa que vive no campo. E não é necessariamente a pessoa pobre, ou atrasada. Camponês é quem tem uma

---

<sup>11</sup> O marxismo também não tem uma visão única sobre esse grupo social, mas, geralmente, a visão dominante é de que o campesinato não seria o portador da mudança social que hoje a Via Campesina defende para si (VIEIRA, 2011).

relação íntima entre o homem e a natureza, o que não acontece na cidade” (Entrevista com Diamantino Nhampossa, 25/jul./2007 *apud* VIEIRA, 2011, p. 237).

O uso do conceito de campesinato está relacionado à construção de uma identidade de classe para os trabalhadores do campo, que busca suas origens nas conceituações marxistas clássicas. Algumas teorias vêm sendo construídas por dirigentes que compõem a Via Campesina e objetivam ressignificar o conceito de campesinato para deixá-lo mais adequado à realidade das atuais lutas concretas. Deste modo, segundo um de seus dirigentes:

Nós achamos mais correto usar “campesinato” porque recupera a questão de classe, classe social. Trabalhador rural é quase um genérico para você classificar uma atividade e não uma classe, não é? Pode ter uma dona de casa que não é trabalhadora rural no sentido que ela não vai trabalhar na roça, mas ela é uma camponesa. A família dela, a ideologia, a classe dela é camponesa. [...] Recupera a questão de classe e ajuda a conscientizar. [...]. Mesmo que aqui no Brasil e em outros países as pessoas da classe camponesa, no seu vocabulário, usem outras palavras. Isso é o vocabulário popular, é uma questão de tradição. [...] Eu não vou lá no meio da Amazônia dizer “camponeses da Amazônia”, os caras nunca ouviram falar desta palavra! Eu vou lá e falo de ribeirinhos mesmo. [...] (Entrevista com João Pedro Stédile em 19/dez./2007 *apud* VIEIRA, 2011, p. 239).

A Via Campesina modifica o conteúdo marxista clássico do conceito de campesinato, porém ainda não preenche completamente este novo conceito. O que aparenta permanecer do marxismo clássico no novo conceito de campesinato é “a análise política sobre os camponeses historicamente reais, sobre os camponeses que participaram de revoluções (vitoriosas ou não) ao longo do século XX” (VIEIRA, 2011, p. 241).

Portanto, a Via reafirma que para a extinguir a pobreza, a fome, o desemprego e a marginalização é fundamental a continuidade da agricultura camponesa. “Estamos convencidos de que a agricultura camponesa é uma parte fundamental da soberania alimentar, e a soberania alimentar é um processo essencial para a existência da agricultura camponesa” (VIA CAMPESINA, 2004, s/p.); e não haverá autonomia se a Via não preservar suas próprias sementes.

Percebe-se, então, que a Via Campesina é um movimento social extremamente importante, pois resiste firmemente contra as formas de exploração e opressão do sistema capitalista, tendo como uma de suas principais políticas a defesa da soberania alimentar para que os povos tenham o direito de definir sua própria política agrícola e alimentar, priorizando a produção de alimentos saudáveis para sua subsistência e para o mercado local.

### 2.3 Grupos de Consumo Responsável

Pistelli e Mascarenhas (2011) apontam que em inúmeros momentos da história existem indicações sobre a formação de organizações para adquirir bens e serviços de modo coletivo. “Alguns pesquisadores dizem que o chamado cooperativismo de consumo surgiu no século XIX, na Inglaterra, como uma das primeiras manifestações dos trabalhadores contra a exploração que sofriam por parte de seus empregadores” (p. 9).

Durante algumas décadas, esse tipo de organização foi uma alternativa que abastecia pessoas em várias partes do mundo, até decair. Isso aconteceu, principalmente, pelo domínio dos modelos de distribuição em massa, ou seja, *super* e *hipermercados*, a partir da metade do século XX. Nesse período, a publicidade se robusteceu, tornando-se uma ferramenta de fortalecimento à venda da produção excedente, refletindo na mudança dos hábitos de consumo na contemporaneidade.

Os impactos socioambientais decorrentes dos atuais padrões de produção e consumo são reconhecidos por uma parcela da sociedade, surgindo assim propostas de adesão a outras condutas de consumo, definidas como éticas ou responsáveis. Inseridas na economia solidária, “diversas experiências coletivas de organização do consumo têm sido desenvolvidas no Brasil desde a década de 1990, resgatando características do cooperativismo de consumo desenvolvido no século XIX” (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 10).

O Grupo de Consumo Responsável (GCR) é uma dessas experiências, sendo constituído por pessoas organizadas coletivamente para “incorporar ao ato da compra critérios éticos, políticos, sociais e ambientais, constituindo-se numa alternativa de resistência às práticas convencionais de produção, comercialização e consumo, com motivações que transcendem a esfera individual” (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON; 2014, p. 1).

Os consumidores se articulam de forma autônoma e coletiva visando a aproximação com os “produtores familiares, orgânicos, agroecológicos, entre outros, com o principal objetivo de promover o acesso à alimentação com qualidade em circuitos curtos de comercialização, ou com menos intermediários, que aproxima produtor e consumidor” (KAIRÓS, 2014, p. 3 *apud* FERREIRA, 2015, p. 89). Assim, os GCRs educam seus integrantes, sendo também uma possibilidade de comercialização para os pequenos produtores.

Portanto, os GCRs são estratégias de compra e venda alicerçadas em relações de ética e transparência entre produtores e consumidores, cujos grupos de pessoas se organizam para comprar produtos de maneira diferente da que ocorre no mercado convencional. Esses consumidores querem adquirir produtos saudáveis e nutritivos oriundos de um sistema

produtivo e comercial que respeite as pessoas e a natureza. Dessa maneira, o objetivo dos GCRs vai além do ato de consumo, pois busca promover a troca de saberes entre seus integrantes, a reflexão e a mudança de hábitos alimentares, possibilitando ao consumidor assumir sua responsabilidade na prática das relações sociais que ocorrem desde a produção até o consumo dos alimentos (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011).

Grande parte dessas experiências surgem articuladas com movimentos sociais, essencialmente da economia solidária, da agroecologia e de organizações que se opõem às práticas capitalistas; o objetivo é “ buscar alternativas à reprodução social e sair dos monopólios dos grandes supermercados, ao mesmo tempo em que viabilizam necessidades de escoamento da produção dos produtores familiares e dos grupos produtivos de base solidária” (MASCARENHAS; GONÇALVES E BENSADON, 2014, p. 4-5).

Nos GCRs os consumidores acessam produtos alinhados com seus valores. Na maioria dos empreendimentos, os produtos são encomendados antecipadamente dos produtores locais, sendo estes produtos oriundos majoritariamente de empreendimentos da economia solidária, com preços justos e transparência (RETIÈRE, 2017).

No Brasil os GCRs, adicionados às experiências existentes ao redor do mundo, apontam que estes não são um fenômeno particular, mas sim um conjunto de experiências, que caracteriza “uma reação aos contextos de insegurança alimentar e da perda de vínculo entre o campo e a cidade. A aproximação entre produtores e consumidores promovida pelos GCRs gera benefícios nas duas pontas e pode se potencializar quando articulada em redes de cooperação” (GONÇALVES; MASCARENHAS; 2017, p. 78).

Será cada vez mais necessário que o consumidor, além de assumir mudanças individuais, seja incentivado a agir de forma mais ativa no desenvolvimento coletivo de outras práticas. É preciso desenvolver experiências que busquem ressignificar as relações entre os envolvidos nas cadeias comerciais, principalmente no abastecimento agroalimentar, no cenário brasileiro (EQUIPE INSTITUTO KAIRÓS, 2017).

Para a prática dos GCRs ser relevante, acredita-se que a interação entre seus atores é o ponto que requer mais atenção. A compra coletiva é um instrumento que fortalece relações de parceria firmadas no “reconhecimento do valor da produção, da terra, do trabalho, da nutrição, da cooperação e da solidariedade entre pessoas na construção de uma sociedade mais justa e humana” (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 26). Portanto, as ações que envolvem a comunicação e a educação são primordiais na concretização dos GCRs como atores políticos no processo de transformação da sociedade.

## 2.4 Intersetorialidade nas políticas públicas

Para Cavalcanti (2007, p. 26), política pública é “um curso de ação ou inação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema, que é expressada no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo”. A política pública relaciona-se com: as intenções que estabelecem as ações de um governo; com o que ele escolhe fazer ou não fazer; relaciona-se também com as decisões que objetivam implementar programas para atingir metas na sociedade; com a luta de interesses entre a sociedade e o governo; e também, com ações de governo, elaboradas por agentes públicos ou não, que apresentam uma intervenção na vida de cidadãos.

A intersectorialidade apresenta-se nas políticas públicas como uma possibilidade de superar “práticas fragmentárias na relação com os usuários de serviços estatais, ou mesmo de serviços ofertados por organizações privadas sob iniciativas da sociedade civil [...]” (TUMELERO, 2018, p. 212). As necessidades e problemáticas sociais são complexas e multidimensionais, de modo que seus enfrentamentos não devem ocorrer exclusivamente sob uma perspectiva setorializada. Desse modo, como apontou a experiência brasileira, a “fragmentação e a visão setorializada de políticas públicas é custosa e ineficiente, pois produz ações e resultados distantes das diretrizes e objetivos almejados (CUSTÓDIO; SILVA, 2015, p. 3).

É importante assinalar ainda que a estrutura fragmentada da organização governamental “em saberes e conhecimentos setorializados e especializados, tem efeitos sobre os usuários dos serviços públicos, os quais não são percebidos como integrantes de uma realidade de múltiplas determinações que também inclui aspectos subjetivos” (TUMELERO, 2018, p. 217).

É preciso um olhar ampliado que vá além do que cada política consegue enxergar. Assim, percebe-se que a intersectorialidade é extremamente importante na medida que as ações são pensadas em conjunto, havendo, portanto, integração de práticas e saberes de diferentes setores da política pública. Os atuais problemas são complexos e atuações fragmentadas não dão conta de resolvê-los de forma satisfatória nos diferentes âmbitos da ação do Estado.

Para este estudo, três campos de políticas públicas são particularmente estruturantes: agroecologia na agricultura familiar, economia solidária, soberania e segurança alimentar e nutricional, com potencial de incidência nos GCRs. Portanto, quando integradas apresentam grande potencial de fortalecer os Grupos de Consumo Responsável. A seguir serão apontados os elementos centrais desses três campos de políticas.

#### 2.4.1 Política de agroecologia

Conforme apontam Niederle *et al.* (2019), o Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos países que mais progrediu na elaboração de políticas públicas para a agroecologia. Este sucesso se deve principalmente pela “trajetória de movimentos sociais, sindicais, profissionais e estudantis que, desde os anos 1970, impulsionaram discussões e práticas vinculadas à agricultura alternativa” (p. 272). Com a progressiva capacidade desses atores se articularem em redes, foi possível levar a agroecologia para dentro da agenda do Estado, causando grande efeito principalmente nos referenciais que guiam a execução de políticas para a agricultura familiar.

A agroecologia consiste em uma prática de desenvolvimento agrícola “que não só apresenta estreitas conexões conceituais com o direito humano à alimentação, mas que, além disso, tem apresentado resultados na realização desse direito junto a grupos sociais vulneráveis em vários países” (SCHUTTER, 2010, p. 1 *apud* SCHMITT; KATO, 2014, p. 4). Investir na agricultura como resposta à crise alimentar, ecológica e energética não é suficiente. “É preciso reorientar os sistemas de produção agrícola rumo a formas de produção que possibilitem alcançar níveis satisfatórios de produtividade atendendo, ao mesmo tempo, a princípios de sustentabilidade” (SCHMITT; KATO, 2014, p. 4). E a agroecologia se apresenta como um modelo de agricultura sustentável diante de tal demanda.

Conforme Niederle *et al.* (2019), a partir de meados dos anos 1990 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi institucionalizado como o carro-chefe das políticas voltadas para a agricultura familiar, com importante aumento do volume total de recursos investidos em suas operações a partir de 2003. Para Silva (2013), com a criação do PRONAF a agricultura familiar conquistou notoriedade social, política e acadêmica no decorrer das lutas sociais no campo pela reforma agrária, marcada por organizações de camponeses, trabalhadores rurais e sem-terra.

O PRONAF estabeleceu uma estrutura direcionada ao financiamento, com diferenciadas taxas de juros e condições de pagamento para negociações “de crédito de custeio e investimento desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar incluindo: custeio da safra e de atividades de processamento, investimento em máquinas agrícolas e equipamentos, infraestrutura de produção e serviços agropecuários [...]” NIEDERLE *et al.* 2019, p. 278). Em 1997 surgiu o “Pronafinho”, que consiste numa

[...] linha especial de custeio direcionada aos agricultores menos capitalizados, marcando a emergência de uma segunda geração de políticas voltadas à agricultura familiar, influenciadas por uma perspectiva socioassistencial. Ainda que o PRONAF tivesse, como um de seus objetivos gerais, a promoção do desenvolvimento sustentável, procurando, sobretudo por meio da linha Infraestrutura e Serviços, assumir os contornos de uma política de desenvolvimento rural, não conseguiu se afirmar como uma ferramenta capaz de impulsionar um modelo técnico-produtivo voltado à promoção de sistemas produtivos de base ecológica (NIEDERLE *et al.* 2019, p. 278).

Essas iniciativas foram identificadas, principalmente a partir do primeiro governo Lula. Assim, sobretudo “a partir do Plano Safra 2003/2004, verifica-se um esforço de incorporação ao PRONAF de linhas específicas que visavam financiar atividades voltadas à promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e ao manejo sustentável dos agroecossistemas [...]” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 278). Entretanto, o Programa apresentou na sua trajetória uma série de limites no sentido de integrar os segmentos mais empobrecidos da agricultura familiar e descentralizar a aplicação de recursos (GRISA, 2017 *apud* NIEDERLE *et al.* 2019).

Em 2005/2006 o PRONAF Agroecologia transformou-se em uma linha particular de financiamento, destinada aos *agricultores familiares pertencentes aos Grupos “C” e “D”, com sistemas de produção firmados em princípios agroecológicos ou que se encontram em fase de transição agroecológica*. “Tornou-se possível, a partir desse momento, realizar até duas operações por unidade familiar” (BRASIL/MDA, 2005 *apud* SCHMITT; KATO, 2014, p. 13).

Houve uma série de difusões de ações públicas que foram se desdobrando para o agrário familiar destacando-se o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que têm como objetivo o intercâmbio de conhecimento. “Através de um processo multiforme, os serviços de ATER estão sendo instituídos como instrumento de política agrícola, econômica e territorial para a agricultura familiar” (SILVA, 2013, p. 153).

A Política Nacional de ATER (PNATER) tem como objetivo atuar de maneira decisiva nas “iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras afins” (BRASIL, 2019, s/p) e tem como base o fortalecimento da agricultura familiar, tencionando a melhoria da qualidade de vida, firmando-se em princípios agroecológicos. “Seu princípio garante a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural”. Os beneficiários da PNATER são os assentados da reforma agrária, os remanescentes de quilombos, os povos indígenas e os demais povos tradicionais (BRASIL, 2019).

No que diz respeito à pesquisa agropecuária é importante destacar o modo como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabeleceu significativas inovações na direção de pesquisas em agroecologia. “Em parceria com outros Ministérios e com diferentes organizações da sociedade civil, a Embrapa construiu um Marco Referencial da Agroecologia” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 281).

Conforme Sambuichi *et al.* (2017, p. 11), “a Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída em 2012, por meio do Decreto nº 7.794, com o principal objetivo de integrar, articular e adequar as diversas políticas, programas e ações”, criadas na esfera do governo federal. A política objetivou impulsionar a transição agroecológica e desenvolver a produção orgânica e de base agroecológica, colaborando com a produção sustentável de alimentos saudáveis, associando o desenvolvimento rural com a preservação dos recursos naturais e valorizando o conhecimento dos povos.

Para tanto, tal política constituiu sete diretrizes que contemplam: I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais; III - conservação dos ecossistemas naturais; IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade; VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012).

Dentre os instrumentos da PNAPO destaca-se o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Desde que foi estabelecida a PNAPO já foram produzidos dois PLANAPOs, o primeiro abrangendo o período de 2013 a 2015, e o segundo de 2016 a 2019.

A construção da PNAPO e do PLANAPO configura um importante marco no desenvolvimento de políticas de promoção da agroecologia no país. A PNAPO e, de maneira mais concreta, o PLANAPO, determina uma rede de interdependências entre distintos instrumentos de políticas públicas, destacando o crédito rural, enfatizando que esta política não se restringe aos agricultores familiares, pois “este instrumento não se circunscreve especificamente ao PRONAF, envolvendo, também, as operações de crédito implementadas, através do Plano Agrícola e Pecuário, do MAPA” (SCHMITT; KATO, 2014, p. 6).

O PLANAPO 2013-2015 objetiva “implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, possibilitando à população a

melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015, p. 11) e do uso dos recursos naturais de maneira sustentável, instituindo-se num instrumento de operacionalização da PNAPO.

Entre os desafios apresentados, o Plano procura refletir e valorizar o conhecimento e os esforços dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e dos povos tradicionais, na elaboração de práticas agroecológicas e orgânicas em seus modos de produzir, onde se incluem questões associadas ao “êxodo e à sucessão rural, à demanda por ampliação da reforma agrária, à democratização do acesso à terra e à garantia de direitos aos trabalhadores do campo” (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015, p. 15). No campo produtivo, o Plano propõe mecanismos aptos a atender à demanda por tecnologias ambientalmente adequadas, compatíveis com os diferentes “sistemas culturais e com as dimensões econômicas, sociais, políticas e éticas no campo do desenvolvimento agrícola e rural. Ao mesmo tempo, apresenta alternativas que buscam assegurar melhores condições de saúde e de qualidade de vida para a população rural”.

Diante disso, o PLANAPO estabeleceu os seguintes macrodesafios: ampliar o número de agricultores envolvidos com a produção orgânica e de base agroecológica; incentivar o registro, a produção e a distribuição de insumos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica; fortalecer a conservação, o manejo e o uso sustentável dos recursos naturais; contribuir para a organização de agricultores em redes solidárias e cooperativas; ampliar a utilização de crédito e outras formas de financiamento; incluir e incentivar a abordagem da agroecologia e de produção orgânica nos distintos níveis e modalidades de ensino; popularizar a agenda de pesquisa e sua integração com a extensão, para socializar o conhecimento agroecológico aos técnicos, agricultores e produtores; estimular a agroindustrialização; aumentar o acesso de consumidores às informações e ao consumo de alimentos orgânicos e de base agroecológica; reconhecer e fortalecer o protagonismo dos jovens e das mulheres rurais na agroecologia e produção orgânica; fortalecer o papel das redes na articulação dos atores e na estimulação de ações relativas à produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015, p. 15). O PLANAPO assume as mesmas diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Enfim, neste primeiro PLANAPO percebe-se uma grande preocupação com a produção de alimentos, na medida que o seu conteúdo aborda a publicação de um documento de dezembro de 2010, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), destacando que “a agricultura está diante de um desafio em que o aumento da produção de alimentos mostra-se como uma condição necessária, porém não suficiente, para satisfazer as necessidades

atuais e futuras” (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015, p. 21). Neste sentido, não basta produzir alimentos em grande quantidade, é preciso que eles tenham qualidades adequadas. Assim, a produção de alimentos precisa estar atrelada à ótica da segurança alimentar e nutricional, que além de proporcionar alimentos nutritivos e sem agrotóxicos visa uma produção a partir da agricultura sustentável, conservando a biodiversidade.

O conteúdo deste primeiro PLANAPO demonstra ainda que em todas as regiões do país “existem exemplos concretos e exitosos de produção orgânica e de base agroecológica, desenvolvidos a partir do esforço dos agricultores e de organizações e movimentos sociais articulados em diversas redes” (BRASIL, PLANAPO, 2013/2015, p. 21). Os pontos de comercialização desses produtos têm aumentado em todo o país, se caracterizando como feiras, cooperativas de consumo, pequenas redes familiares de varejo local, entre outros. Portanto, para que continue esse processo de crescimento é essencial a garantia da permanência dos agricultores no campo, mediante iniciativas que auxiliem a reverter os problemas relacionados ao êxodo rural no Brasil.

O PLANAPO 2016-2019 inicia apresentando uma forte preocupação com o meio ambiente e aponta que as atividades de produção agrícola estão entre as que mais têm acarretado impactos ambientais. A produção intensiva consome muita energia, contaminando a água, o ar e o solo, através de resíduos de agrotóxicos e fertilizantes. Com a expansão das fronteiras agrícolas crescem as taxas de desmatamento, agravando a degradação do solo e pondo em risco a biodiversidade. Nesta perspectiva, a agroecologia surge como uma possível alternativa, pois, é preciso construir um novo paradigma para a agricultura que possibilite ampliar o acesso a alimentos agroecológicos, “a partir de sistemas de produção agrícola ecologicamente equilibrados, e que contribua para o fortalecimento de bases estruturais socialmente justas e inclusivas para o campo” (BRASIL, PLANAPO, 2016/2019, p. 9).

Conforme Grisa e Chechi (2016), o documento destina um espaço amplo para apontar os resultados alcançados com o PLANAPO 2013-2015 e divide-os nas áreas de:

[...] produção (financiamento, seguro, agrotóxicos, mecanismos de garantia de qualidade orgânica, e mulheres rurais) uso e conservação dos recursos naturais (recursos genético, biodiversidade, energias renováveis, segurança hídrica, regularização e recuperação ambiental), conhecimento (ATER ensino e pesquisa, juventude rural), comercialização e consumo (mercados institucionais e circuitos curtos), terra e território (assentamentos de reforma agrária, quilombolas e crédito fundiário), e sociobiodiversidade (GRISA; CHECHI, 2016, p. 155-6).

Um dos principais resultados da PLANAPO 2013/2016 foi a consolidação de relações de confiança entre órgãos públicos, produtores e consumidores em torno da preocupação com a saúde no campo, com a oferta de alimentos orgânicos/agroecológicos e com a necessidade de melhorar a integração da produção agrícola com a conservação do meio ambiente. Destacam-se ainda: o apoio às redes de agroecologia através do Programa Ecoforte; a inserção de tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos; a execução de planos de vigilância em saúde para populações expostas aos agrotóxicos; o apoio à conservação e distribuição de mudas e sementes crioulas; a estruturação do PAA para alimentos orgânicos ou de base agroecológica; dentre outros (BRASIL, PLANAPO, 2016/2019, p. 11-2).

Portanto, esses resultados explicam o investimento de R\$ 2,9 bilhões no período de 2013 a 2015 e o prosseguimento das ações através do PLANAPO 2016/2019, agregam e consolidam uma narrativa que reúne as contribuições da agroecologia e do novo plano para a “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, II Plano Nacional de Reforma Agrária, Programa Economia Solidária[...]” (GRISA; CHECHI, 2016, p. 156).

Conforme apontam Niederle *et al.* (2019, p. 283), durante o governo de Dilma Rouseff, o foco principal das redes de agroecologia e de segmentos ligados à produção orgânica foi a construção da PNAPO e de PLANAPOs. O processo de criação da PNAPO originou um esforço de articulação e construção entre organizações sociais e gestores públicos com intervenção no campo da agroecologia e na agricultura orgânica. Ressalta-se ainda que:

O protagonismo dos movimentos de mulheres organizados na Marcha das Margaridas foi, sem dúvida, um componente fundamental nesse processo. As jornadas denominadas Marchas das Margaridas, lideradas historicamente, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), articulam um amplo conjunto de organizações de mulheres, em parceria com outros atores. As Marchas ocorrem, aproximadamente, de quatro em quatro anos, sendo que a primeira delas foi organizada no ano 2000. Em 2011 o lema principal da Marcha foi sintetizado na frase “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade.” No encerramento da Marcha, que reuniu milhares de mulheres, a Presidente Dilma Rouseff comprometeu-se com a criação de um grupo especial de trabalho para elaborar um Programa Nacional de Agroecologia (AGUIAR, 2015; MOURA, 2016 *apud* NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 283).

Para Niederle *et al.* (2019), a construção da PNAPO na esfera das organizações da sociedade civil, foi um momento fundamental de sistematização de uma extensa agenda de políticas públicas nas mais distintas áreas. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

exerceu um papel essencial, pois elaborou um documento reunindo um conjunto de propostas ao Decreto Presidencial, para instituir a PNAPO. Tais propostas foram desenvolvidas a partir de um acentuado processo de discussão, impulsionado pela ANA, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA); teve como importantes momentos de debate e síntese, cinco seminários regionais e um seminário de âmbito nacional sobre a PNAPO. O conjunto de eventos mobilizou inúmeras pessoas, organizações da sociedade civil, representantes de movimentos sociais, entre outros (ANA, 2012).

Para apontar a sua participação na construção da PNAPO, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) firmou-se nas seguintes proposições principais: (a) a PNAPO deve orientar-se para o fortalecimento de uma proposta sustentável aos padrões dominantes na organização socioeconômica, técnica e ecológica do desenvolvimento rural do país; (b) a efetividade da PNAPO precisa estar intimamente associada ao princípio da função social da Terra, por meio da realização da reforma agrária, regularização fundiária e do respeito aos direitos territoriais das comunidades rurais; (c) a efetividade da PNAPO depende da reorientação e adequação das políticas para a produção familiar e também da capacidade de integração e articulação dos organismos públicos responsáveis por formular e implementar essas mesmas políticas; (d) a PNAPO precisa ser uma ferramenta de desenvolvimento orientada para o reconhecimento e o respeito à diversidade dos contextos ecológicos e socioculturais; (e) a PNAPO não se reduz a uma simples política ambiental, nem ao incentivo de um conjunto de técnicas. Também não se limita à promoção de nichos de mercado de alguns agricultores/as para alguns/as consumidores/as; ela tampouco pode se limitar a ações compensatórias dirigidas a pobres rurais que estão fora dos grandes mercados; (f) a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais constituem a base social da criação da alternativa agroecológica e, por isso, deve ser a base social e os sujeitos de direitos da PNAPO; (g) a PNAPO precisa integrar a visão da promoção da autonomia e protagonismo dos jovens rurais e das mulheres agricultoras, colaborando para a superação das desigualdades de gênero; (h) a PNAPO deve estar direcionada a consolidar a participação e prática “organizativa e de expressão da sociedade civil, da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, de forma a que incidam ativamente nas instâncias de formulação, gestão, execução e controle social da política” (ANA, 2012, p. 3).

Enfim, a incorporação da agroecologia como uma perspectiva de políticas públicas resultou de uma extensa trajetória de relações entre movimentos sociais e articulações da sociedade civil com o poder público; assim, originou-se uma diversidade de processos de

institucionalização da agroecologia que em 2012 resultaram na construção da PNAPO e do PLANAPO. Por outro lado, é importante destacar que a intensa presença do agronegócio, que “se manifesta em termos políticos, econômicos e territoriais, apresenta-se como um obstáculo à implantação de uma política de promoção da agroecologia capaz de reorientar, de uma forma mais profunda, as políticas de desenvolvimento rural” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 286).

#### 2.4.2 Política de economia solidária

Neste tópico será discutido brevemente como se deu a constituição de algumas políticas públicas de economia solidária, enfatizando a construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, pois ele dialoga diretamente com o objeto desta pesquisa.

Segundo Pateo (2017), nos anos 1980 em inúmeros locais da América Latina, a crise econômica e o crescimento das iniciativas populares resultaram em diversas experiências de associativismo econômico nas periferias e nas fábricas em processo de falência. Com o ganho de visibilidade da atenção pública, essas experiências conseguiram se articular e nos anos 1990 construíram as redes e se organizaram como movimento social. No Brasil, como parte desse processo “destaca-se a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)<sup>12</sup>, ator que reivindicou e conquistou a construção da Secretaria Nacional de Economia Solidária no governo federal” (LAPORTE, 2013 *apud* PATEO, 2017, p. 134).

Conforme aponta Xavier (2009, p. 69), alguns acontecimentos foram fundamentais para a consolidação da economia solidária no Brasil. Entre eles é possível destacar a emergência da “Rede de Gestores Públicos, em 2002, bem como do Fórum Social Mundial (FSM), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), além do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em 2003”.

De acordo com Tygel (2011), na III Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em 2003, foi criado de forma definitiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que tem como principais objetivos de atuação:

Fortalecer o movimento de Economia Solidária, mobilizando sua organização através dos fóruns e promovendo práticas de desenvolvimento sustentável, justo e solidário; somar forças com diversos movimentos sociais para diálogo e convergência nas lutas sociais; lutar pela construção de políticas públicas, participando de sua elaboração e acompanhamento, para que promovam o

---

<sup>12</sup> O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (TYGEL, 2011, s/p).

direito ao trabalho associado (TYGEL, 2011, s/p).

O país iniciou a construção de uma política pública federal de economia solidária em 2003, com “a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho e Emprego” (PATEO, 2017, p. 134). Foram afirmadas, então, duas questões: a) a economia solidária não é uma política da assistência social, somente para os excluídos; b) desta forma, ela se configura como uma opção de organização do trabalho, pautada na democracia, apontando para outro modelo de desenvolvimento.

O sujeito dessa política pública foi conceituado como o Empreendimento Econômico Solidário (EES), cuja existência na vida real foi verificada através do mapeamento da economia solidária e da construção do Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), tendo chegado a ser normatizado por meio da Portaria MTE nº 1780, de novembro de 2014, que estabelece serem “Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações coletivas de caráter associativo e suprafamiliares que realizam atividades econômicas permanentes, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural e exercem democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados” (PATEO, 2017, p. 134).

No Brasil, a política pública de economia solidária “traduziu-se no longo processo de construção do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), reconhecido publicamente através do Decreto nº 7358, de 2010, parcialmente regulamentado por portarias do Ministério do Trabalho” (PATEO, 2017, p. 141). O comércio justo surgiu e se desenvolveu no Brasil em um contexto de singularidades, cuja diferença principal baseia-se na aprovação desse Decreto que “instituiu, no âmbito do governo federal, o SNCJS, projetando assim a iniciativa a um patamar de política pública e ampliando a visão do comércio justo para além de um único tipo específico de comércio” (MENDONÇA, 2011, p. 60).

Conforme aponta Mance (2010, p. 32), a diferença principal em relação ao comércio justo é que o “Comércio Justo e Solidário adota a autogestão nos marcos da economia solidária como elemento central de sua própria identidade e enfatiza que devem ser igualmente solidárias todas as relações econômicas no interior das cadeias de produção, comercialização e consumo”.

Portanto, trata-se de um movimento firmado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade, que resulte na plena participação dos EES por meio de sua autonomia.

Governos e organizações sociais, historicamente compromissados com a ascensão de mercados alternativos, foram levados a acentuar o seu engajamento por uma prática de troca comercial cada vez mais vinculada aos “signos da justiça social, da sustentabilidade ambiental, da urgência da afirmação do princípio da solidariedade e da cooperação entre seus pares e

parceiros” (MENDONÇA, 2011, p. 60). Assim, esta busca por uma relação comercial que reconheça essas organizações como portadoras de direitos baseia-se “na imperativa necessidade dos produtores e seus empreendimentos de superarem, na cadeia produtiva, a histórica posição de subordinação e subalternidade” (MENDONÇA, 2011, p. 60).

De forma sintetizada, os princípios do Comercio Justo e Solidário são: a) fortalecimento da democracia, autogestão; b) garantia de condições justas de produção, trabalho, remuneração; c) apoio ao desenvolvimento local direcionado à sustentabilidade; d) respeito à natureza; e) respeito à diversidade, garantia de equidade e não discriminação; f) garantia de informação ao consumidor; g) fomento à integração de todos os elos da cadeia produtiva (MANCE, 2010).

Para assegurar a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários é preciso superar os entraves que dificultam os processos de comercialização. De forma simultânea, o “conjunto das organizações da economia solidária e do comércio justo vem considerando, no momento de organizar suas estratégias de atuação comercial e de sua incidência nas políticas públicas, no mínimo duas premissas” (MENDONÇA, 2011, p. 60). Essas serão apontadas a seguir.

Para Silva (2011) devido à organização da comercialização ser um dos maiores desafios para a viabilidade dos EES, foram aprovados projetos que beneficiaram milhares de trabalhadores na melhoria da produção e comercialização. Através do apoio a feiras, lojas solidárias, entre outros acontecem avanços na sensibilização da sociedade sobre os benefícios do consumo responsável.

A primeira premissa mobiliza uma importante parte do campesinato e de organizações não governamentais (ONGs), cujos objetivos são a ressignificação do mercado, fazendo com que este estabeleça relações de troca baseadas na justiça social e na solidariedade. A segunda tem a sua força mobilizadora no movimento sindical progressista dos anos 1980; essa premissa parte da ideia de que os empreendimentos coletivos e solidários precisam concentrar suas estratégias comerciais especialmente na “garantia ao acesso aos mercados já existentes, como forma de viabilizar o crescimento econômico dos seus empreendimentos” (MENDONÇA, 2011, p. 61). A tendência é o cruzamento dessas duas premissas, afinal, elas se complementam na busca da otimização dos empreendimentos.

Mance (2010) assinala que no comércio convencional os preços dependem de fatores como a oferta, a procura, a gestão de interesses dos governos e de multinacionais, de modo que os interesses dos produtores e consumidores geralmente não são considerados. Já, no Comércio Justo e Solidário existe o compromisso de se assegurar preços que: garantam remuneração justa

ao produtor e preço justo ao consumidor; sejam construídos de comum acordo entre produtor e consumidor; garantam a sustentabilidade econômica e ecológica das práticas de produção, comercialização e consumo; e, por fim, “asseguem a expansão colaborativa das atividades da economia solidária, reorganizando-se de maneira justa e solidária as cadeias de produção, comercialização e consumo” (MANCE, 2010, p. 34).

Em um cenário de consolidação das políticas de economia solidária, o apoio à organização e à difusão dos produtos e serviços resultantes das iniciativas de economia solidária configurou-se por desenvolver políticas orientadas a contribuir com a busca da sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos solidários. Tais políticas se estabeleceram com a “realização da Segunda Conferência Nacional de Economia Solidária, cujo processo incluiu a realização da primeira conferência temática de comercialização solidária” (MENDONÇA, 2011, p. 62).

O Brasil reconheceu legalmente o comércio justo, delegando ao próprio Estado o compromisso na ascensão das boas práticas comerciais, fornecendo recursos públicos para as iniciativas. “O pioneirismo na coprodução de uma política pública de comércio justo, que, através de um sistema de convivência mista (público e privado), incentiva o mercado de consumo nacional a adquirir produtos originários da economia solidária de comércio justo” (MENDONÇA, 2011, p. 63) permitiu ao Brasil tornar-se um país envolvido no tratamento das relações comerciais do comércio justo. De forma simultânea, o movimento pelo comércio justo procurou

[...] estabelecer a base jurídica e política para a relação do governo com a sociedade civil organizada na condução de políticas de promoção e de desenvolvimento dessa prática comercial, e essa materialização se deu com a definição das atribuições dada à Comissão Gestora Nacional (CGN) do referido sistema, possibilitando influenciar no planejamento das políticas públicas voltadas, por exemplo, à valorização da produção local, à geração de renda, à segurança, à soberania alimentar e ao empreendedorismo (MENDONÇA, 2011, p. 63).

Atualmente, tanto no Brasil como no mundo, os empreendimentos econômicos solidários são iniciativas firmadas como estratégias de estímulos às cadeias produtivas, nos processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável, baseadas num novo fundamento ético que constitui a prioridade das necessidades sociais, culturais e ambientais. Infelizmente os empreendimentos econômicos solidários enfrentam muitas fragilidades: “68% deles têm dificuldades na comercialização de seus produtos e serviços; 27% tiveram acesso à assistência

técnica e apenas 17% acessaram crédito nos últimos doze meses antes da pesquisa” (SILVA, 2011, p. 1).

Outro grande desafio é a informalidade, que é um fator limitante para a expansão desses empreendimentos. Neste sentido, é preciso que ocorra “o fortalecimento do processo organizativo para a conquista de políticas públicas da economia solidária” (SILVA, 2011, p. 3). De modo geral, o acesso ao crédito e ao financiamento ainda é bastante complicado para os empreendimentos econômicos solidários. Isso ocorre não somente pela falta de recursos disponíveis, mas, principalmente, devido a “barreiras de ordem institucional com as exigências do sistema financeiro convencional que não são condizentes com a realidade e necessidades dos empreendimentos” (SILVA, 2011, p. 10).

Ainda, conforme Silva (2011), os programas de economia solidária são prejudicados devido à insuficiência de recursos financeiros e estrutura institucional. Assim, fica difícil atender as demandas acumuladas dos EES, principalmente em se tratando das “necessidades de acesso às tecnologias sociais, capital de giro, de infraestrutura para produção e de acesso às estruturas adequadas de comercialização dos seus produtos e serviços” (p. 12). A implantação de programas e ações é seriamente limitada pelas normativas e a cultura institucional que favorece a fragmentação das políticas, o que dificulta o apoio governamental à economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento ainda é extremamente limitado e, na maioria dos casos, inexistente.

Conforme Xavier (2009, p. 73), na economia solidária “a apropriação do trabalho é antes social, por isso a produção está voltada para a autogestão, assim como a distribuição para a cooperação, e o consumo para o desenvolvimento comunitário”. Desse modo, a economia solidária objetiva uma nova sociedade, com valores próximos dos princípios socialistas.

Entretanto, é essencial que se avance no sentido de tornar a economia solidária uma política de Estado, conforme foi proposto pela II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES): “direito de cidadania às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento” (II CONAES, Resolução 41 *apud* SILVA, 2011, p. 15).

A economia solidária, sozinha, não consegue eliminar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista. Entretanto, pode e deve colaborar para os processos de resistência à desumanização própria da contradição entre o capital e o trabalho, não para acabar com os

conflitos próprios dessas relações, mas para mostrar as diferenças, apontando as possíveis alternativas (XAVIER, 2009).

#### 2.4.3 Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Em 2003, no início do primeiro governo do presidente Lula da Silva, constituiu-se um ambiente político e institucional propício à circulação das ideias agroecológicas; adquiriram centralidade questões associadas ao combate à fome e à segurança alimentar e nutricional, com o lançamento do Programa Fome Zero.

A construção do Plano Safra foi influenciada pelo documento “Diretrizes de Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Agrário para o Plano Safra – 2003/2004” (Subsídios Técnicos do CONSEA) e buscou discutir diretrizes ao Plano Safra Agrícola e Pecuário 2003/2004 e o papel da agricultura familiar neste, considerando as propostas do Programa Fome Zero. Esse documento reivindicava o desenvolvimento de um plano específico para a agricultura familiar, justificado pela importância socioeconômica e pelo componente ambiental. O documento reivindicava também a “ampliação e aperfeiçoamento do PRONAF, políticas de preço mínimo e de abastecimento, seguro agrícola diferenciado para a categoria social, assistência técnica e extensão rural, e pesquisa adequada” (BRASIL, CONSEA, 2003, p. 3 *apud* GRISA; CHECHI, 2016, p. 139), buscando a manutenção desses grupos sociais e a transição do sistema convencional para um modelo firmado em bases agroecológicas.

Nesse cenário, “o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) constituiu-se como um espaço estratégico de elaboração de um novo referencial de política pública orientado por princípios de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 279). Através deste fórum aumentaram as possibilidades de articulação prática e discursiva entre o fortalecimento da agricultura familiar, o direito humano à alimentação adequada e saudável e a agroecologia. Em relação ao CONSEA, os consensos definidos com as esferas da saúde, nutrição, economia solidária, entre outras, auxiliaram no fortalecimento do caráter intersetorial da segurança alimentar e nutricional (SAN), bem como da agroecologia, o que futuramente se revelou na PNAPO. Constituiu-se também como uma importante inovação nesse período a geração de programas públicos orientados para a aquisição e distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), readequado em 2009. Através do PAA o Governo Federal compra alimentos de agricultores familiares, utilizando procedimentos simplificados de aquisição pública. Esses alimentos são

disponibilizados para “equipamentos públicos de alimentação e nutrição, instituições socioassistenciais e escolas da rede pública ou filantrópica de ensino. Além disso, também podem ser destinados à formação de estoques públicos de alimentos” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 281).

O PAA constituiu-se como uma importante conexão entre a política agrícola e as políticas sociais direcionadas à garantia da SAN, contribuindo para proporcionar a diversificação dos sistemas produtivos. “O regulamento que orienta o PAA permite a aquisição de alimentos orgânicos/agroecológicos com preços diferenciados de até 30% [...]. O desenho do programa possibilita, também, a compra e distribuição de sementes crioulas [...]” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 281).

Já, o PNAE visa “garantir a alimentação de estudantes da rede pública ou filantrópica de ensino durante o período letivo. Este programa tem suas origens na década de 1950, tendo sido, inicialmente, institucionalizado como Campanha de Merenda Escolar (CME)” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 282). Sua agregação aos programas e ações favoráveis à agroecologia se deve, principalmente, às modificações efetuadas no Programa em 2009, quando definiu-se que pelo menos 30% dos recursos dirigidos ao PNAE precisariam ser utilizados na compra direta de alimentos da agricultura familiar. “A coordenação do PNAE compete à União, que repassa recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio da autarquia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)” (NIEDERLE *et al.*, 2019, p. 282). Seu regulamento busca dar prioridade à compra de produtos orgânicos/agroecológicos e produzidos na região em que se localizam as instituições demandantes. Essa garantia de comercialização apoia a diversificação dos sistemas produtivos dos agricultores, potencializando os princípios e práticas agroecológicas.

Um dos desafios do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que compreende o período de 2016-2019, tem como título “Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica”. Este desafio considera práticas que objetivam a melhoria dos modos sustentáveis de produção de alimentos, ordenadas em sete temas: “fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, transição agroecológica, mulheres, juventude, sementes, mudanças climáticas. Esse Desafio reforça o conceito de segurança alimentar e nutricional estabelecido na Lei Orgânica de SAN” (CAISAN, 2018, p. 25), abrangendo a implementação de políticas públicas de produção, comercialização e consumo de alimentos, considerando as inúmeras características culturais do país.

Ao encontro do conteúdo desse desafio vai o relatório intitulado “Comércio e Meio Ambiente Revisão de 2013: Acorde antes que seja tarde demais”<sup>13</sup>, que teve contribuições de mais de 60 especialistas de vários países. O mesmo convoca os países para uma transformação urgente na forma de produzir alimentos, com a transição de monoculturas para formas de produção mais diversificadas e sustentáveis. “O estudo mostra ainda que o fortalecimento dos pequenos produtores é o melhor caminho para combater a pobreza e a fome” (CAISAN, 2018, p. 26). Portanto, produzir alimentos saudáveis e nutritivos, respeitando o ser humano e o meio ambiente é fundamental.

#### 2.4.4 Intersectorialidade nas políticas públicas para o fortalecimento dos GCRs

Propostas de ação intersectorial questionam a predominância do setor da agricultura para resolver questões que envolvem agroecologia, economia solidária e segurança alimentar e nutricional, através de Grupos de Consumo Responsável. Considerando a inviabilidade desse único setor lidar com questões amplas, percebe-se que são necessárias novas estratégias que ultrapassem as ações setoriais para seu enfrentamento de forma mais sistêmica.

Esse conjunto de políticas públicas que envolvem os campos da agroecologia, economia solidária e segurança alimentar e nutricional possui elementos em comum no seu processo de concepção e implementação. Igualmente articula um conjunto de atores sociais, que anteriormente eram inviabilizados e aliados dos processos de construção das demais políticas públicas; nesse processo, esses atores passaram a ser incorporados e reconhecidos como lideranças; a construção foi realizada de forma participativa; eles foram chamados para trazer suas demandas e junto com o governo construir as diretrizes nas conferências; todas essas políticas têm os conselhos como espaços conjuntos entre Estado e Sociedade Civil para a construção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Também são elementos em comum a preocupação com o ser humano e com o meio ambiente, pois essas políticas defendem uma forma de produção de alimentos que valorize o conhecimento dos povos tradicionais, que não utilize agrotóxicos e fertilizantes químicos e que o consumo desses alimentos não se restrinja a uma pequena parcela da população, mas para a realização do direito humano à alimentação de todos e todas. Enfim, defendem formas de produção e consumo alicerçadas em relações de justiça e solidariedade, nas quais o principal objetivo não seja o lucro, mas sim o cuidado e a preservação da vida em seu sentido integral.

---

<sup>13</sup> Relatório da Comissão de Comércio e Desenvolvimento nas Nações Unidas (UNCTAD) (2013).

Portanto, a prática da intersetorialidade entre essas políticas constitui-se em uma necessidade premente para fortalecer os Grupos de Consumo Responsável. Isso supõe a superação da visão e das práticas setoriais, calcadas nas implementações de políticas isoladas que ainda prevalecem nas estruturas do Estado brasileiro, rumo à sua ressignificação em forma de práticas intersetoriais que possam potencializar o conjunto das políticas e, especialmente, o cuidado da vida das pessoas e da natureza.

## 2.5 Algumas considerações sobre a agroecologia, a economia solidária e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

O principal objetivo deste estudo consiste em identificar quais são os “limites e desafios do acesso ao alimento agroecológico a partir da comercialização solidária da Feira Virtual Bem da Terra”. Neste capítulo buscou-se aprofundar sobre a compreensão de agroecologia, suas origens e as principais políticas públicas para a sua efetivação nos diferentes contextos brasileiros. Avançou-se no estudo de Grupos de Consumo Responsável, pelo fato da Feira Virtual ser um GCR e, portanto, também sentiu-se a necessidade de discutir a política pública de economia solidária. Além disso foi abordada a compreensão de soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como algumas de suas principais políticas públicas.

Como um dos objetivos desta pesquisa é “identificar quais políticas públicas contribuíram para a produção e consumo de alimentos agroecológicos no Brasil e quais se constituíram como embargo para a agroecologia, a exemplo das políticas que favorecem o uso de agrotóxicos na agricultura”, fez-se uma breve abordagem das políticas citadas acima contendo também um tópico sobre os incentivos estatais aos agrotóxicos.

Evidenciou-se que a agroecologia, a economia solidária e a soberania e segurança alimentar e nutricional, gradualmente, traduzem-se em políticas públicas que visam concretizar obrigações estatais e direitos dos diferentes segmentos da população, tanto aqueles voltados à produção como as voltadas aos consumidores. No Brasil, nos últimos anos houve atuação dos governos no sentido de implementar essas políticas, mas ultimamente sua implementação encontra-se fragilizada porque deixaram de fazer parte das prioridades governamentais.

A Feira Virtual é uma importante estratégia de comercialização de alimentos agroecológicos que aproxima produtores e consumidores, através dos laços de confiança, proximidade e solidariedade. A agroecologia valoriza os conhecimentos tradicionais que foram rejeitados pela agricultura industrial, criando agroecossistemas sustentáveis. Através das

práticas agroecológicas são produzidos alimentos com qualidade e diversidade, o que garante a segurança alimentar e nutricional dos agricultores e dos consumidores.

Desse modo, a agricultura agroecológica e de subsistência é muito importante, na medida que garante a produção e o consumo alimentar às famílias rurais e urbanas, por meio de alimentos saudáveis, evitando a fome e a desnutrição e estimulando relações de comércio baseadas na economia solidária.

### **3 REDE BEM DA TERRA: A FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO SOLIDÁRIO**

Este capítulo consiste na análise dos dados coletados na pesquisa, conforme a metodologia apresentada na introdução deste trabalho. Num primeiro momento faz-se uma contextualização histórica da Rede Bem da Terra (RBDT), mais especificamente da Feira Virtual Bem da Terra (FVBT), sujeito principal da pesquisa. Na sequência faz-se uma reflexão teórico-política sobre as categorias que sustentam o processo de análise, quais sejam: economia solidária, consumo responsável e tecnologias sociais. Por fim, desenvolve-se uma reflexão analítica em diálogo com as categorias, considerando alguns elementos de contribuição ao debate.

#### **3.1 A Rede Bem da Terra e suas complexidades: contextualizando o campo da pesquisa**

De acordo com seu estatuto, a Rede Bem da Terra consiste numa rede de empreendimentos econômicos solidários que tem como objetivo desenvolver a economia solidária na microrregião sul do Rio Grande do Sul, difundindo práticas e princípios do comércio justo e do consumo solidário (BEM DA TERRA, 2018). Passados alguns anos de sua fundação, atualmente, configura-se como uma complexa rede de produção, distribuição, comercialização e consumo. Cabe, então, entendê-la na sua totalidade.

A RBDT surgiu como uma rede informal na cidade de Pelotas, em outubro de 2007, com a participação de 14 empreendimentos urbanos e rurais. Ela foi estabelecida com o apoio do Fórum Microrregional de Economia Solidária, do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPEL) e da Associação Cultural RádioCom 104.5 FM. No ano de 2009 foi criada oficialmente a Associação Bem da Terra, que representa juridicamente a Rede Bem da Terra (NUNES, 2016).

Conforme o seu site oficial<sup>14</sup>, a Rede tem como objetivo:

[...] desenvolver a economia solidária na microrregião sul do Rio Grande do Sul, através da difusão dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos e da realização de projetos e programas de formação e assessoramento para os coletivos de produção (BEM DA TERRA, 2018).

---

<sup>14</sup><http://bemdaterra.org/bem-da-terra/>

Para Zingler *et al.* (2016, p. 6), “a Associação foi criada como uma resposta aos problemas que os produtores encontravam tanto no valor de venda de seus produtos quanto na quantidade de comercialização”. Os produtores, conseqüentemente, juntaram-se em cooperativas e em seguida em forma associativa.

De acordo com Nunes, Christ e Gotardo (2017), a rede nasceu como resultado direto de uma pesquisa-ação, desenvolvida pelos empreendimentos fundadores e pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPEL), entre os anos de 2007-2009. Os pesquisadores-trabalhadores pesquisaram e visitaram vários empreendimentos de comércio justo e solidário no Brasil e no exterior como a Cooesperança - Santa Maria, o Mundo Paralelo - Porto Alegre, o supermercado *Eróski* - Mondragón/País Basco/Espanha, o Centro de Abastecimento Comunal *El Galpón* - Buenos Aires/Argentina e o - Centro Público de Economia Solidária (CEPESI) - Itajaí/Brasil. O objetivo da pesquisa-ação foi investigar o comportamento dos consumidores e através de oficinas resgatar as experiências de comercialização dos próprios empreendimentos. Os resultados permitiram construir um perfil para o consumidor solidário, sintetizando as seguintes especificidades:

(a) as feiras livres são importantes, mas não são ideais: elas demandam muito tempo de organização, custos muito grandes de logística e deslocam os produtores da produção, que são obrigados a fazer também sua própria comercialização; (b) os consumidores solidários são os mais exigentes: eles reúnem as características básicas de um consumidor convencional (querem praticidade: a maior variedade possível de produtos num mesmo lugar, de fácil acesso e com instalações confortáveis, de preferência com preços compatíveis aos dos produtos convencionais) com as características do consumo consciente (os produtos devem ser saudáveis, produzidos de forma sustentável e com trabalho solidário); (...) (d) os produtos oferecidos, além de grande variedade, devem estar preocupados com sua qualidade – devem atender as exigências dos consumidores, em todas as suas dimensões. A produção, portanto, deve ser qualificada; (e) o *layout* dos espaços de comercialização deve ser coerente com a proposta: devem servir como um espaço de sociabilidade entre produtores, trabalhadores e consumidores, de cada um deles com seus próprios pares (ABDT, 2017).

Após tais reflexões, a proposta final sugeriu a criação de espaços com as seguintes características: pontos fixos de comercialização e geridos por pessoas especializadas em comprar dos grupos e vender aos consumidores evitando esquemas de consignação; com participação direta dos consumidores; com produtos oferecidos com variedade, solidários, sustentáveis e saudáveis; com locais que favorecessem a sociabilidade entre seus frequentadores; com informação sobre todas as etapas do processo: produção, distribuição e

consumo; que possibilitassem um intercâmbio regional com baixos custos, trazendo produtos da economia solidária não ofertados na região. Em seguida, os trabalhadores concretizaram a proposta; formalizaram uma associação e passaram a efetivar uma atividade experimental, ou seja, uma feira mensal nas imediações da Universidade Católica de Pelotas, atendendo a um público variado, com acumulação social e econômica (NUNES, 2016).

Em 2010 a Associação foi registrada e seu estatuto definiu os seguintes objetivos:

[...] reunir, congregar e fomentar empreendimentos que atuam na perspectiva da economia solidária, incentivando-os nas práticas de autogestão e comercialização de seus produtos, e para tanto: I – organizando cursos de formação nas áreas de: (a) economia solidária; (b) processos participativos; (c) gestão cooperativa; (d) adequação sócio-técnica e tecnologias apropriadas; (e) educação popular; II – estimulando a organização dos empreendedores solidários para a formação de parcerias e redes de comercialização, incluindo-se aí o compartilhamento de: (a) estruturas físicas e jurídicas; (b) assessorias e consultorias; (c) propriedade de marcas e/ou empresas consistentes com seus objetivos (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO, 2010, art. 3º).

Hoje a Rede Bem da Terra é uma associação em que participam cooperativas, associações e grupos informais, ou seja, ela é um coletivo de coletivos. Quanto à sua organização, a Associação é conduzida por: “associados-empreendimentos (de economia solidária), associados-trabalhadores (que atuam diretamente nos empreendimentos ensejados pela Associação) e associados-apoiadores” (NUNES, 2016, p. 96).

Entre os associados da categoria empreendimentos integram grupos informais, cooperativas e associações de diversos tamanhos. Os associados fundadores foram: Arpa-Sul (Pelotas - produção agroecológica); Coomelca (Canguçu - beneficiamento e comercialização de mel e derivados - produção agroecológica familiar); Coopal (Canguçu - industrialização e comercialização de leite e bebidas lácteas - produção agroecológica familiar); Coopava (Piratini - assentamento de reforma agrária Conquista da Liberdade – produção agroecológica familiar); Cooperativa Sul-Ecológica (Pelotas - produção agroecológica familiar); Cooperativa Teia Ecológica (Pelotas - restaurante ovo-lacto-vegetariano); Coopressul ( Pelotas - artesanato e confecção); Lagoa Viva (Pelotas/colônia de pescadores Z-3 - pesca artesanal); Mãe Natureza (Pedras Altas - assentamento de reforma agrária Nossa Senhora da Glória - queijaria e laticínios); Retrate-Re-Habilitação, Trabalho e Arte (Pelotas - usuários do CAPS - Centro de Apoio Psicossocial - artesanato em materiais recicláveis e confecção têxtil); Terra Florida (Pelotas - flores e plantas ornamentais); UNAIC (Canguçu - beneficiamento e comercialização de grãos/farinhas/sementes/hortifruti - produção agroecológica familiar); grupos Emanuel,

Esperança, Reciclarte, Cidadania e Vida e Grupo Girassol (Pelotas - integrantes vinculados ao Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária de Pelotas - artesanato). “Como associados-apoiadores fundadores constavam: a Universidade Católica de Pelotas, representada pelo NESIC/UCPel; a Cáritas Diocesana de Pelotas; o Fórum Microrregional de Economia Popular e Solidária; a Associação Cultural RádioCom”<sup>15</sup>.

Passados aproximadamente 12 anos do seu surgimento, a rede Bem da Terra conta atualmente com 40 empreendimentos econômicos solidários (EES)<sup>16</sup> que reúnem cerca de 250 produtores/trabalhadores da região extremo-sul do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as cidades de Pelotas, Rio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo, Jaguarão e Piratini. A rede engloba grupos informais, associações e cooperativas de pequenos produtores agroecológicos urbanos e rurais, de artesãos, de assentados da reforma agrária, de pescadores e de costureiras. Os EES estão articulados em distintas frentes como a produção orgânica e agroecológica, a segurança e soberania alimentar, o acesso à terra e à reforma agrária, a geração de emprego e renda, saúde mental, permacultura, pesca comunitária e artesanal.

A atividade produtiva cobre uma ampla variedade de culturas como alimentos, bebidas processadas, artesanato, brinquedos infantis, artigos de higiene pessoal, artigos para casa, carnes, conservas, doces, especiarias, grãos, cereais, homeopáticas, produtos hortifrutigranjeiros, laticínios, massas, plantas ornamentais, produtos de limpeza, panificados, pescados, vestuário e calçados. A Rede Bem da Terra proporciona o desenvolvimento estratégico e “estruturas de comercialização, de compras coletivas de insumos e sementes para a produção, tecnologias para incentivar o consumo consciente e politizado da população” (NUNES, 2016, p. 98). Além disso, ela presta formação política e assessoramento técnico aos grupos que a compõem. A RBDT é compreendida como uma Rede de cooperação que incentiva o desenvolvimento

---

<sup>15</sup> Documentos internos da associação Bem da Terra como atas de reunião, projetos e convênios executados.

<sup>16</sup>De acordo com o atual regimento interno da Associação Bem da Terra, existem alguns critérios para formar um EES: I – Organizações coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: redes solidárias, cooperativas, associações, grupos produtivos informais, empresas de autogestão, clube de trocas, grupos de consumo responsável; II - Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem a autogestão das atividades e a alocação dos resultados do trabalho, de forma coletiva, democrática e autônoma; III – Com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; IV - São organizações permanentes, com atividade econômica definida, e compostas por trabalhadores/as, de no mínimo, 3 (três) núcleos familiares estabelecidos em moradias distintas; V – Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018, p. 18).

territorial e regional a partir da articulação entre a comercialização justa<sup>17</sup> e solidária de empreendimentos rurais e urbanos e o consumo responsável nos Grupos de Consumo Responsável (GCRs), através de ações de formação, assessoramento técnico e educação para o consumo responsável<sup>18</sup>.

As estratégias de comercialização da rede são a banca do Mercado Público número 71, as Feiras Itinerantes e a própria Feira Virtual. Existem também outros agentes com os quais a Rede mantém relações, como o GCR Armazém de Rio Grande e outros EES de outros estados, denominados de fornecedores externos. A rede tem seus sócios-apoiadores e apoiadores que fazem parte dela por seu caráter de apoio e incentivo. Com caráter de assessoramento à Rede existem as Incubadoras<sup>19</sup> (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018.)

Enfim, a figura abaixo proporciona uma melhor compreensão do surgimento da complexa estrutura da Rede Bem da Terra.

**Figura 1** – Linha do tempo da RBDT



**Fonte:** Elaborada pela autora.

<sup>17</sup>Práticas sociais que articulam a produção da economia solidária ao consumo responsável/consciente, através de processos organizados e autogeridos de aquisição e distribuição de bens e serviços”. (Cartilha produzida pelas instituições: (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018, p. 13)

<sup>18</sup> Informações obtidas através de documentos internos da associação Bem da Terra como atas de reunião, projetos e convênios executados.

<sup>19</sup>“Uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) tem como principal objetivo o desenvolvimento de empreendimentos e grupos ligados à economia solidária através do processo de incubação. A incubação compreende o apoio, o acompanhamento e o assessoramento nas etapas e no processo de formação dos empreendimentos e grupos, havendo uma aproximação com o possível grupo a ser formado, um assessoramento ativo com o grupo e a parte da desincubação onde o grupo atinge o nível de formado e constituído, ou seja, quando adquire a autonomia e a autogestão” (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018, p. 16).

### 3.2 Sujeitos da Rede

Os dois atores centrais da RBDT são a Associação de Produtores (Associação Bem da Terra) e a Associação de Consumidores (Associação Educacional para o Consumo Responsável Rede Bem da Terra), sendo que estes assumem caráter de produção e consumo.

**Figura 2** – Estrutura da Rede Bem da Terra e dos atores que a compõem



**Fonte:** Elaborada pela autora.

#### 3.2.1 Associação de Produtores

A Associação Bem da Terra (Associação de Produtores), conforme seu estatuto, se organiza através dos Empreendimentos Econômicos Solidários urbanos e rurais e tem como objetivo “reunir, congregar e fomentar empreendedores que atuam na perspectiva da economia solidária, incentivando-os nas práticas de autogestão e comercialização de seus produtos”. Conta com a participação de mais de 25 Empreendimentos de Economia Solidária, urbanos e rurais. Sua sede localiza-se na loja 71, no Mercado Público Central de Pelotas/RS. Os Empreendimentos Econômicos Solidários urbanos, na sua maioria, estão localizados em Pelotas e têm produção relacionada ao artesanato, alimentos panificados e caseiros e produtos processados. Atualmente são estes empreendimentos: Teia Ecológica, Retrate, Labor, Mimos e Fuxicos, Kimerengue, Aroeira, FRAGET, Entrelaçados, Emanuel, Terra Florida, Sonhos Entrelaçados Z-3, Bem da Terra Piratini, Cidadania e Vida, Flores de Chico, Rede Pela Vida Z-3, Tranca Rua, Elementos da Terra, Companhia da Arte, Novo Amanhecer e Unindo Arte com Alegria. Os Empreendimentos Econômicos Solidários Rurais, na sua maioria, localizam-se em áreas rurais e têm produção relacionada a alimentos agroecológicos hortifruti e, também,

panificados; atualmente são estes: Germinar, Amoreza, UNAIC (União Associações Comunitárias Interior Canguçu), MPA Coxilha do Silveira, Colônia São Domingos e Colônia Maciel (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018.)

Fazem parte da Associação de Produtores a Banca do Mercado Público, as Feiras presenciais ou itinerantes e o Núcleo de Produção Elementos da Terra, formado pelas artesãs da Associação Bem da Terra.

#### 3.2.1.1 Banca do Mercado Público e as Feiras Presenciais ou Itinerantes

No Mercado Público de Pelotas localiza-se a banca de número 71, da Associação Bem da Terra, que comercializa produtos desta associação. Grande parte de seus produtos são dos Empreendimentos de Economia Solidária vinculados à mesma Associação que produzem artesanatos. Este local de comercialização foi conquistado para escoar, principalmente, a produção urbana/local dos empreendimentos da Associação, mas também para propagar a imagem da Rede Bem da Terra.

As feiras presenciais ou itinerantes acontecem em determinados locais, de forma expositiva pelos empreendimentos, sendo abertas ao público. Os produtos ofertados variam desde artesanatos até alimentos como hortifrutí, panificados e produtos de cuidado e higiene. Atualmente, as feiras presenciais acontecem mensalmente na Universidade Católica de Pelotas; mensalmente na Universidade Federal de Pelotas, em três pontos: campus Anglo, campus Capão do Leão e campus ICH; e mensalmente no Instituto Federal Sul-rio-grandense; em eventos/exposições, através de convite.

#### 3.2.1.2 Núcleo de produção das artesãs da Associação Bem da Terra

Conforme informações obtidas por Nunes (2016), o Núcleo de produção das artesãs da Associação Bem da Terra se constituiu aproximadamente em 2014, sendo um coletivo formado por 10 artesãs, oriundas de oito empreendimentos vinculados à Associação. A constituição deste Núcleo se deu no interior da Associação Bem da Terra. Embora ele tenha sido formado por trabalhadoras de empreendimentos da Associação, o Núcleo de Produção possui organicidade própria, podendo ser considerado um empreendimento independente, cuja organização do trabalho e da gestão são determinadas pelas próprias trabalhadoras no local de trabalho, sem qualquer interferência da Associação.

Esse Núcleo objetiva a consolidação e o desenvolvimento de um processo autônomo de produção solidária. Assim, “o Núcleo de Produção cumpre um papel muito relevante, pois é o

primeiro grupo a se estruturar como uma Organização de Trabalho Associado, com tarefas produtivas, no interior da estrutura política da Associação” (NUNES, 2016, p. 99). Embora este Núcleo tenha surgido no interior da Associação, houve o isolamento de suas atividades socioprodutivas, tornando possível caracterizá-lo como um apêndice e não como um componente da Associação Bem da Terra.

O surgimento do Núcleo deu-se da seguinte maneira: uma integrante da incubadora da UCPel e uma assessora do SEBRAE ofereceram uma proposta para as trabalhadoras, que consistia em um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de uma coleção de artesanato junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O projeto foi aprovado e, mesmo não existindo muitos recursos, custeava profissionais e equipamentos. Ele foi submetido pelo NESIC/UCPel junto ao CNPQ e recebeu recursos para a elaboração da coleção Elementos da Terra, como componente impulsor do Núcleo de Produção (NUNES, 2016). Com os recursos aprovados foi possível contratar assessores em áreas técnicas como *Design* e gestão da produção, locar veículo, adquirir instrumentos de produção, como máquina de costura, tesouras, teares, agulhas e também matéria-prima para pesquisa e desenvolvimento da coleção como algodão, botões, tecidos diversos, entre outros; material de expediente: computador e projetor; passagens para assessores de outros locais e para integrantes do Núcleo de produção<sup>20</sup>.

O convênio entre a UCPel e o CNPQ propiciou o uso de uma sala da Universidade, utilizada para a produção, funcionando como ateliê do Núcleo, sendo esta a única unidade produtiva. Em novembro de 2015 o Núcleo lançou a coleção Elementos da Terra, que reunia itens com destaque para a identidade e a flora local, resgatando e preservando traços regionais. Conforme entrevista realizada por Nunes (2016, p. 100), “na confecção de todas as peças são utilizadas técnicas artesanais combinadas com novas tecnologias sociais. Resgatar as técnicas do bordado caseiro transmite a ideologia do cuidado com a natureza”. Mas, infelizmente, o projeto do CNPQ que o financiava chegou ao fim.

Contudo, sabe-se da grande importância do Núcleo de Produção como organização de trabalho associado. No ano de realização da pesquisa (2016) as trabalhadoras mantinham o ateliê funcionando duas vezes por semana e sua produção era vendida, principalmente, nos

---

<sup>20</sup> Relatório parcial da pesquisa Núcleo de produção/Associação Bem da Terra - Perfil socioeconômico, processo autogestionário/cooperativo, aspectos sociopolíticos. Pesquisa ainda não publicada. Arquivo interno do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas, NESIC/UCPEL.

canais de comercialização da Rede Bem da Terra. Atualmente, o Núcleo incorporou outras trabalhadoras e assumiu uma dinâmica de trabalho mais intensa.

### 3.2.2 Associação de Consumidores

A Associação Educacional para o Consumo Responsável Rede Bem da Terra (Associação de Consumidores) está alicerçada na economia solidária, tendo como objetivo educar para o consumo responsável. Faz parte desta associação a Feira Virtual Bem da Terra, que será caracterizada a seguir.

#### 3.2.2.1 Feira Virtual Bem da Terra

As primeiras aproximações com a Feira demonstraram que os pequenos produtores de alimentos agroecológicos constantemente enfrentam dificuldades de contato com os consumidores. Porém, através da experiência inovadora da FVBTD, agora é possível adquirir esses tipos de produtos pela internet, facilitando a vida das pessoas que possuem uma rotina corrida. Essa é uma iniciativa da Associação Bem da Terra, definida como um conjunto de empreendimentos de economia solidária que tem como principal objetivo “aproximar produtores e consumidores através do comércio justo” (TERRASUL, 2015, s/p).

A Feira consiste em uma estratégia de comercialização, mediante a criação de grupos de consumidores responsáveis que estejam preocupados com a saúde, a economia local e a sustentabilidade. Com as compras coletivas reduzem-se os preços para os consumidores e ampliam-se os ganhos dos produtores. Na plataforma virtual é possível adquirir, por exemplo, alimentos agroecológicos, artesanatos e produtos de higiene. Portanto, nesta perspectiva de comercialização, objetiva-se “uma relação mais profunda entre o que é comercializado, com quem produz, e uma relação também de participação do consumidor em relação ao conhecimento como isto é produzido” (TERRASUL, 2015, s/p). Assim, nessa distinta forma de consumo ocorrem relações baseadas na confiança, conforme expressa a afirmação que segue:

O maior benefício da Feira Virtual é ampliar a economia solidária na região; essa maneira nova de se produzir onde o principal interesse não é o lucro, mas é a vida, onde a principal relação não é uma relação entre dinheiro e mercadoria, mas é uma relação entre pessoas. Então, a FV amplia o número de consumidores conscientes e amplia o número de produtores solidários nos empreendimentos [...] (TERRASUL, 2015, s/p).

Dessa maneira, percebe-se que através dessa nova forma de consumo é possível cuidar da saúde dos consumidores, dos ecossistemas e dos agricultores familiares e camponeses.

## O que é a Feira Virtual e como ela surgiu?

Até o ano de 2014 a Rede Bem da Terra mantinha sua estrutura de comercialização concentrada nas Feiras presenciais e na Loja Bem da Terra, localizada no Mercado Central, na cidade de Pelotas. Neste contexto, alguns integrantes da Rede começaram a investigar as possibilidades de implementar a tecnologia organizativa dos Grupos de Consumo Responsável (GCR) como instrumento estratégico para incentivar o planejamento da produção, desenvolvendo laços de solidariedade entre produtores associados, consumidores urbanos e movimentos sociais (NUNES; CHRIST; GOTARDO, 2017). Segundo esses autores:

Considerando que a região de Pelotas apresenta uma importante concentração de experiências associativas mobilizadas em torno de distintas bandeiras de luta, caberia aos assessores da RBDT desenvolver uma proposta com capacidade agregadora de distintas intencionalidades políticas do “campo progressista”. Além disso, seria importante pensar numa organicidade coesa, mas flexível, capaz de inserir pessoas comuns atraídas, inicialmente, pela demanda por produtos saudáveis, mas suscetíveis a ingressar numa organização social diferenciada, a partir de uma nova forma de relação com a produção e com o consumo (NUNES; CHRIST; GOTARDO, 2017, p. 4).

Assim, em 2014 surgiu a FVBTD, inserida no contexto da Rede Bem da Terra, como meio de operacionalização de um circuito curto de comercialização justa e solidária. Ela é caracterizada como um Grupo de Consumo Responsável, sendo um mecanismo de comercialização e distribuição dos produtos da Associação Bem da Terra e de alguns Empreendimentos Econômicos Solidários de outras localidades. A Feira funciona a partir de uma plataforma virtual e por meio de um espaço físico – o Centro de Distribuição. Fazem parte dessa Feira os consumidores responsáveis que fizeram formação e são vinculados aos Núcleos de Consumidores. Esses consumidores realizam trabalho voluntário coletivo para o funcionamento da Feira Virtual - junto aos bolsistas e professores vinculados ao TECSOL<sup>21</sup> e ao NESIC<sup>22</sup> (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018). Assim,

---

<sup>21</sup> “O Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é formado por docentes e discentes de diversas unidades acadêmicas com o objetivo de atender as demandas de grupos de trabalhadores/produtores urbanos e rurais que buscam na universidade apoio técnico, científico e formativo para a consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Nesse encontro de saberes – entre a universidade e os grupos sociais – construímos juntos alternativas de emancipação dos trabalhadores” (UFPEL, 2018).

<sup>22</sup>O Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), “durante seu processo de incubação, oportuniza a aproximação do ensino e da pesquisa com as necessidades das camadas populares, buscando a constante participação dos atores sociais, no intuito de que eles se reconheçam protagonistas de sua própria história. Em sua estrutura envolve professores, técnicos e estudantes de diferentes áreas do saber, desenvolvendo atividades de forma coletiva e interdisciplinar. A equipe de trabalho do NESIC se propõe a assessorar os empreendimentos de economia solidária de Pelotas e região, nas áreas de gestão cooperativa, ambiental, processos

A Feira Virtual Bem da Terra surge da necessidade de uma ligação mais direta entre produtores e consumidores. A mesma foi organizada, em seu início, por dois núcleos de incubação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária, a saber: Núcleo Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da Universidade Católica de Pelotas e o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), da Universidade Federal de Pelotas. Mesmo que os núcleos permaneçam orientando o projeto, o objetivo é que esse atinja a autogestão - o que corresponderia à organização dos dois grupos que se articulam: produtores e consumidores (ZINGLER *et al.*, 2016, p. 7).

O Grupo de Consumo Responsável é uma iniciativa organizada coletivamente por associações, redes e outras formas, que atua a partir da autogestão para comprar produtos agroecológicos de produtores de EES, pela comercialização direta, sem a presença do atravessador. “Viabiliza-se o acesso direto a produtos saudáveis com preços justos, garantindo uma renda justa para os produtores, além de conectar as pessoas envolvidas – o produtor com o consumidor” (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018, p. 5).

Procura-se construir estratégias de compra e venda firmadas em relações mais éticas e transparentes entre produtores, vendedores e consumidores. Nos Grupos de Consumo Responsável as pessoas se organizam para comprar produtos de modo diferente do mercado convencional; o objetivo é realizar a compra de alimentos saudáveis e apoiar os pequenos produtores, respeitando as pessoas e o meio ambiente. Qualquer pessoa poderá participar do GCR Feira Virtual Bem da Terra, desde que explicitar seu interesse, realize uma formação e escolha um Núcleo de Consumidores (os Núcleos de Consumidores<sup>23</sup> existentes atualmente são: ADUFPEL, Bancários, Centro, Guardiões, IFSUL, IMA, Pelotense, Porto, PSOL, Kilariô e Anglo/Tese 11 e se insira em um deles, ou forme um novo Núcleo de Consumidores com no mínimo sete pessoas. Também é preciso: contribuir financeiramente com a Feira Virtual, de forma trimestral, com um valor correspondente a 3% do salário mínimo nacional (caso o consumidor não cumpra com os demais compromissos, que são os citados a seguir); contribuir de forma trimestral com o valor equivalente a produtos solicitados para consumo por meio da plataforma virtual, num mínimo de 15% do salário mínimo nacional; participar frequentemente das reuniões de seu Núcleo correspondente, justificando suas possíveis ausências; contribuir de forma solidária com a realização das tarefas indispensáveis ao funcionamento da Feira, com no mínimo quatro horas de trabalho voluntário por trimestre e, por fim, esforçar-se para que as

---

participativos, jurídicos, contábil, comunicação e avaliação interna dos processos de incubação, sob os princípios da autogestão” (NESIC, 2018).

<sup>23</sup>Alguns núcleos de consumidores (Jaguarão, São Lourenço e Laranjal) estão se organizando, em processo de formação, sendo assim considerados núcleos especiais (FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA, 2019).

decisões coletivas sejam cumpridas e respeitadas (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018).

A Feira Virtual possui quatro Grupos de Trabalho (GT): O GT Educação foi constituído no processo denominado “transição para a autogestão”. Suas principais funções são realizar campanhas educativas para o comércio justo e consumo responsável, efetuar a formação de novos núcleos; acolher novos consumidores através de oficinas formativas; propor atividades e debates relacionados a práticas da agroecologia, economia solidária e sustentabilidade, objetivando a integração e ampliação dos vínculos solidários entre quem produz e quem consome. O GT Organização é uma das frentes de trabalho da Feira Virtual Bem da Terra, sendo responsável pela manutenção e funcionamento do centro de distribuição, pela articulação e sistematização dos encontros e conselhos, pelas mídias de comunicação interna e também pelo gerenciamento do cadastro dos consumidores. O GT Provisão tem a função de garantir a oferta de produtos locais (rurais e urbanos) e de outras regiões em fluxo adequado à demanda, fazer contato com os produtores, buscar novos produtos, atualizar a plataforma de encomendas dos consumidores e atentar para que esses produtos tenham a máxima qualidade possível. O GT Ponto de Equilíbrio e Transparência é responsável pela gestão dos recursos de financiamento da Feira, incluindo o recolhimento de contribuições e outras receitas, o pagamento de fornecedores e custos operacionais (luz, telefone etc.) e a contabilização de recursos movimentados (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018).

Em 2017 foi desenvolvido um documento digital intitulado “Feira Virtual Bem da Terra: quem somos nós?” Tal documento tem como objetivo apresentar a Feira aos novos integrantes. Ele aponta que a Feira é formada por um grupo de pessoas que não se conformam como o modo de vida material/econômica está organizado. O grande apelo ao consumismo, o aumento do trabalho explorado, do consumo alienado, do consumo de alimentos baratos, porém contaminados, a destruição ambiental, e a manipulação midiática resultam em uma vida insustentável. A mudança só é possível se existir união e organização e essa mudança exige atitude e solidariedade; é preciso começar mudando as próprias pessoas que participam, experimentando novos caminhos e demonstrando que é possível agir de modo diferente (FVBBDT, 2017).

A Feira Virtual possui cerca de 170 consumidores ativos, constituindo assim uma proposta alternativa de consumo consciente viável tendo em vista o aumento da oferta de produtos ligados à economia solidária e à produção agroecológica (NESIC, 2018).

Para o seu surgimento, entre os anos de 2014 e 2016, a Feira Virtual contou com o apoio de importantes parceiros como: de sindicatos e associações: Associação dos Docentes da UFPel (ADUFPel SSind), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Pelotas, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Pelotas e Região, Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO/RS), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); de Instituições Educacionais: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul); de Políticas Públicas: Programa de Extensão Universitária (PROEXT), Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (FVBBDT, 2017).

A Feira funciona através de três pilares: autogestão<sup>24</sup>, trabalho coletivo<sup>25</sup> e consumo responsável<sup>26</sup> (FVBBDT, 2017).

---

<sup>24</sup> Autogestão: a Feira Virtual não é um comércio ou um projeto, mas uma associação de consumidores responsáveis onde cada consumidor é um associado e cada sócio é parte de um Núcleo. A Feira é gerida coletivamente sendo todos responsáveis; a confiança e o diálogo são os princípios para tudo. A estrutura de autogestão da Feira Virtual, os Núcleos de Consumidores, reúnem pelo menos, sete associados que dividem entre si as tarefas básicas para o funcionamento da Feira: articulação do núcleo, facilitação e separação que acontece aos sábados, participação nos GTs. O Conselho de Núcleos reúne os Articuladores de Núcleos uma vez a cada trimestre; é o órgão deliberativo da Feira, abaixo apenas do Encontro de Consumidores. São quatro GTs: Organização, Educação, Provisão e Ponto de Equilíbrio e Transparência, formados por um representante de cada Núcleo de Consumidores; eles se reúnem a cada quinze dias; são os organismos executivos da Feira, responsáveis pelas ‘engrenagens de dentro do relógio’ (FVBBDT, 2017).

<sup>25</sup> Trabalho Coletivo: se todos são responsáveis, todos precisam participar; remunerar os produtores de forma apropriada tem um custo; optou-se por reduzir esses custos com o próprio trabalho. Assim, se cada um contribuir com um pouco todos saem ganhando. Neste sentido, é preciso confiança e diálogo entre os participantes. Os associados à Feira têm muitos benefícios, o que os leva a alguns compromissos solidários: participar das reuniões de seus Núcleos de Consumidores (uma a cada mês ou dois meses); contribuir com trabalho voluntário: quatro horas em cada trimestre; consumir ao menos R\$ 140,55 a cada trimestre (=R\$ 46,85/mês = 5% SM/mês); quando não cumprem os compromissos devem pagar a taxa associativa (R\$ 28,11 a cada trimestre) (FVBBDT, 2017).

<sup>26</sup> Consumo Responsável: Todos os produtos são da economia solidária. A preferência é por produtos locais, agroecológicos e artesanais. A Feira se responsabiliza pela certificação; utiliza-se 25% do valor de cada produto distribuído para cobrir os custos fixos da Feira (luz, telefone, transporte de produtos, etc.); os outros 75% retornam diretamente aos produtores. Porque se é associado? Porque o consumo responsável (ético e sustentável) melhora a saúde e a vida dos consumidores, produtores, a economia e a ecologia da nossa região; porque os integrantes se sentem ‘em comunidade’, compartilhando atitudes, trabalho e benefícios; porque pode-se escolher semanalmente cerca de 600 produtos da economia solidária, com preços bastante acessíveis e ótima qualidade; porque o diálogo e a confiança sempre são o princípio de tudo. O que pode dar errado na rotina da Feira? Algum produto requisitado no ciclo pode não ser entregue pelo empreendimento produtor; algum produto pode não corresponder à expectativa em termos de qualidade; algum produto necessitado pode não existir na Feira; algum consumidor pode não cumprir seu compromisso deixando ‘na mão’ o coletivo; pode haver atraso na chegada dos produtos ao Centro de Distribuição devido a problemáticas das estradas rurais. Os problemas se resolvem conversando, onde o diálogo e a confiança são os primeiros princípios da autogestão; “o segundo princípio é a decisão democrática e coletiva: por consenso, sempre que possível; por maioria, apenas se necessário” (FVBBDT, 2017, s/p.).

Para participar é preciso cadastrar-se<sup>27</sup> como consumidor e escolher um núcleo; logo após deve-se abrir uma ‘conta’ no Portal do Cirandas<sup>28</sup> e pedir acesso à Comunidade de Compras do Bem da Terra. Os ciclos de pedidos funcionam entre segundas às 19h e quintas às 14h30, quando os associados fazem a escolha dos produtos que querem encomendar na plataforma virtual; na quinta-feira os empreendedores são informados dos pedidos e inicia então a “produção” das encomendas. Sábado pela manhã os produtos da zona rural são recolhidos e entregues na Feira; posteriormente os separadores e facilitadores recebem esses produtos e organizam as entregas que ocorrerão à tarde; entre 13h30 e 16h30, com a ajuda dos facilitadores, os consumidores retiram seus pedidos e fazem a contribuição aos produtos encomendados; é possível também retirar os produtos na segunda-feira entre 16h30 e 17h30; além disso existe o serviço de bike-entrega, com preços distintos para cada área da cidade; sempre que o Centro de Distribuição estiver em funcionamento, pode-se adquirir produtos que estejam em estoque, ou seja, que não tenham sido encomendados por alguém, anteriormente; os horários normais podem sofrer alteração em datas especiais ou eventos, havendo um ciclo especial; aos boletins semanais das quartas-feiras chegam por e-mail trazendo dicas importantes e avisos, como os ciclos especiais.

A separação é realizada presencialmente aos sábados pela manhã, geralmente das 10h ao meio dia. Os Núcleos de Consumidores escalados escolhem determinados consumidores e destinam esta tarefa de separação dos produtos. Essa atividade é modificada caso ocorra algum evento nesse dia; outras dinâmicas que podem intervir na organização da separação; por exemplo a auto-separação que ocorre durante o verão, onde os consumidores fazem sua própria separação.

A facilitação é executada presencialmente no Centro de Distribuição (CD) aos sábados. Cada Núcleo de Consumidores tem um ou mais facilitadores que realizam trabalho voluntário (sem remuneração), quando são escalados. A facilitação pela manhã acontece das 8h ao meio dia e a facilitação à tarde acontece das 13h às 18h. Tanto a separação como a facilitação são trabalhos coletivos, realizados pelos consumidores responsáveis da FVBBDT (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018).

Para Nunes, Christ e Gotardo (2017), as tecnologias sociais desenvolvidas pela Feira Virtual como o uso da plataforma virtual cirandas.net, a elaboração de uma metodologia

---

<sup>27</sup> Disponível em <[www.bemdaterra.org.br/feiravirtual](http://www.bemdaterra.org.br/feiravirtual)>.

<sup>28</sup> Disponível em <[www.ciranda.net](http://www.ciranda.net)>.

organizativa de controle com participação direta dos consumidores na autogestão e a consolidação de uma estrutura física autônoma da Rede permitem três reflexões:

- 1) O desenvolvimento de uma estrutura logística própria, assim como a autonomia na fixação dos preços finais aumenta os ganhos dos produtores e diminui os preços aos consumidores, graças à redução dos custos de transação.
- (2) Em que pesem os distintos tempos de assimilação e possibilidades de engajamento dos consumidores, a Feira tem impulsionado um envolvimento efetivo destes nos vários processos de autogestão do consumo, destacando a natureza política do instrumento e a sua capacidade em atuar como mediação no processo de uma nova consciência. Assim, a coerência e a transparência na condução da feira enaltece o trabalho autogestionário como princípio educativo: “as palavras convencem, mas o exemplo arrasta!”
- (3) A relação e o diálogo efetivo entre produtores e consumidores, além de concretizar um importante passo na superação da relação fetichizada do consumo, desvela uma realidade que é dissimulada pela lógica do capital, permitindo aos associados consumidores compreenderem os elementos da cadeia produtiva omitidos pelo Capital, como a formação de preço, a especulação, o excesso do uso de agrotóxicos etc. Tal relação possibilita resgatar a bandeira da autogestão num sentido histórico e ampliado, pelo qual a produção e reprodução social da vida tenham como “horizonte a associação de produtores livres e iguais” (Marx, 1982). No sentido apontado, o consumo responsável se afirma como um importante e transformador “ato político” (NUNES; CHRIST; GOTARDO, 2017, p. 7).

Assim, percebe-se que a Feira Virtual, através de seu conjunto de ações proporciona consciência social e ambiental, integrando consumidores e produtores. A Feira, por ser um empreendimento de economia solidária, possui uma filosofia oposta à economia capitalista, na qual o mais importante são as relações de igualdade, justiça e solidariedade. Assim, as pessoas cooperam entre si em vez de competirem.

### 3.3 Rizoma

Para Nunes (2016), o Rizoma é uma tecnologia social desenvolvida em parceria com os núcleos universitários NESIC e TECSOL, que proporciona a aquisição direta de insumos de produção para os empreendimentos de economia solidária da região sul do Rio Grande do Sul e também produtos processados que não podem ser encontrados na região, para o abastecimento dos associados da Rede.

O Rizoma consiste em uma organização de 2º grau, que integra redes distintas de produção e consumo para compra conjunta de produtos para comercialização e insumos

produtivos. A FVBBDT, o Armazém de Economia Popular e Solidária de Rio Grande<sup>29</sup> e diversos empreendimentos das duas cidades são parte do Rizoma e demandam produtos da economia solidária de outras regiões do RS e do Brasil, como por exemplo, açúcar, arroz e farinhas.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários Externos (EESE) são empreendimentos de outros estados que oferecem produtos para a FVBBDT, no entanto não são vinculados à Associação Bem da Terra. São estes: Aécia, COOPFAM/MG, COOPAVA, Mãe Natureza, Justa Trama, COOPEROESTE, COOTAP, Bionatur, COOPEG, UNICOOPER, COOPERACRE, APESMI e Econativa. Em suma, estes empreendimentos “[...] devem estar vinculados à Economia Solidária e serem EES para poder participar da comercialização na Feira Virtual Bem da Terra”. (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018, p. 11). Essa parceria visa apoiar esses empreendimentos e ampliar a diversidade de produtos que são comercializados.

### 3.4 Mudanças da FVBBDT

A FVBBDT surgiu em 2014 e contou com o apoio das incubadoras universitárias da UCPel e UFPel, onde o funcionamento da Feira dependia do trabalho de bolsistas destas incubadoras. No Encontro de dezembro de 2018, em decorrência do fim iminente das bolsas de apoio universitário, foi criada uma “Comissão de Estudo para Redesenho da Feira Virtual”, a fim de preparar uma avaliação e elaborar sugestões de reestruturação para que a FV pudesse continuar funcionando. A comissão discutiu e propôs algumas sugestões que foram avaliadas numa série de três Encontros de consumidores ocorridos entre março e maio de 2019. Assim, ocorreram algumas reuniões que foram acompanhadas pela pesquisadora durante a realização da pesquisa participante.

Com o fim definitivo das bolsas de apoio das incubadoras universitárias, o funcionamento da Feira que envolve caixa, contabilidade e estoques necessitou ser profissionalizado, o que significou, num primeiro momento, um acréscimo relativamente alto aos custos mensais. O resultado financeiro da Feira até o momento, apresentava superávits pequenos, totalmente insuficientes para absorver esses novos custos, de acordo com o debate. A solução definitiva para este problema é a expansão do número de consumidores, pois isto

---

<sup>29</sup> É um “grupo de consumo responsável” (a exemplo da Feira Virtual), estimulado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da FURG e que é parte do Rizoma Bem da Terra. Articula consumidores e consumidoras responsáveis através da plataforma de GCRs do Cirandas.net. (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018, p. 10).

ampliará os superávits da Feira. Mas isso depende de um forte esforço coletivo. Porém, até esse crescimento ser alcançado, o último encontro de 2019 decidiu estabelecer uma pequena contribuição solidária dos consumidores, que será provisória, para fazer frente a esses custos; tal contribuição deve ser paga junto com o primeiro pedido que o consumidor realizar no mês. A Feira Virtual deseja que essa contribuição seja cancelada no menor prazo possível e irá trabalhar para isso.

Dentre as mudanças ocorridas estão a extinção dos núcleos de consumidores pois, de acordo com a Comissão, grande parte deles não funcionava adequadamente, sobrecarregando algumas pessoas. Assim, passarão a existir somente núcleos territoriais: Pelotas, Laranjal, Jaguarão e São Lourenço do Sul. Essa mudança vai alterar consideravelmente a forma de participação dos associados na Feira, pois as escalas de facilitação/separação serão indicadas individualmente e o comparecimento nos encontros trimestrais será requisito para fazer parte da Feira. Ocorreram, ainda, outras mudanças: a cota de consumo mínimo foi extinta; irão existir mais Grupos de Trabalho com um menor número de participantes em cada um; a feira mudou seu Centro de Distribuição, indo para um local maior e mais adequado, continuando próximo ao centro da cidade; a consolidação do Rizoma Bem da Terra, uma rede microrregional de Grupos de Consumo Responsável deve otimizar o abastecimento, garantindo insumos orgânicos para os fornecedores da Feira; e por fim, o processo de acreditação de produção solidária e transição agroecológica irá proporcionar maiores garantias à aliança da Feira com os produtores. Por isso é importante a participação e o compromisso permanente de todos para construir uma relação diferente entre quem produz e quem consome (COORDENAÇÃO DA FVBDT, 2019).

3.5 Economia solidária, consumo responsável e tecnologias sociais: três categorias de análise que subsidiaram este estudo

Pode-se dizer que a economia solidária, o consumo responsável e as tecnologias sociais são os pilares da Feira Virtual Bem da Terra que consiste no objeto deste trabalho, e, portanto, merecem ser discutidas de maneira mais aprofundada.

### 3.5.1 Economia solidária

O universo desta pesquisa consiste em uma complexa rede de produção, comercialização e consumo solidário. Portanto, cabe definir a seguir, parte dessa complexidade, ou seja, a economia solidária, sendo ela uma economia que já existe, portanto, possível.

A economia solidária é extremamente importante, na medida que consiste numa alternativa de transformação social tendo como objetivo a justiça e a igualdade entre as pessoas e a preservação do meio ambiente, ao contrário do capitalismo, que produz desigualdades crescentes provocando uma intensa polarização entre as classes sociais.

Para Singer (2002), vantagens e desvantagens são transmitidas para as próximas gerações cujos descendentes dos que acumularam capital e prestígio profissional terão vantagens em relação aos descendentes dos que empobreceram e foram excluídos socialmente. Isso acaba produzindo sociedades extremamente desiguais. Mas, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva” (SINGER, 2002, p. 9).

Por outro lado, a economia solidária caminha em direção oposta ao sistema capitalista, pois pratica a união, a cooperação, a solidariedade, a preservação da natureza, a autogestão coletiva dos associados ao invés de precarizar as condições de trabalho, o respeito à vida e a propriedade coletiva (REDE CFES, 2017).

Conforme Singer (2002), na cooperativa de produção, modelo de empresa solidária, todos os sócios possuem a mesma parcela do capital e ninguém dá ordens em ninguém. Neste sentido, não há competição entre os sócios pois todos ganham por igual. Como se pode perceber, na economia solidária prevalece a relação de igualdade entre as pessoas, sem existência de cargos inferiores ou superiores. Para o autor, se toda economia fosse solidária a sociedade seria muito mais igualitária.

A economia solidária é uma maneira distinta de produzir, vender e comprar o que é necessário para viver. Nessa forma de economia prevalecem relações de reciprocidade entre os trabalhadores. Assim, “se na economia convencional existe a separação entre os donos e os empregados, na economia solidária os trabalhadores são donos” (PATEO, 2017, p. 133).

Entretanto, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, algumas iriam se sobressair mais em relação a outras devido ao acaso, à aptidão das pessoas e as diferenças de habilidade. Existiriam, assim, empresas ganhadoras e perdedoras, onde as vantagens e desvantagens precisariam ser frequentemente igualadas para não se tornarem cumulativas. Isso requer o poder do Estado para redistribuir dinheiro dos ganhadores aos perdedores, utilizando para este fim impostos e subsídios e/ou crédito. É importante compreender que a desigualdade e a competição generalizada não são fenômenos naturais e resultam do modo de produção capitalista e este tem como princípios o

[...] direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

A economia solidária tem como princípios básicos o direito à liberdade individual e a propriedade coletiva do capital, sendo um outro modo de produção. Esses princípios, ao serem aplicados, unirão todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, e eles serão possuidores de capital de forma igualitária em cada cooperativa. “O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda” (SINGER, 2002, p. 10).

Para Tygel (2011, s/p), a economia solidária é um movimento social que luta pela transformação da sociedade e por uma distinta forma de desenvolvimento, que não seja baseado nos latifúndios e nas grandes empresas, mas sim “um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos”.

Para França Filho (2001), o projeto europeu de uma economia solidária, através de sua diversidade de experiências aponta a necessidade de recomposição das relações entre economia e sociedade, demonstrando sua preocupação atual diante da acelerada mercantilização da sociedade, produzida pela hegemonia do neoliberalismo no plano político.

As formas de produção e distribuição econômica sustentadas em relações de reciprocidade constituem a economia popular, que consiste num modo coletivo de organização de trabalho e compreende desde formas domésticas de produção até formas mais cooperativas de organização. Este tipo de economia, que coloca a solidariedade no centro das atividades e, muitas vezes não é monetarizada, garante a sobrevivência de grandes parcelas populacionais. “É esta economia popular que parece encontrar-se na base do desenvolvimento da ideia de economia solidária entre nós” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 265). A economia solidária no seu agir econômico implica um olhar ampliado sobre o ato de produzir e distribuir riqueza, regida pela solidariedade que garante a vida de largas parcelas populacionais.

De acordo com a Política Nacional de Economia Solidária, esta economia possui o conceito de comércio Justo e Solidário, que se caracteriza como “um fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, na transparência e na valorização da diversidade étnica e cultural dos atores envolvidos” (SINGER, 2013, p. 23).

As organizações do comércio justo determinam contratos com pequenos produtores organizados em cooperativas para a compra e venda de seus produtos, que em geral são agrícolas ou artesanais. O objetivo é “encontrar canais de distribuição para o escoamento daquela produção a um preço considerado justo para o pequeno produtor. Busca-se, assim, eliminar ao máximo o número de intermediários entre o produtor e o consumidor” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 256).

Para Singer (2013) a comercialização solidária tem como principais desafios: aproximar produtores e consumidores, buscando eliminar os atravessadores; construir mecanismos logísticos para melhorar a forma de distribuir os produtos; reduzir custos de comercialização por meio dos ganhos de escala; utilizar ferramentas da comunicação e das novas tecnologias objetivando ampliar o reconhecimento e a inclusão dos produtos da economia solidária no mercado

Conforme aponta Tygel (2011, s/p), a economia solidária “se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores”, e isso permite uma postura mais crítica dos consumidores sobre qualidade de vida, alimentação e interesse sobre a trajetória do desenvolvimento econômico

Este outro modo de economia busca ter uma troca de respeito com o meio ambiente, constituindo o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento socialmente justo, voltado para satisfazer de maneira racional as necessidades de todos os cidadãos. Essa forma de economia contrapõe à lógica do mercado capitalista, pois este induz as pessoas a crerem que suas necessidades só podem ser satisfeitas através do consumo de mercadorias. Na verdade, essa forma tradicional de consumo é uma oportunidade de lucro privado e de acumulação de capital. Portanto, a “Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial” (III PLENÁRIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, s/p).

Ela originou-se das lutas defendidas pela classe trabalhadora, através dos seus movimentos sociais. Neste sentido, apresenta-se como uma alternativa ao atual modelo econômico, justamente por defender um modo de vida diferente do modelo capitalista que provoca desigualdades para a maioria da população, destruindo o meio ambiente, ao invés de distribuir as riquezas produzidas. Entretanto, apesar das práticas da economia solidária não causarem grande impacto ao sistema capitalista, elas “constituem processos de mudanças no

trabalho, na gestão e nas relações sociais, caracterizando um contraponto significativo ao capital” (SANTOS, 2010, p. 26).

Em síntese, a economia solidária se caracteriza por um conjunto de organizações que desenvolvem atividades econômicas de produção, distribuição e consumo firmadas nos princípios de cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade. Os atores que participam desses processos compartilham a propriedade dos meios de produção, tendo todos o mesmo poder de decisão.

Mas porque ela é tão importante? Conforme Singer (2013, p. 2), iniciativas socioeconômicas coletivas referenciadas no campo da economia solidária são, em sua maioria, “alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável”.

A taxa de desemprego<sup>30</sup> subiu consideravelmente em 2019, atingindo milhões de brasileiros. O caminho é incluir as pessoas que vivem fora do mercado de trabalho ou que possuem empregos precarizados, promovendo a geração de trabalho e renda a estas pessoas, através da economia solidária. Para que aconteça esta inclusão e os EES se fortaleçam, é fundamental que novos conhecimentos sejam produzidos.

As tecnologias sociais surgiram para aperfeiçoar a dinâmica dos empreendimentos bem como para solucionar os problemas que os atingem. Uma tecnologia social bastante importante é o Grupo de Consumo Responsável, visto que ele não executa somente o papel de comercialização, mas também desenvolve espaços de sociabilidade, transmitindo informações sobre alimentação saudável, preservação ambiental e cultivo de alimentos agroecológicos, aproximando produtores e consumidores por meio de vínculos de solidariedade.

### 3.5.2 Consumo responsável

A sociedade incentiva as pessoas a consumirem cada vez mais, não interessando para muitos que o consumidor tenha reflexão e postura crítica antes de comprar. O aumento do consumo ocorre de maneira “ambientalmente impactante e socialmente desigual. E o consumismo potencializa todos esses efeitos. Isso torna a continuidade dessas relações, como são hoje, insustentável!” (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p. 101). Assim:

---

<sup>30</sup> No dia 30 de abril o IBGE anunciou que a taxa de desocupação de janeiro a março subiu para 12,7% em relação ao trimestre anterior (out-nov-dez/2018), atingindo 13,4 milhões de brasileiros. O número de brasileiros no subemprego bateu recorde e chegou a 28,3 milhões de pessoas (HORA DO POVO, 2019, s/p).

Muitíssimas pessoas só trabalham e produzem pensando em consumir, mas, ao mesmo tempo, vivem na insatisfação permanente de suas necessidades. Produção e consumo se tornam, assim, uma espiral interminável, esgotando os recursos naturais de maneira irracional e acirrando ainda mais a tensão criada pelas desigualdades sociais. Nesse ponto, desempenham papel determinante muitos avanços tecnológicos que aceleram o círculo perverso de produção crescente e apetites cada vez mais vorazes (ACOSTA, 2016, p. 36).

Conforme Pistelli e Mascarenhas, geralmente as pessoas escolhem os produtos que irão comprar a partir do seu desejo e necessidade, sem refletir que tipo de atitude isso provoca. “Ao comprar alimentos, a maioria das pessoas se preocupa mais com aparência, sabor e preço, deixando de lado suas consequências para a saúde, o meio ambiente, a sociedade, a cultura, a economia e o mundo” (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p. 4). Entretanto, não se deve esquecer que ao comprar determinado produto se estimula ações que podem ser ou não sustentáveis.

Ao comprar algum produto, o consumidor contribuiu para financiar a cadeia de produção, distribuição, comercialização e consumo desse produto, e isso acarreta “reflexos econômicos, ambientais e sociais, positivos ou negativos. Portanto, a escolha do que consumir pode ser entendida como um ato político” (INSTITUTO KAIRÓS, 2017, p. 18).

Para Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014, p. 1), o consumo pressupõe escolhas e, por isso, “pode ser compreendido como um ato político na medida em que tem a capacidade de contribuir para a transformação social ou favorecer a manutenção das dinâmicas de dependência e exploração”. Por isso, é necessário desenvolver espírito crítico e promover novas atitudes, buscando uma outra forma de consumo que seja contrária ao consumo massificado de produtos provenientes de longas cadeias produtivas que concentram poder e capital.

Conforme o Portal do Consumo Responsável<sup>31</sup> (2019), o consumo pode ter diferentes adjetivos: sustentável, consciente, crítico, ético ou solidário, além de responsável. Inúmeras vezes esses termos indicam formas distintas de compreender e problematizar o consumo. Geralmente o consumo sustentável demonstra maior preocupação com o meio ambiente, entretanto nem sempre abrange as questões sociais. O consumo consciente é muito utilizado por grandes empresas, que buscam questionar o consumo individual, promovendo a valorização

---

<sup>31</sup> O Portal do Consumo Responsável e o aplicativo *ResponSA* são iniciativas do Instituto Kairós, com a contribuição de várias organizações e movimentos como economia solidária, agroecologia e comércio justo e solidário.

da responsabilidade social das empresas, sem problematizar as contradições das atividades de produção e abastecimento prevalentes na sociedade.

O consumo responsável, por sua vez, pode ser compreendido como um conjunto de hábitos e práticas que potencializam um modelo de desenvolvimento comprometido em reduzir as desigualdades sociais e os impactos ambientais, visando melhorar os processos de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, estimulando as práticas colaborativas. O Portal do Consumo Responsável (2019) traz, ainda, que o consumo responsável é a prática de atitudes éticas para construir de forma conjunta um novo panorama econômico e socioambiental, através da agroecologia, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e da agricultura família e camponesa.

Embora o consumo responsável não seja a única maneira de transformar a sociedade, com certeza é um elemento fundamental para a organização de uma cadeia produtiva que propicie a justiça e o bem viver para todos. O ato de consumir não pode ser compreendido como um ato individual, pois o consumo de cada um tem efeito e interfere na sociedade da qual todos fazem parte. Ele “influencia e é influenciado pela sociedade, podendo ser utilizado para apoiar diferentes formas de desenvolvimento” (RÊGO, 2017, p. 95).

De acordo com o *site* Bem da Terra (2018), o consumo responsável é caracterizado como atos de consumos conduzidos para a aquisição e uso de produtos e serviços produzidos de forma solidária, justa e ambientalmente saudável. Ele vai além da mudança de hábitos e a busca do bem-estar individual, pois considera o contexto no qual o produto está inserido, sua história, os valores que o expressam e as consequências dessa prática. Portanto, “ao refletir sobre a produção, a comercialização, o meio ambiente e as relações sociais para escolher o que consumir, vai se construindo o exercício da cidadania também no ato do consumo” (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p. 103).

Apesar de que grandes parcelas populacionais não desejam renunciar o estilo de vida consumista, certos grupos não aceitam os princípios de vida capitalista, porque não desejam ser vítimas de tanta exploração e destruição e possuem outros valores e práticas. Por exemplo:

[...] o caso de muitos povos indígenas que enfrentam o extrativismo e defendem as visões do Bem Viver, sustentadas nas harmonias, ou de gente munida de consciência e práticas ecológicas nas cidades – consciência que pode ser observada em políticas públicas destinadas à promoção do transporte público e alternativo e da agroecologia (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 105).

Para Calabro e Retiere (2016, p. 6), o consumo responsável é caracterizado como um “conjunto das práticas e reflexões que buscam transformar o ato de consumir em um ato político e cidadão. Estimula o consumidor a olhar para além do preço e se preocupar com as características do processo como um todo, desde a produção até o consumo”. Nesse modo de consumo, é preciso levar em conta o sistema de produção (sendo imprescindível que ocorra através de agricultores familiares, de economia solidária, local etc.), as condições de trabalho, a relação com a natureza, entre outras questões. Para Badue *et al.* (2005, p. 20-1), o Instituto Kairós define o conceito de consumo responsável como a:

[...] capacidade de cada pessoa ou instituição, pública ou privada, escolher bens e serviços, de maneira ética, para melhorar a qualidade de vida de cada um, da sociedade e do ambiente. Assim, podemos considerar como consumidor responsável aquele indivíduo que inclui uma série de questionamentos em seus hábitos de consumo, ou seja, que enxerga a relação entre as suas escolhas diárias de consumo e as socioambientais presentes na sociedade atual. A partir dessa consciência, busca caminhos alternativos para atuar e apoiar relações produtivas e comerciais mais coerentes com aquilo que valoriza, como o respeito, o equilíbrio e a própria vida de todos nós e do planeta que nos abriga.

É preciso que os consumidores, além de adotarem práticas de consumo responsável, atuem de forma mais proativa construindo de maneira conjunta ações transformadoras. É necessária uma prática de consumo que aproxime produtores e consumidores para se ter acesso a produtos de qualidade, com preço justo, com uma qualidade de vida melhor para todos. E para que essa aproximação ocorra o consumo responsável passa pela construção de outras estruturas de produção e de comercialização. Como foi trazido no capítulo 1 desta dissertação, os pequenos agricultores vêm sofrendo graves consequências decorrentes da prática do agronegócio, acarretando a perda de sua autonomia frente ao crescimento dos grandes oligopólios do sistema agroalimentar. Nesse tipo de prática são produzidos alimentos com uso de fertilizantes e agrotóxicos que contaminam a natureza e os seres humanos.

A criação de práticas de resistência procura trazer alternativas em inúmeras áreas e se localiza “no tensionamento entre as forças que pretendem conservar as condições vigentes e a potência de ruptura de novas iniciativas para transformar a realidade, seja pelo acesso à terra, ao conhecimento, à autonomia ou à produção com tecnologias agroecológicas e solidárias” (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON, 2014, p. 4).

Essas são iniciativas que aparecem desde a crise do modelo agroalimentar dominante e discutem possibilidades de desenvolvimento territorial, considerando valores sociais, éticos e

culturais. Uma dessas iniciativas são os Grupos de Consumo Responsável, formados por pessoas determinadas a se organizar de forma coletiva para “incorporar ao ato da compra critérios éticos, políticos, sociais e ambientais, representando uma alternativa aos principais canais de comercialização encontrados no mercado” (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON, 2014, p. 4).

A Feira Virtual Bem da Terra é um grupo de consumo responsável e também uma tecnologia social<sup>32</sup>; a FV foi desenvolvida pela Rede Bem da Terra como uma estratégia de comercialização justa e solidária.

### 3.5.3 Tecnologias sociais

Questionando os princípios tradicionais de tecnologia e suas consequências muitas vezes desastrosas, com efeitos destruidores para a maioria da população e para o planeta, surge o movimento por uma Tecnologia Social (TS). Diante dos processos de precarização do trabalho e aumento da exclusão social era necessário encontrar tecnologias que oferecessem soluções para os desafios existentes. “Deveriam ser tecnologias de acesso fácil, de domínio público, sem *royalties*, com potencial para mudar a vida de milhões de mulheres e homens à margem da sociedade” (ALBUQUERQUE, 2009 *apud* ADANS *et al.*, 2011, p. 19).

A Tecnologia Social surgiu no Brasil na década de 2000; a ideia de uma tecnologia alternativa à convencional recebe esta designação. Nesse processo, participaram atores que estavam preocupados com o crescimento da exclusão social, da precarização e informalização do trabalho e, portanto, percebiam que era preciso uma tecnologia que correspondesse aos seus propósitos. “São esses atores que iniciam, em 2003, a formação da Rede de Tecnologia Social (RTS)” (DAGNINO, 2009, p. 9). Segundo a RTS a “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias, replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social (RTS, 2019, s/p.).

De acordo com Dagnino (2009, p. 8), o conceito de TS gerado pela RTS é o mais frequente no Brasil. Porém, segundo o autor, esta definição não é adequada para abordar o “desenvolvimento de uma tecnologia coerente com os princípios do que se denomina no Brasil “Economia Solidária”. Uma tecnologia substancialmente diferente da tecnologia convencional

---

<sup>32</sup> Além da Feira Virtual Bem da Terra, as feiras presenciais, a banca do Mercado Público e o Rizoma são tecnologias sociais desenvolvidas pela Rede Bem da Terra.

ou Tecnologia Capitalista (TC), que é produzida pela e para a empresa privada” (DAGNINO, 2009, p. 9)

Para Dagnino (2011, p. 1), tal definição expressa a correlação de forças presentes no conjunto de atores “ideologicamente heterogêneo envolvidos com a TS, o qual abriga desde os que entendem a TS como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até os que labutam em prol da construção de uma sociedade socialista”. Para o autor, o conceito elaborado pela RTS é de uma evidente fragilidade analítico-conceitual, ainda que vise a inclusão social e conseqüentemente dialogue com movimentos sociais. Tal conceito não possibilita a “concepção de um elemento essencial para a sua sustentabilidade (que, é claro, não se resume à dimensão econômica). Ou seja, um conjunto de indicações de caráter sociotécnico alternativo ao atualmente hegemônico [...]” (DAGNINO, 2011, p. 1).

A TC se caracteriza por desejar resultados excelentes sobre o trabalho, à sua escala de produção, ao ritmo da produção, exercendo rígido controle sobre os trabalhadores; também é “inerentemente poupadora de mão-de-obra (o que pode ser verificado na constante substituição do trabalho humano por trabalho morto). [...] a TC é, ainda, irradiada pelas empresas dos países do norte e absorvida de forma acrítica pelas empresas dos países subdesenvolvidos” (DAGNINO, 2004 *apud* NOVAES; DIAS, 2009, p. 18). A Tecnologia Capitalista impõe aos países em desenvolvimento determinados padrões que são liderados pelos mercados dos países desenvolvidos.

Portanto, diante das considerações apontadas acima é possível afirmar que a TC tem como objetivo o acúmulo de capital onde os trabalhadores são submetidos aos detentores dos meios de produção, e os países do Sul são submetidos aos países do Norte, ampliando assim as desigualdades sociais. Mostra, assim, “a tendência do capitalismo contemporâneo de submeter cada vez mais a produção do conhecimento à lógica da acumulação” (DAGNINO, 2009, p. 97).

Em sentido oposto, a TS deverá: ser adaptada a pequenos produtores e consumidores com baixo poder aquisitivo; não promover o modelo de controle capitalista, hierarquizando e dominando trabalhadores; ser orientada para satisfazer as necessidades humanas; fomentar o potencial e a criatividade do produtor e consumidor; “ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas” (NOVAES; DIAS, 2009, p.18-9).

Para Zucoloto e Pereira (2017), as TSs criadas em determinados contextos podem ser úteis em mais de uma localidade desde que se considere as distinções entre elas, de maior ou menor porte. Assim, “a reaplicação é um dos conceitos-chave em torno das TS. É fundamental

diferenciá-los da simples replicação – cópia sem adaptações – das TS” (p. 142-3). Considerando as diferenças entre grupos e locais, a nova aplicação da TS precisará levar em conta as demandas e características locais, adaptar-se a elas, sendo reaplicada e não somente replicada.

Neste sentido, a TS está mais conectada à realidade local, desenvolvendo respostas mais adequadas aos problemas de um determinado contexto. Para a transformação da sociedade é importante melhorar as técnicas locais, com um processo de crescimento realizado a partir de dentro e não por meio de uma imposição externa. Em síntese, é possível concluir que, enquanto a TC é funcional para as grandes empresas multinacionais, a TS se direciona para a produção coletiva e não mercadológica (NOVAES; DIAS, 2009).

De acordo com Dagnino (2011, p. 2), “a crítica à TC tem em Ghandi um de seus pioneiros. Passa pela proposta da Tecnologia Intermediária<sup>33</sup> de Schumacher (1973) e alcança seu auge com o movimento da Tecnologia Apropriada (TA) nos EUA”. As ações promovidas por este movimento foram criticadas<sup>34</sup> em virtude da sua pouca eficácia, desde os anos de 1970. Elas contribuíram para o fortalecimento do movimento da TS.

No final do século XIX a Índia foi reconhecida como o berço do que veio a se denominar no Ocidente de Tecnologia Apropriada. Os reformadores dessa sociedade objetivavam a recuperação e o desenvolvimento das tecnologias tradicionais, realizadas nas suas aldeias, como estratégia de resistência contra o domínio britânico. “Entre 1924 e 1927 Gandhi dedicou-se a construir programas, tendo em vista a popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, a Charkha” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 20), como uma maneira de enfrentar a injustiça social e o sistema de castas que se propagava na Índia.

---

<sup>33</sup> Para Schumacher Tecnologia Intermediária caracteriza “uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade, respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada para os países pobres” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 21).

<sup>34</sup> Entre as ideias que foram criticadas estava a de que a TA “poderia ser produzida por pesquisadores, ofertada por meio de bancos de dados, e demandada pelos pobres do campo e da cidade. Atacava-se também a noção de que, para desenvolver a TA, bastava utilizar o conhecimento armazenado na universidade, tentando adaptá-lo (ou simplificá-lo) para que sua aplicação evitasse os impactos negativos que a TC causava. Entre esses efeitos, estaria a demanda por mão-de-obra qualificada, o alto custo de capital por posto de trabalho gerado, o desemprego, a marginalização, o uso intensivo de insumos sintéticos, a degradação ambiental etc. Havia outras críticas, como a de que seria ingenuidade supor que uma tecnologia alternativa pudesse lograr alterar práticas culturais e estruturas de poder indesejáveis. Ou a de que a TA poderia se converter em algo significativo sem que passasse do ambiente politicamente correto dos cientistas bem-intencionados dos países avançados para o espaço da *policy* e da *politics* da C&T dos países periféricos. Esta crítica revela a consciência de que, se a TA não fosse demandada por um ator com força política, ela permaneceria como uma curiosidade ou benemerência tecnológica. Coerentemente com o contexto sócio-político latino-americano de então, este ator ser o Estado” (DAGNINO, 2011, p. 2-3).

Fonseca e Serafim (2009) mencionam que o movimento da TS deriva do movimento de TA dos anos 60 e 70. Entretanto, a TS supera a visão da TA ao criticar a neutralidade da ciência e o determinismo da tecnologia. Para estes autores:

[...] se consideramos que a ciência e a tecnologia (C&T) não são neutras, isto é, carregam os valores e interesses predominantes no ambiente no qual foram desenvolvidas e se discordamos da visão determinista da tecnologia, isto é, de que seu desenvolvimento segue um caminho único e inexorável, acreditamos que o desenvolvimento da TS deve levar esses aspectos em consideração. (FONSECA; SERAFIM, 2009, p. 140).

Essa crítica é a base na constituição do conceito de TS, colocando a necessidade da participação dos usuários na criação da tecnologia, pois é participando que eles conseguirão colocar em evidência seus valores e interesses, podendo atuar nas escolhas envolvidas na criação dessa tecnologia.

Diversos pesquisadores de países desenvolvidos, preocupados com as relações entre a sociedade e tecnologia, perceberam que a TC desenvolvida e utilizada pela empresa privada não é apropriada para a realidade dos países periféricos. Essa preocupação originou a reflexão nos anos 1970, abrangendo outras profissões: a da Tecnologia Intermediária ou da Tecnologia Apropriada, como passou a ser genericamente denominada. “O movimento da TA incorporou aspectos culturais, sociais e políticos à discussão e propôs uma mudança no estilo de desenvolvimento” (DAGNINO, 1976 *apud* NOVAES; DIAS, 2009).

As expressões que passaram a ser elaboradas tinham como característica o fato de serem criadas de modo distinto à tecnologia convencional, pois esta não havia conseguido resolver e inclusive poderia acentuar os problemas socioambientais.

Já presentes nessas concepções de tecnologia, foram estabelecidas características como: a participação comunitária no processo decisório de escolha tecnológica, o baixo custo dos produtos ou serviços finais e do investimento necessário para produzi-los, a pequena ou média escala, a simplicidade, os efeitos positivos que sua utilização traria para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais, meio-ambiente (com a utilização de recursos renováveis). Passou-se, enfim, a identificar a TA a “um conjunto de técnicas de produção que utiliza de maneira ótima os recursos disponíveis de certa sociedade maximizando, assim, seu bem-estar” (DAGNINO, 1976 *apud* NOVAES; DIAS, 2009, p. 23).

O movimento da TA, apesar de não ter sido colocado dessa forma, foi uma inovação fundamental em termos da teoria do desenvolvimento econômico. Uma das críticas a este movimento era a de que “ela tinha mais a ver com um sentimento de culpa de pesquisadores e

empresários dos países desenvolvidos, do que com uma iniciativa capaz de alterar significativamente a situação que denunciava” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 24-5). Na realidade, a grande maioria dos pesquisadores de TA está localizada nos países desenvolvidos e foi insuficiente a ocorrência de seu trabalho para as populações dos países periféricos que pretendiam beneficiar. Também foi insatisfatória a participação dos pesquisadores desses países nesse movimento, com exceção da Índia. É importante ressaltar que, apesar de objetivar o desenvolvimento social, sua conduta era defensiva, adaptativa e não-questionadora das estruturas de poder hegemônicas no plano local e internacional.

No início dos anos 1980 o movimento de TA perdeu impulso mediante a ascensão do neoliberalismo. Para contextualizar a re-emergência de temas referentes às tecnologias alternativas nos países periféricos é importante destacar que, por um lado, o cenário político em nível mundial se manifestou através do processo de mundialização do capital, favorecendo as economias avançadas e penalizando as periféricas. Em nível nacional a consequência foi um projeto de integração subalterna e excludente, agravando a situação das populações. Nesse contexto, é natural que dissemine a preocupação com as bases tecnológicas, permitindo a recuperação da cidadania das parcelas mais penalizadas (NOVAES; DIAS, 2009).

De fato, um conjunto de atores com interesses e visões ideológicas se juntaram a esses movimentos, em determinados casos relacionados com o ambiente econômico e tecnológico produzidos com a expansão do neoliberalismo; surgiram desenvolvimentos teóricos que podem ser observados, por exemplo, nos trabalhos sobre agroecologia e movimentos sociais de Guterres (2006), Altieri (1989; 2005), Pinheiro Machado (2004), dentre outros.

Persistem determinados obstáculos que interferem no movimento da TS, onde um desses entraves é a pequena compreensão, por parte dos agentes envolvidos com o Estado ou com o desenvolvimento de uma “outra economia”, sobre a função que pode assumir a TS nesse processo.

Num primeiro nível mais concreto e imediato, a TS é um elemento viabilizador das “sustentabilidades” dos ESs. Num segundo, ela apresenta-se como um elemento articulador de formas de produção e organização da sociedade, alternativas àquelas engendradas pelo capital. Num terceiro nível, mais abrangente e de longo prazo, a TS opera como o núcleo do substrato cognitivo que deverá tomar o lugar da Tecnociência, a qual hoje amalgama e galvaniza a infraestrutura econômico-produtiva e a superestrutura político-ideológica do capitalismo, no cenário em construção da “outra economia” (DAGNINO, 2011, p. 5).

Porém, nem o primeiro nível foi alcançado. Isso pode ser constatado pela quase completa ausência do tema na produção dos autores do campo da economia solidária. Tem-se buscado utilizar uma estratégia oposta elaborando uma abordagem que é ao mesmo tempo abrangente, visto que possibilita a compreensão de qualquer tecnologia, e específica, na medida em que se alinha com as ideias da TS. Tal estratégia não explica a dinâmica da tecnologia de produto, mas sim a do processo, sendo o que mais interessa ao campo da TS. Considera o processo de trabalho no qual se envolvem as pessoas no ambiente da produção para derivar de modo analítico “as características que ele tem que assumir de modo a tornar-se funcional a um contexto socioeconômico específico e ao acordo social que este engendra” (DAGNINO, 2011, p. 6). Assim, após explicar a abordagem mostrando que ela revela as características da TC a partir de uma conjuntura socioeconômica capitalista, expõe-se um processo inverso daquele que foi reproduzido pela trajetória até agora adotada, mostrando as características que a TS deveria possuir para tornar-se funcional à Nova Economia.

O quadro e o diagrama exibidos a seguir demonstram, procedendo do ambiente produtivo, o seu primeiro e mais fundamental elemento: o controle. “Entendido como a habilidade relativa ao uso de um conhecimento intangível ou incorporado a artefatos tecnológicos, ele é uma característica inerente a qualquer processo de trabalho” (DAGNINO, 2011, p. 6). O segundo elemento, pertencente também ao ambiente produtivo é o de cooperação, constatado em trabalhos grupais. O terceiro, relacionado ao contrato social elaborado por um determinado contexto socioeconômico, é o de coerção. O quarto é o sistema de propriedade dos meios de produção ou do trabalho morto.

Ao observar o quadro é possível identificar, na sua primeira linha, os três espaços de cujas características resultariam os tipos de tecnologia; na segunda linha, os quatro elementos unidos a esses espaços; na primeira coluna os atores específicos das quatro circunstâncias que se aborda. O quadro resume como é viável, em cada uma das quatro situações, formar-se as características da tecnologia.

**Figura 3** – Formação das características da Tecnologia

Ator	contexto socioeconômico	contrato social	ambiente da produção	
	<i>Forma de propriedade</i>	<i>Coerção</i>	<i>Controle</i>	<i>Cooperação</i>
produtor direto	-	-	individual	-
coletivo de produtores	coletiva	associativismo	autogestão	voluntária participativa
escravos	privada	física, pelos proprietários	coercitivo	forçada
vendedores de força de trabalho	privada	ideológica, pelo Estado	imposto assimétrico	taylorismo, toyotismo

**Fonte:** DAGNINO (2011, p. 7).

Conforme Dagnino (2009, p. 106), segundo a interpretação marxista é possível considerar que “a ruptura das formas de propriedade privada típicas do capitalismo e o trânsito em direção à propriedade coletiva dos meios de produção, por inviabilizar o “controle” sobre o processo de trabalho, levariam a mudanças radicais na tecnologia”. Isto é, um movimento em direção à Tecnologia Social. Entretanto, para Dagnino, Brandão e Novaes (2004), não é o que se tem observado.

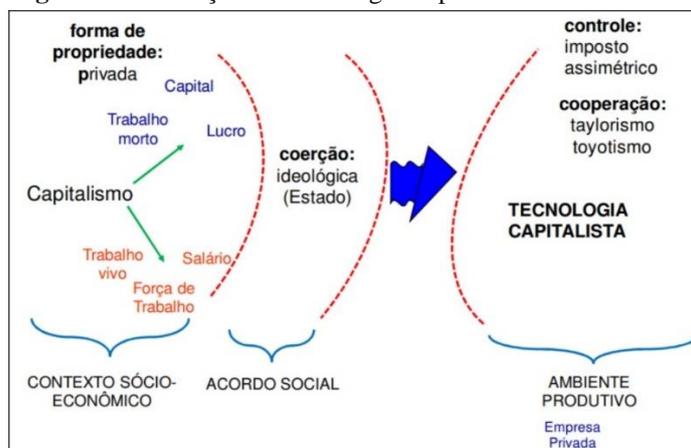
[...] mesmo que tenda a ocorrer um trânsito da TC para a TS em função da passagem da propriedade privada para a propriedade coletiva dos meios de produção [...] o resultado seria uma tecnologia que manteria como resíduo algumas de suas características prévias à mudança. [...] como sendo originadas da existência de um controle capitalista que ficaria “entranhado” na tecnologia ainda que se chegasse àquela situação (DAGNINO, 2011, p. 108).

Portanto, para construir formas solidárias de produção não basta abolir a propriedade privada dos meios de produção. “O tipo de controle que o acordo social imposto pela relação social capitalista - a propriedade privada - fica impregnado na forma de produzir capitalista, a TC, e funciona com um obstáculo à mudança social” (DAGNINO, 2011, p. 108).

O esquema apresenta outra visualização, agora em específico para a TC, evidenciando que a propriedade privada dos meios de produção não é diretamente responsável pelas características da Tecnologia Capitalista. Ela é um elemento externo ao ambiente produtivo que permite o estabelecimento de tipos particulares de coerção e controle; estes requerem um modo de cooperação que comande a concepção e utilização da TC. Tecnologia que pode guardar

consigo esses modos de controle e cooperação mesmo quando deixa de existir aquele elemento externo.

**Figura 4 – Formação da Tecnologia Capitalista**



Fonte: DAGNINO (2011, p. 8)

Dagnino (2011) aponta que a TC resulta de uma ação capitalista sobre um processo de trabalho que é capaz de mudar esse processo no sentido de diminuir o tempo necessário à fabricação de um determinado produto, fazendo com que uma parte da produção resultante possa ser apropriada por ele. Isso acontece devido a um contexto socioeconômico que estabelece a propriedade privada dos meios de produção, e de um acordo social que garante uma coerção ideológica do Estado na qual possibilita na esfera produtiva uma cooperação taylorista ou toyotista e um controle imposto e desigual.

Para Fonseca e Serafim (2009, p. 144), “caso efetivamente desejemos criar uma sociedade mais justa e democrática, precisaremos de tecnologias distintas das convencionais, capazes de dar suporte a um estilo alternativo de sociedade: as tecnologias sociais”. As TS objetivam a transformação social, de forma equitativa, com critérios éticos e a justiça social buscando beneficiar as pessoas e os grupos sociais.

A TS resulta da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho, permitindo uma transformação no produto produzido, suscetível de ser apropriado conforme a decisão do coletivo. Esse processo ocorre em função de um contexto socioeconômico que promove a propriedade coletiva dos meios de produção e de um acordo social que torna legítimo o associativismo, os quais possibilitam no ambiente produtivo, um controle autogestionário e uma cooperação voluntária e participativa (DAGNINO, 2009).

O movimento da TS despreza a ideia de oferta de “pacotes” de conhecimento e de tecnologia, pois defende que dentro da proposta da TS, a construção tecnológica tem de ocorrer de maneira participativa, com envolvimento dos usuários desde o princípio do processo. “Essas

ideias servem, ainda, para respaldar a noção de que não poderiam existir, dentro da concepção da Tecnologia Social, soluções previamente prontas e acabadas para problemas sociais diversos, como aceitava a Tecnologia Apropriada (NOVAES; DIAS, 2009, p. 35). Cada conjuntura envolve inúmeras particularidades, portanto, não faz sentido aceitar a transferência de tecnologias pré-concebidas.

Para Adams *et al.* (2011), as TSs podem ser entendidas como os saberes populares aplicados de modo consciente e crítico, com objetivo de buscar soluções para os problemas sociais enfrentados cotidianamente. Para Fonseca e Serafim (2009), uma das principais características da TS é a sua capacidade de consolidar processos de aprofundamento da democracia. Por possuir “como fundamento a geração coletiva e a participação dos seus usuários no seu desenvolvimento, a TS aponta como objetivo — ao mesmo tempo imediato e estratégico - a construção de um novo estilo de desenvolvimento” (p. 139), com mais inclusão e participação desses usuários.

A tecnologia adequada ao ambiente e aos objetivos de mudanças sociais apresenta-se de modo inseparável de questões como “a posse da terra, acesso a crédito e a canais de comercialização. O que faz com que o sinal de relevância para o desenvolvimento tecnológico passe a ser dado pelo conjunto de condições sociais, econômicas e ambientais locais” (FONSECA; SERAFIM, 2009, p. 147), ao invés de ser importado de um outro local. É importante considerar que o objetivo essencial das TSs no atual contexto é valorizar as culturas locais e a inclusão dos seres humanos.

De acordo com o *site* da RBDT, as Tecnologias Sociais consistem em processos e metodologias, fortalecidos a partir da interação de grupos de pesquisa científica e grupos sociais, que respeitam e incorporam conhecimentos desenvolvidos de forma não científica para a solução de problemas ambientais e sociais, com vistas à emancipação humana e à sustentabilidade (BEM DA TERRA, 2018).

Assim, “cotidianamente, os empreendimentos solidários (re)criam maneiras de encontrar saídas para seus desafios, gerando metodologias, instrumentos, processos, que resultam em TS” (GADOTTI, 2009 *apud* ADAMS *et al.*, 2011, p. 22). Alguns empreendimentos atuam com agroecologia, alimentação, artesanato, reciclagem, entre outros, em cujo ambiente de autogestão prima-se pelo diálogo do saber popular com o saber técnico. Para Zucoloto e Pereira (2017, p. 144) a “TS e economia solidária têm propostas conceituais altamente integradoras, sendo que as TS têm a capacidade de contribuir com o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários”.

Os empreendimentos solidários buscam promover geração de trabalho, renda e dignidade através da economia solidária. Para que os EES se fortaleçam é indispensável produzir novos conhecimentos. “Assim, as TS surgem também como uma forma de integração, aprimoramento e solução de problemas identificados nestes empreendimentos (ZUCOLOTO; PEREIRA, 2017, p. 143-4).

Pensar em transformar a sociedade requer pensar em tecnologias e ferramentas que sejam adequadas a essa outra realidade que se busca construir. Neste sentido, uma sociedade pautada na vida e não no lucro, na cooperação e não na competição, implica em tecnologias diferenciadas (TYGEL<sup>35</sup>, 2016 *apud* RIBEIRO, 2016, s/p).

Construir um outro modelo de sociedade é um desafio que exige grandes esforços, mas que é extremamente necessário. Através da solidariedade e da reciprocidade, a economia solidária é um caminho nesse processo de mudança, na medida em que desenvolve e dissemina tecnologias sociais como uma força transformadora da realidade social. “A tecnologia social, no contexto da economia popular solidária, coloca-se em um paradigma diferente daquele em que a tecnologia está a serviço da economia de mercado cuja base e motor são a lucratividade” (ADAMS *et al.*, 2011, p. 16).

Países como Argentina e Brasil continuam industrializando a agricultura com o uso crescente de sementes transgênicas, adubos químicos e agrotóxicos. “A tecnologia moderna está submetida ao processo de valorização do capital e se desenvolve em função de suas demandas de acumulação, o que pode torná-la nociva em muitos aspectos” (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 66). Pressiona de maneira intensa os recursos naturais, por exemplo, através da obsolescência programada. Os avanços tecnológicos são supostamente democratizantes; grandes segmentos populacionais não têm acesso à informática ou à internet. Muitas tecnologias geram desigualdade, exploração e alienação. Certos trabalhadores perdem suas funções e são excluídos por não conseguir acessar a tecnologia. “O desafio consiste em assumir o controle sobre as tecnologias, e não que estas controlem os seres humanos” (ILLICH, 2015

---

<sup>35</sup> Daniel Tygel é um dos integrantes da Cooperativa de Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão, a Eita; ela tem como missão fortalecer os movimentos sociais populares através da construção de tecnologias de informação livres e participativas para seu uso e apropriação. É dela o portal Cirandas, que tem também como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem vive da Economia Solidária ou tem interesse por ela.

*apud* ACOSTA; BRAND, 2018, p. 68). É importante valorizar os conhecimentos ancestrais, pois esses oferecem diversas lições.

Assim, após a caracterização mais aprofunda dessas importantes categorias de análise, é importante destacar que a Rede Bem da Terra é uma rede de empreendimentos de economia solidária e, para dar conta da sua comercialização solidária, desenvolveu algumas ferramentas, ou Tecnologias Sociais. A Feira Virtual Bem da Terra foi uma destas, surgindo em 2014, como meio de operacionalização de um circuito curto de comercialização justa e solidária, sendo caracterizada como um Grupo de Consumo Responsável. Logo, a Feira Virtual surgiu com o objetivo de transformar a realidade local e consequentemente dos atores que dela fazem parte.

### 3.6 Limites e desafios no acesso ao alimento agroecológico e a experiência da FVBBDT

A proposta deste item consiste em analisar os resultados dos dados secundários, bem como discutir suas implicações. Conforme apresentado na introdução deste trabalho, em novembro de 2016 foi realizado um levantamento pela coordenação da FVBBDT, que consistiu em duas pesquisas com seus consumidores, cujo o objetivo era melhorar a organização e a relação com os produtores e o consumo. Através das respostas obtidas foi possível desenvolver uma análise dos consumidores envolvidos no processo de comercialização da FVBBDT.

Algumas barreiras (pressupostos da pesquisa) foram sugeridas na introdução deste trabalho, pois compreende-se que elas sejam fatores que limitam o consumo do alimento agroecológico. Neste sentido, é importante discuti-las e relacioná-las com a estratégia de comercialização da FVBBDT.

a) Preço final: ao comparar o alimento agroecológico com o alimento produzido em larga escala, que contém agrotóxicos e adubos químicos, é possível constatar que o agroecológico ainda tem um custo elevado e, portanto, quem pode consumi-lo ainda é um grupo mais favorecido economicamente.

Esta informação está parcialmente correta pois, de acordo com Mascarenhas e Gonçalves (2017), o preço dos alimentos saudáveis varia significativamente em função do canal de venda. Os alimentos agroecológicos vendidos em feiras livres são geralmente mais caros que os alimentos convencionais produzidos em larga escala; já nos GCRs acontece o contrário. De acordo com uma pesquisa coordenada pelo Instituto Terra Mater<sup>36</sup>, os preços gerados nos

---

<sup>36</sup> Pesquisa coordenada pelo Instituto Terra Mater, no âmbito de projeto executado pelo Instituto Kairós junto à SENAES/MT. Contou com a participação voluntária de cinco GCRs em diferentes regiões do país, completando um ano de coleta de preços em cinco cidades para 22 tipos de frutas, hortaliças e ovos (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 33).

Grupos de Consumo Responsável são bem inferiores aos dos supermercados, com produtos equivalentes, ocorrendo uma variação entre 16% e 280%. Portanto, é sobretudo nas grandes redes de supermercado que os alimentos orgânicos possuem os preços mais altos (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017).

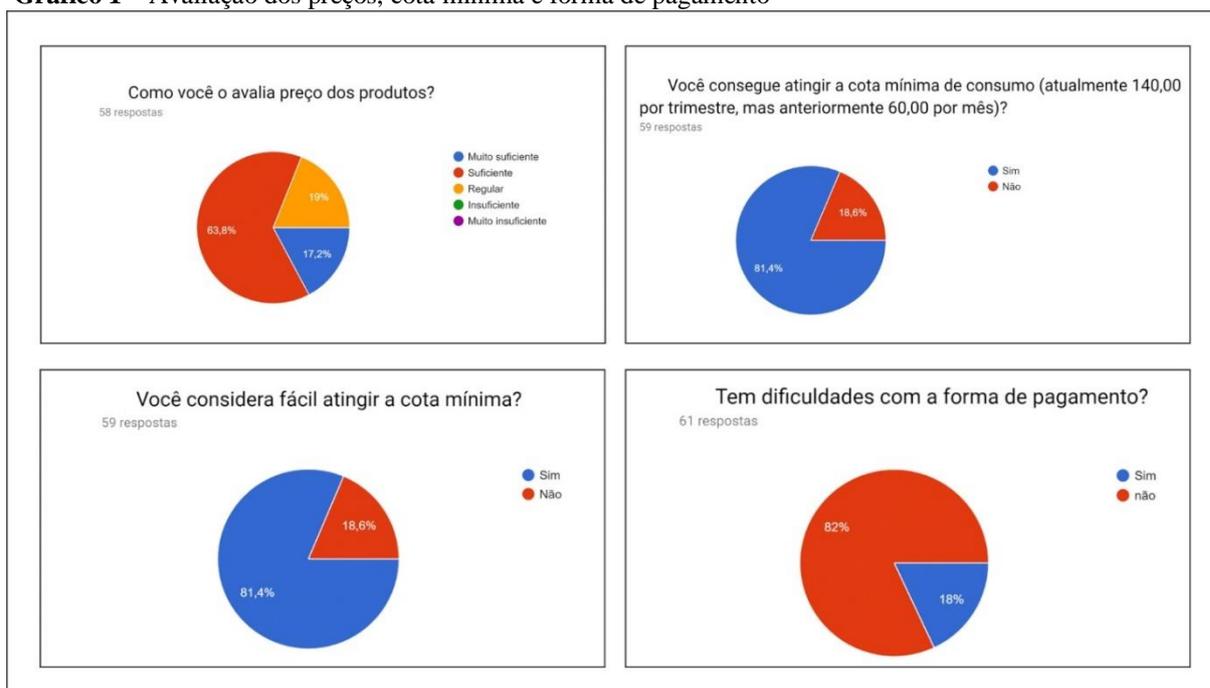
Os circuitos curtos de comercialização objetivam encurtar as cadeias e atingir preços mais justos, aproximando produtor e consumidor, promovendo confiança e reconhecimento recíproco. Segundo Retière (2017), se o consumidor sair do supermercado e ir para as feiras, os alimentos orgânicos podem até custar mais baratos que os alimentos convencionais e custam ainda menos nos Grupos de Consumo Responsável.

Portanto é preciso refletir: será que comprar alimentos orgânicos em supermercados, com a simples intenção de obter alimentos saudáveis, sem uma reflexão social e ambiental, não contribuiria para a continuidade do sistema hegemônico? Na FVBBDT as compras ultrapassam a preocupação com o próprio bem-estar, tendo como motivação a justiça, a solidariedade e a sustentabilidade, entre outras questões.

Ao observar o gráfico 1 percebe-se que os preços dos produtos da Feira foram avaliados como suficientes pela maioria dos consumidores (63,8%). Para 17,2% os preços dos produtos foram avaliados como muito suficientes e para 19%, como regulares. A maior parte deles (81,4%) informou que consegue atingir a cota mínima de consumo de maneira fácil.

Quanto à forma de pagamento, grande parte deles (82%) não têm dificuldades com esta questão; os 18% dos consumidores que disseram ter dificuldades com a forma de pagamento sugeriram implantar vale-alimentação e cartão de crédito. Segundo eles, estas medidas aumentariam o seu consumo. Portanto, o preço final não é uma barreira para a maioria dos consumidores da FVBBDT, mas para alguns ainda é.

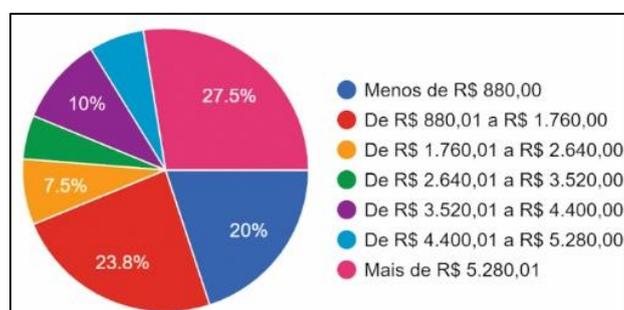
**Gráfico 1** – Avaliação dos preços, cota mínima e forma de pagamento



Fonte: FVBBDT, 2016.

O gráfico 2 aponta que em relação à renda pessoal, grande parte dos consumidores (27,5%) declarou receber mais de R\$ 5.280,00. No entanto, para uma quantidade expressiva de pessoas (23,8%) a renda pessoal fica entre R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00; já para 20% dos consumidores a renda é menor que R\$ 880,00. Estes dados levam a concluir que a Feira possui tanto consumidores com renda per capita elevada quanto consumidores com renda per capita mais limitada; provavelmente sejam estes últimos que possuem dificuldades de atingir a cota mínima de consumo.

**Gráfico 2** – Renda pessoal (bolsa, mesada, salário, etc.)



Fonte: FVBBDT, 2016.

Segundo Ferreira (2015, p. 67), um estudo do Kairós sobre o perfil dos consumidores envolvidos nos GCR, constatou que, “de uma maneira geral, a maioria dos grupos é composto

por consumidores de classe média e média alta”. Outros autores que analisaram a percepção e o perfil dos consumidores orgânicos indicam que eles estão, em grande parte, conectados aos assuntos atuais e são bastante influenciados pelo movimento ambientalista.

A pesquisa de Mascarenhas e Gonçalves (2017) identificou cerca de 25 GCRs no Brasil e eles atuam diretamente com agricultores familiares e empreendimentos de economia solidária. Grande parte desses consumidores pertence à classe média, assim, as experiências que envolvem consumidores de classes populares como a do Movimento de Integração Campo Cidade (MICC)<sup>37</sup>, da cidade de São Paulo, merecem destaque. Surge então o questionamento: seria possível multiplicar essas experiências ou são condições particulares do território e dos participantes deste Grupo? A trajetória do MICC é bastante interessante e contribuiu para esta experiência ter dado certo.

De acordo com Ferreira (2015), o movimento começou sua caminhada em meados da década de 1980, em um cenário de intensa mobilização popular no Brasil pela abertura democrática, após 21 anos de ditadura. O MICC surgiu no interior da Igreja Católica<sup>38</sup>, na cidade de São Paulo, incentivado pela luta do acesso à terra, em apoio às ocupações do MST no interior do estado. Alguns anos depois os consumidores urbanos se mobilizaram devido à necessidade de estabelecer mercados locais para comercializar os alimentos cultivados pelas famílias assentadas. Nos anos 2000 o MICC passou a integrar na sua pauta o consumo responsável.

Nesse âmbito, o papel da Igreja parece ter sido essencial na mobilização dos trabalhadores, fazendo com que o movimento adquirisse em sua identidade elementos de lutas pela diminuição da desigualdade e da injustiça social, junto ao movimento da reforma agrária. Segundo Stédile (2014), a ideia inicial era combater o latifúndio e distribuir terra para todos. Entretanto, é insuficiente repartir somente a terra, pois é preciso tecnologias e sementes para produzir. Não adianta ocupar as terras e depois produzir transgênicos; é preciso uma alimentação sadia e de qualidade para todos. “Hoje visamos a uma reforma agrária integral, e a

---

<sup>37</sup> É o GCR em atividade mais antigo e que movimenta mensalmente um dos maiores volumes de produtos a preços baixos, além de agregar um grande número de consumidores. Para isso, o comprometimento entre membros e a perenidade do grupo têm sido essenciais, tendo em vista que a fragilidade de muitas experiências de consumidores organizados reside na alta rotatividade de participantes (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 36).

<sup>38</sup> A presença de alas progressistas da Igreja católica, que lutavam pela redemocratização no final dos anos 80 e início dos anos 90, ajuda a compreender o processo de articulação do MICC: alguns de seus principais atores eram operários nas cidades vizinhas, conhecidas como —ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano), envolvidos nas greves que marcaram o início dos anos 80, além de serem lideranças do bairro envolvidas na criação das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs (FERREIRA, 2015, p. 80).

nossa luta diz respeito a todos. Por isso, é preciso uma ampla aliança com os operários, os consumidores e também com a Igreja” (*apud* FERREIRA, 2015, p. 90).

O MICC, na luta pela reforma agrária, buscou contribuir com assentamentos agrícolas desde o começo da sua fundação até o início dos anos 90. Entretanto, a partir de 1993, quando o grupo adquiriu uma Kombi, passou a distribuir kits com cerca de oito hortaliças da época. A distribuição desses kits na cidade ocorre em aproximadamente 25 núcleos, organizados em casas, unidades de saúde, condomínios, entre outros. Os agricultores entregam as hortaliças de acordo com a disponibilidade da produção. Os GCRs constituídos por consumidores de classes populares são mais sensíveis aos preços e a maior demanda é por itens de primeira necessidade como arroz, feijão etc. (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017).

Os consumidores irão sempre receber seus kits, a não ser que cancelem alguma entrega. Portanto, o contato acontece para cancelar e não para fazer o pedido, ao contrário do que ocorre em grande parte dos grupos. “Nesse sentido, o consumidor do MICC tem o direito, mas também o compromisso, de receber o kit quinzenal, o que garante certa previsibilidade quanto à estimativa de demanda e facilita o planejamento da produção” (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 38).

No MICC são comercializadas, por mês, em média, 10 toneladas de alimentos produzidos por 32 agricultores e entregues para aproximadamente 700 famílias. “O mais importante, para o MICC, é a parceria e os vínculos solidários construídos tanto com os produtores, mas também com os consumidores” (FERREIRA, 2015, p. 115).

Para Mascarenhas e Gonçalves (2017, p. 39), “incentivar e multiplicar iniciativas de circuitos curtos, como o MICC, podem ser possibilidades para enfrentar a questão da segurança alimentar e nutricional, aproximando consumidores e produtores e integrando campo e cidade”. Assim, políticas públicas que possibilitem essas práticas estão também alinhadas com o projeto de soberania alimentar.

Ao considerar-se a possibilidade de multiplicar esta experiência, percebe-se a importância dos elos entre seus membros, e tais elos podem estar presentes não somente nas igrejas, mas em outros locais que incentivem o vínculo entre as pessoas, como em universidades, escolas e associações de bairro. “Estão aí as características potenciais para a formação de Grupos de Consumo Responsável. Ou, num cenário mais amplo, seus elementos estruturantes podem ser encontrados e adaptados a diferentes territórios e grupos sociais” (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 39). Dessa forma, proporcionar o acesso ao alimento saudável para a população de baixa renda mostra que as práticas do MICC promovem

justiça social, afinal todos têm direito a uma alimentação de qualidade e não somente uma parcela populacional.

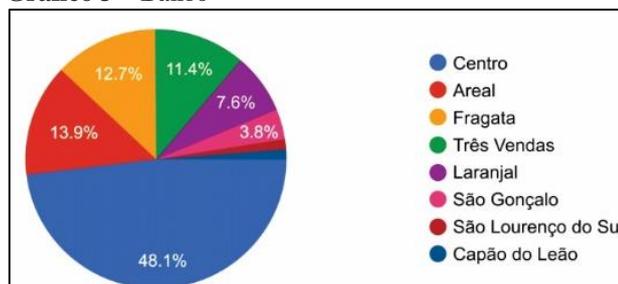
Na FVBBDT a renda pode ser um fator limitante para a entrada de novos integrantes pertencentes às classes populares. A experiência do MICC, que distribui duas vezes ao mês kits de hortaliças e verduras com uma Kombi nos bairros periféricos sem que o consumidor precise encomendar, seria uma ótima experiência a ser copiada pela Feira Virtual. Muitos moradores dos bairros periféricos não possuem computador ou até mesmo internet para fazer as encomendas pela plataforma virtual, portanto a entrega nos bairros sem precisar fazer o pedido seria uma alternativa para essas populações consumirem alimentos saudáveis e nutritivos.

Entende-se que todos devem ter acesso ao alimento agroecológico, ou seja, isto deve ser encarado como um direito, sendo necessária sua ampliação para toda a população e não apenas para uma parcela. Os Grupos de Consumo Responsável, através do encurtamento das cadeias comerciais, aproximam produtores e consumidores, e assim, a produção de alimentos agroecológicos comercializados localmente, possibilita que o produto chegue com um preço mais acessível para o consumidor. “Esses arranjos possibilitam a democratização da alimentação saudável e seu acesso pela população de baixa renda” (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 31).

b) Acesso aos pontos de comercialização: os moradores das zonas periféricas e vulneráveis da cidade enfrentam o difícil acesso aos locais das feiras agroecológicas, e isto se torna um obstáculo para o consumo do alimento agroecológico.

Conforme o gráfico 3, praticamente metade dos consumidores da FVBBDT moram no Centro e poucos moradores das zonas periféricas estão consumindo produtos da Feira. Isso mostra que o difícil acesso ao alimento agroecológico é uma barreira para os consumidores que moram nas zonas periféricas e vulneráveis.

**Gráfico 3 – Bairro**



Fonte: FVBBDT, 2016.

Para Mascarenhas e Gonçalves (2017), em relação ao abastecimento de alimentos “percebe-se que a localização dos espaços de comercialização de produtos orgânicos encontra-se predominantemente em bairros de classe média, dificultando a sua compra pelas classes populares” (p. 32). Apesar de grande parte dos consumidores dos GCRs pertencerem às classes mais favorecidas morarem em zonas centrais, existem iniciativas que atuam em zonas periféricas, possibilitando que a população de baixa renda consiga acessar alimentos de qualidade. Como o MICC, por exemplo.

Já, a Rede Moinho<sup>39</sup> “escoa seus produtos semanalmente através de: distribuição de produtos da agricultura familiar e economia solidária em sua sede ou entregando em domicílio; eventos e feiras esporádicas; feirinhas em escolas” (RÊGO, 2017, p. 95). Este GCR fortalece internamente a colaboração entre produtores e consumidores, compreendendo o consumo responsável como um ato político de transformação social, onde o fortalecimento mútuo melhora a qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

É preciso levar em conta que a FVBBDT é um GCR bastante novo, visto que surgiu em 2014 e possui pouca experiência organizacional. Mas, apesar da sua pouca experiência, já conquistou um número considerável de consumidores, pois possui atualmente 82 consumidores ativos<sup>40</sup>, se mantendo firme na luta por uma outra forma de produção, comercialização e consumo. Um dos principais objetivos da Feira é aumentar o número de consumidores, expandindo sua atuação para os bairros periféricos através do projeto de Popularização da Feira, como pôde ser observado nas reuniões frequentadas durante a pesquisa participante.

c) Modismo e deturpação da alimentação orgânica: os alimentos orgânicos que são vendidos em grandes supermercados têm um custo bastante elevado, o que contribui com a ideia de que todos os alimentos sem agrotóxicos são caros (inclusive os agroecológicos). Neste sentido, cria-se um nicho de mercado, pois dissemina-se a ideia (nem sempre verdadeira) de que esses alimentos são sempre mais caros que os convencionais.

Na FVBBDT este elemento não é uma barreira, pois os consumidores têm clareza da diferença entre orgânicos vendidos em supermercados e alimentos agroecológicos vendidos na Feira Virtual, porque passaram por um processo de formação. Além disso, a maioria desses consumidores defende e está comprometida com um outro modo de produção e consumo.

---

<sup>39</sup> É um grupo de Consumo Responsável que está em Salvador/BA e existe desde 2008.

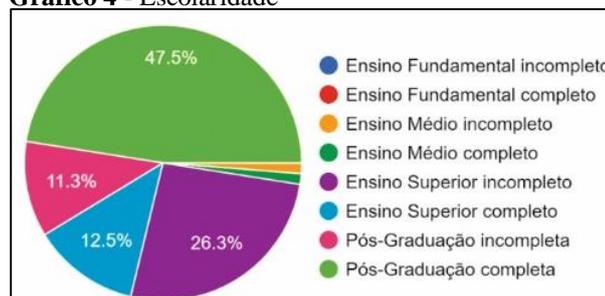
<sup>40</sup> Dado fornecido por um informante-chave em novembro de 2019.

d) Desconhecimento dos males à saúde: a falta de conhecimento dos males causados pelo consumo de alimentos produzidos com agrotóxicos e fertilizantes químicos contribui para o consumo desses alimentos, ou dificulta a denúncia dos seus efeitos danosos.

O grau de escolaridade pode estar relacionado com o grau de esclarecimento das pessoas. Quem possui elevado grau de escolaridade, supostamente, terá mais clareza dos malefícios que causam os agrotóxicos, tanto para o ser humano quanto para o meio ambiente. Pessoas esclarecidas tendem a importar-se com questões mais amplas.

Conforme o gráfico 4, praticamente metade dos consumidores (47,5%) declarou possuir pós-graduação completa. A soma de 3 categorias (50,1%) possui ensino superior incompleto, ensino superior completo e pós-graduação incompleta. Somente 1,2% possui ensino médio incompleto e 1,2% tem ensino médio completo. Isso mostra que grande parte dos consumidores da Feira possui elevado grau de formação e instrução, e certamente não desconhece os males que causam os agrotóxicos.

**Gráfico 4 - Escolaridade**



Fonte: FVBBDT, 2016.

Conforme Mascarenhas e Gonçalves (2017), o perfil de consumidores de alimentos saudáveis indica uma classe média, com maior nível educacional. Segundo as autoras, é imprescindível fornecer informações para a população sobre os benefícios da alimentação saudável e informar que esta é um direito. Questões como abastecimento, preço, renda e informação estão conectados, sendo pontos centrais na garantia de uma boa alimentação.

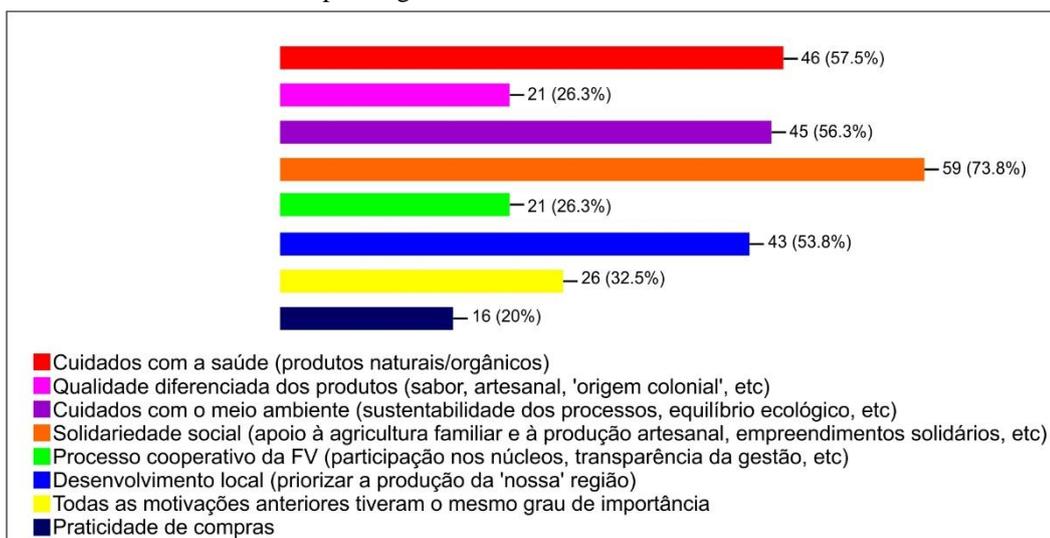
Além disso, é preciso informação para a população sobre os benefícios da alimentação saudável e seu entendimento como um direito. Para haver uma forma de consumo que abranja um maior número possível de pessoas “há necessidade de desenvolver espírito crítico e promover novas atitudes e sensibilização para novos valores” (VERARDO, 2017, p. 14).

O consumo inconsciente e disseminado de produtos contaminados com agrotóxicos fortalece a perpetuação de um modelo agrícola insustentável, o que resulta exatamente da

“inexistência da propagação de informações ou políticas públicas que alertem os cidadãos acerca da real situação que vivencia nesta seara” (TYBUSCH; MARTINS, 2016, p. 275).

O gráfico 5 (poderia marcar mais de uma alternativa para esta questão) reforça a ideia de que os consumidores da FVBBDT são esclarecidos a respeito de consumo responsável e estão preocupados com a própria saúde. Foi apontado pela maioria dos consumidores que os motivos decisivos para ingressar na Feira foram apoiar a agricultura familiar e a economia solidária, consumindo alimentos agroecológicos desses empreendimentos.

**Gráfico 5** – Motivo decisivo para ingressar na FVBBDT



Fonte: FVBBDT, 2016.

Em relação às justificativas para a compra de alimentos do MICC, o cuidado com a saúde e a alimentação e “a afirmação de que os alimentos são de qualidade, foram as principais motivações citadas, seguida de uma percepção que estariam ‘ajudando’ o pequeno produtor e, por fim, uma preocupação com o meio ambiente” (FERREIRA, 2015, p. 125). Grande parte dos consumidores de alimentos orgânicos “coloca a questão da saúde pessoal e da família como motivação principal, sem que essa escolha seja necessariamente associada a um comprometimento social e ambiental” (GUIVANT, 2003 *apud* RETIÈRE, 2017, p. 45).

Guivant (2003), ao desenvolver uma pesquisa entre consumidores de alimentos orgânicos em supermercados, sugeriu diferenciá-los entre consumidores *egotrip*, os consumidores preocupados com a saúde pessoal que consomem alimentos orgânicos porque são saudáveis; e os consumidores *ecológico-trip*, que se preocupam com a saúde, mas também com questões mais amplas como as socioambientais e, além dos supermercados, frequentam feiras e outros canais de comercialização. “Para a autora, os consumidores de orgânicos do tipo

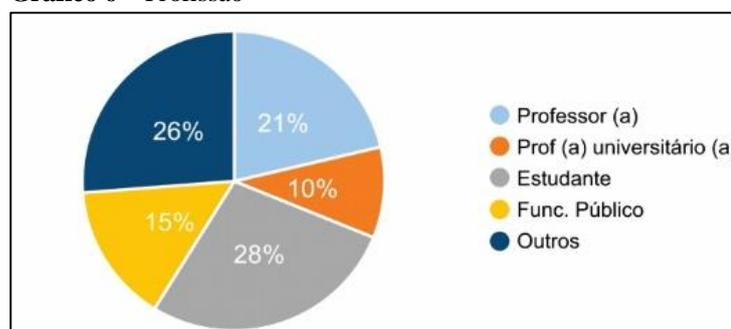
*ego-trip* não poderiam ser entendidos como praticando uma ação política, pois estariam preocupados apenas com a dimensão individual da própria saúde” (apud FERREIRA 2015, p. 68).

Assim como o grau de escolaridade está relacionado com o grau de esclarecimento das pessoas, a maioria das profissões também contribuem para este processo, pois os locais onde os profissionais atuam e as trocas de informações e o aprendizado são constantes.

Conforme o gráfico 6, as profissões dos consumidores da FVBBDT que mais apareceram na pesquisa foram estudantes (28%), professores (21%) e funcionários públicos (15%). A pesquisa apontou também um número considerável de professores universitários (10%). No campo “outros” apareceram variadas profissões como nutricionistas, biólogos, engenheiros agrônomos, assistentes sociais, psicólogos, aposentados, autônomos, bolsistas, entre outros.

A maior parte das profissões desses consumidores estão relacionadas às áreas da saúde, agricultura, meio ambiente e educação, o que pode ser explicado pela própria proposta da Feira, que através do consumo responsável comercializa alimentos agroecológicos de forma justa e solidária.

**Gráfico 6 – Profissão**



Fonte: FVBBDT, 2016.

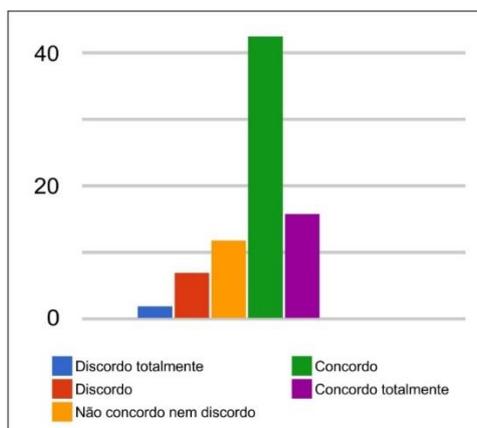
e) Aparência: alimentos padronizados, grandes e bonitos, com boa aparência, expostos nos grandes supermercados chamam a atenção de grande parte dos consumidores.

Tais alimentos são produzidos em larga escala e têm essa bela aparência devido ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Por isso, é de extrema importância esclarecer para a população os malefícios que causam esses produtos. Muitas pessoas optam por consumi-los justamente devido à boa aparência que os mesmos apresentam.

O gráfico 7 aponta que a maioria dos consumidores da FVBBDT concorda que os produtos são de qualidade. Alguns consumidores, no entanto, criticaram, por exemplo, a má qualidade de determinados produtos, por chegarem muito pequenos, murchos e estragados.

Neste sentido, a aparência é uma barreira para um pequeno número de consumidores da Feira, visto que a grande maioria deles está satisfeita com a qualidade dos produtos.

**Gráfico 7 – Os produtos têm qualidade?**



Fonte: FVBBDT, 2016.

Um grande desafio dos Grupos de Consumo Responsável está relacionado à “realidade produtiva dos grupos, muitos dos quais não seguem uma regularidade produtiva e demandam qualificações na produção, na aparência e sobre informações nutricionais ou técnicas dos produtos e serviços, por exemplo” (BENSADON; MASCARENHAS, 2017, p. 211).

Portanto, ao comprar alimentos, grande parte das pessoas tem mais preocupação com “a aparência, o sabor e o preço. Outras acrescentam também a qualidade do produto, pois estão preocupadas com a própria saúde. Mas o ato de consumo tem consequências também para os outros, para o meio ambiente, a sociedade, a cultura e a economia” (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p. 101-2).

### 3.6.1 Outros desafios relevantes

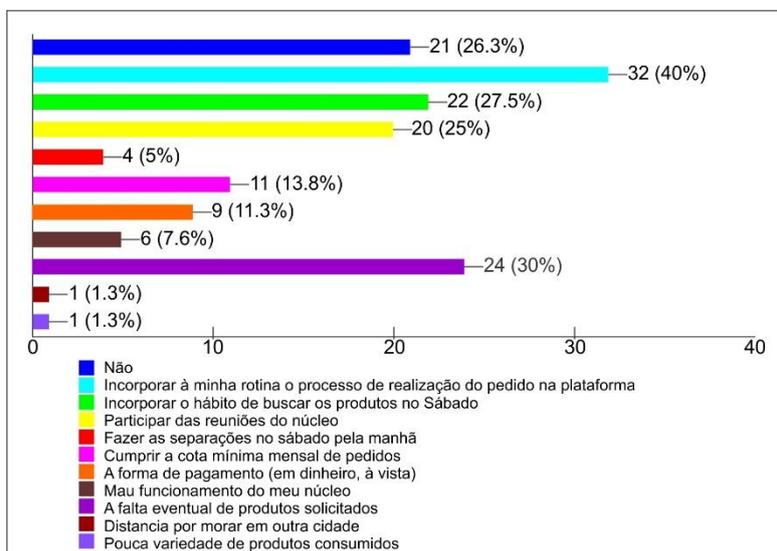
#### a) Aumentar e diversificar a produção agroecológica

Certos consumidores ficam insatisfeitos com a falta de determinados alimentos agroecológicos nos canais de comercialização e encaram esse fato, muitas vezes, como um problema. No entanto, é preciso respeitar a sazonalidade dos alimentos, consumindo o que a natureza oferece em cada época do ano sem precisar “forçar” a produção; assim, será possível obter um alimento nutritivo, respeitando o meio ambiente. Esta informação precisa ser transmitida aos consumidores para que os mesmos entendam o porquê da ausência de alguns produtos em determinadas épocas do ano.

Para alguns consumidores (30%), enfrentar a eventual falta de produtos solicitados foi um obstáculo encontrado no processo de adaptação à dinâmica da Feira, como pode ser

comprovado no gráfico 8 (poderia ser marcada mais de uma alternativa). Quanto à falta de “produtos da época”, talvez seja necessário aumentar o número de produtores ou incentivar o aumento da produção dos atuais produtores.

**Gráfico 8 - Dificuldades para se adaptar à dinâmica da Feira**

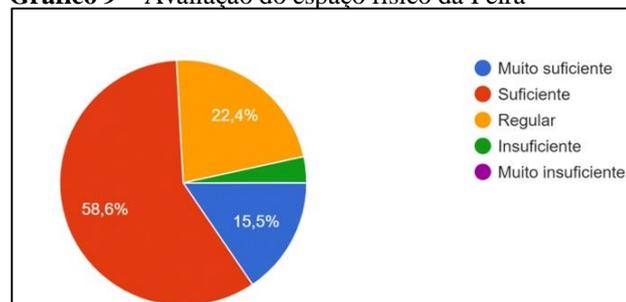


Fonte: FVBBDT, 2016.

#### b) Melhorar o espaço físico da FVBBDT

O gráfico 9 mostra que em relação à infraestrutura, a maioria das pessoas entrevistadas (58,6%) respondeu que o espaço físico da Feira é suficiente e para 22,4% ele é regular. As principais sugestões desses consumidores foram: haver periodicamente uma organização desse local; ampliar o CD para uma melhor interação na hora da separação; instalar-se em um lugar maior, mas que permaneça na zona central. Como foi colocado anteriormente, essa mudança já aconteceu, a Feira mudou-se para um local maior, mais adequado e próxima do centro da cidade.

**Gráfico 9 – Avaliação do espaço físico da Feira**

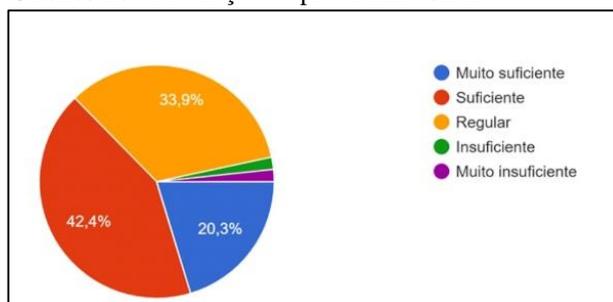


Fonte: FVBBDT, 2016.

### c) Aperfeiçoar o Cirandas

Quanto à plataforma Cirandas, conforme o gráfico 10, um número considerável de consumidores (33,9%) a avaliou como regular. Segundo sugestões desses consumidores, ela poderia ser melhorada, com fotos dos produtos para melhor identificá-los, na medida que alguns são desconhecidos; também seria importante indicar os produtores desses alimentos e dos demais produtos.

**Gráfico 10** - Avaliação da plataforma Cirandas

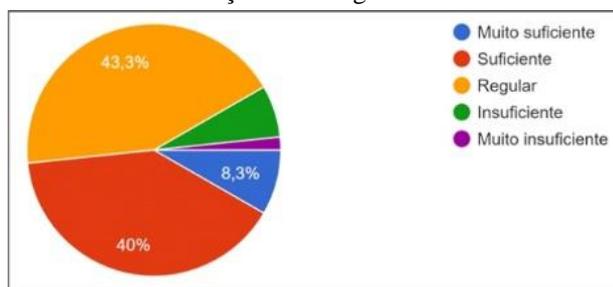


Fonte: FVBBDT, 2016.

### d) Melhorar o processo de autogestão

Conforme gráfico 11, os processos de organização/participação (autogestão) foram avaliados por grande parte das pessoas (43,3%) como regulares e 40% avaliaram como suficientes. Percebe-se que os consumidores precisam se envolver mais nos processos relacionados à economia solidária. Alguns priorizam a sua saúde, através do consumo de alimentos saudáveis, deixando em segundo plano o consumo responsável e suas magnitudes.

**Gráfico 11** - Avaliação da Autogestão



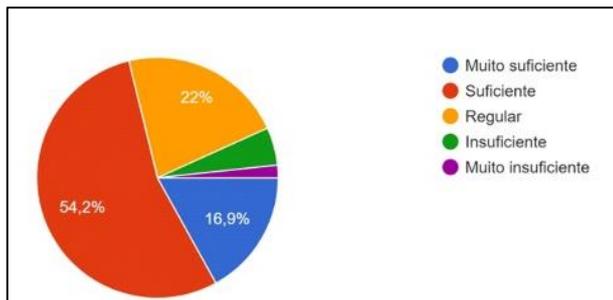
Fonte: FVBBDT, 2016.

### e) Aumentar e divulgar mais as atividades formativas internas

Conforme o gráfico 12, as atividades formativas internas, como oficinas e vivências foram avaliadas pela maioria dos entrevistados (54,2%) como suficientes e 22% as avaliaram como regulares. Algumas pessoas responderam que não conseguem frequentar esses espaços e

outras sugeriram aumentar tais atividades e suas divulgações. Para a maioria dos consumidores os encontrões estimulam a participação na Feira e a maior parte deles se considera comprometida e envolvida com a Feira, porém concorda que poderia e gostaria de se envolver mais. Praticamente todos os consumidores concordam que a gestão da Feira é transparente e que seu Núcleo funciona adequadamente.

**Gráfico 12** – Avaliação das atividades formativas internas

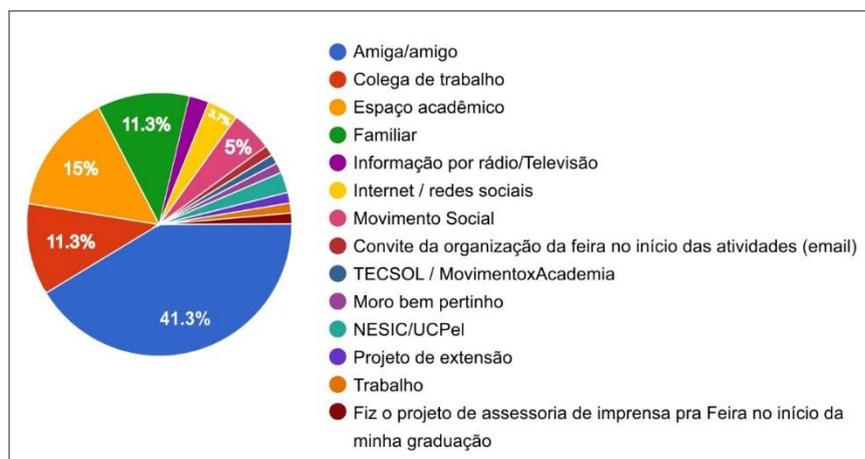


Fonte: FVBBDT, 2016.

f) Divulgar mais a própria FVBBDT

Muitas pessoas desconhecem a existência da FVBBDT, o que acaba limitando o consumo de alimentos agroecológicos e solidários nesse canal de comercialização. O gráfico 13 apontou que o principal canal de aproximação entre consumidores e a Feira foram os amigos (41,3%). Os colegas de trabalho, os espaços acadêmicos e familiares também tiveram considerável contribuição. Percebe-se que os atores que compõem a Feira utilizam, principalmente, o “boca a boca” para conquistar novos consumidores, pois a proposta da Feira se opõe ao apelo midiático que incentiva o consumismo.

**Gráfico 13** – Principal canal de aproximação com a FVBBDT



Fonte: FVBBDT, 2016.

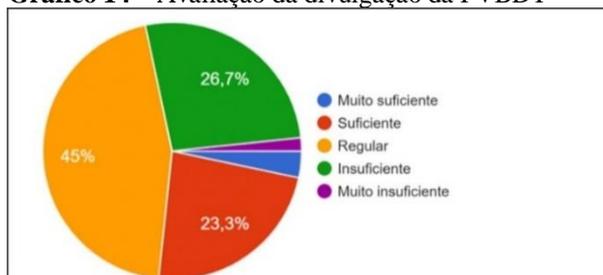
O objetivo da Feira é conquistar um consumidor responsável e comprometido com as propostas do GCR, que se transforme em um ator crítico, autoconsciente e reflexivo, que articule e execute valores políticos e éticos nas suas rotinas diárias de compras e reprodução social. “Destá forma, essas iniciativas da sociedade civil buscam transformar o ato de compra em um ato político, promovendo a economia solidária, a agricultura familiar agroecológica e uma aproximação entre campo e cidade” (RETIÈRE, 2017, p. 44).

O modelo de desenvolvimento que predomina na sociedade, a maneira como se produz e consome se mostra insustentável, precisando ser modificado, reconhecendo e incentivando as reinvenções existentes. “Vivemos tempos extremamente preocupantes quanto às consequências do padrão de consumo atual, em que a produção de novas necessidades é incessantemente estimulada” (EQUIPE INSTITUTO KAIRÓS, 2017, p. 17).

A experiência do MICC novamente serve como exemplo, pois contribui para impulsionar a entrada de novos consumidores: esse GCR promove cursos semestrais de alimentação natural na cozinha de uma paróquia, com quinze oficinas de quatro horas em média, com aproximadamente 25 pessoas por edição. Tais cursos são promovidos por voluntárias do MICC, cujas participantes geralmente são donas de casa. Essa prática comprova o “protagonismo das mulheres na garantia da segurança alimentar de suas famílias. O curso promove o benefício da utilização integral dos alimentos, apresentando receitas fáceis de serem incorporadas no dia a dia” (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 36).

No gráfico 14 pode-se notar que a divulgação/comunicação externa da Feira foi avaliada por grande parte dos consumidores (45%) como regular. Já, para 26,7% das pessoas ela é insuficiente. Estes dados mostram que a divulgação da Feira deve melhorar para atingir um número maior de consumidores. Como mostra o gráfico anterior, a maioria das pessoas conheceu a Feira através de amigos, colegas de trabalho, ambiente acadêmico e familiar. A internet, através das redes sociais pode e deve ser mais usada para aumentar o número de consumidores responsáveis.

**Gráfico 14** – Avaliação da divulgação da FVBBDT



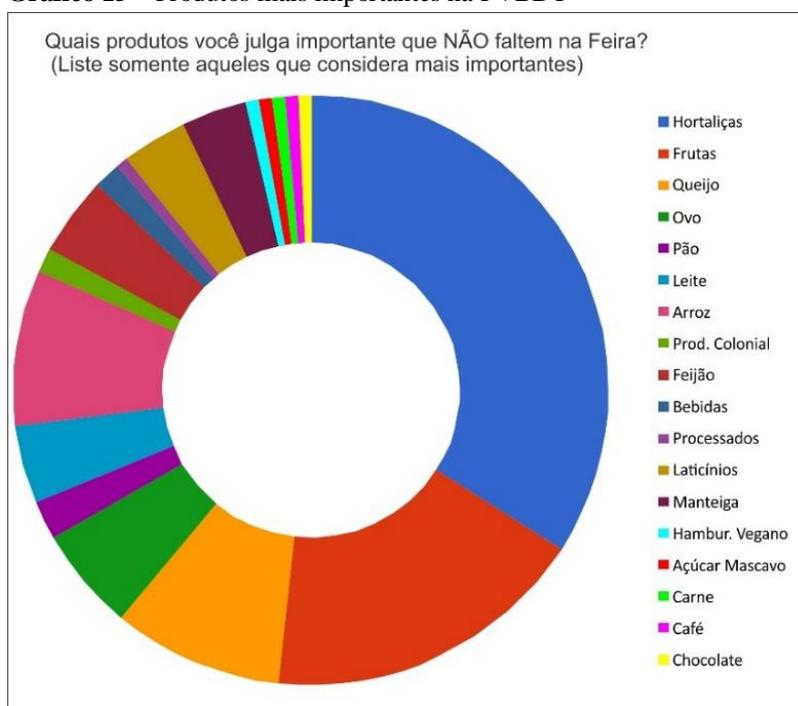
Fonte: FVBBDT, 2016.

### 3.6.2 Potencialidades da FVBBDT

#### a) Hortaliças e frutas não podem faltar na Feira

Como mostra o gráfico 15, para a maioria dos consumidores os produtos que não podem faltar na Feira são hortaliças e frutas. Assim, os alimentos *in natura* ocupam papel fundamental na alimentação dos consumidores, apontando que os mesmos têm grande preocupação com a alimentação saudável. Estes alimentos são mais fáceis de produzir de maneira agroecológica na região, fortalecendo a agricultura local.

**Gráfico 15** – Produtos mais importantes na FVBBDT



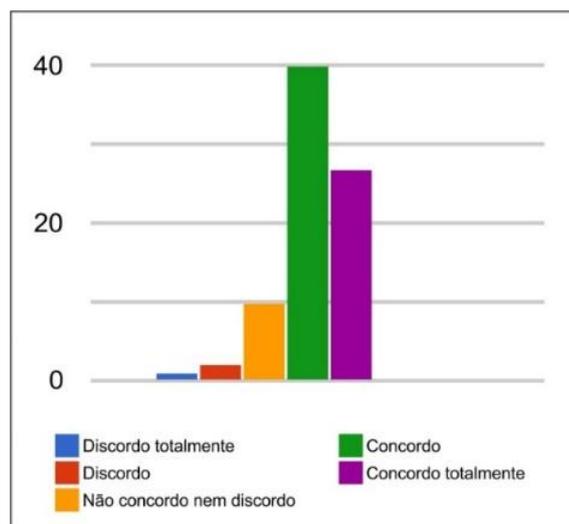
Fonte: FVBBDT, 2016.

#### b) Confiança nos produtores

O gráfico 16 mostra que a maioria dos consumidores confia nas informações transmitidas pelos produtores da Feira. Desse modo, os vínculos construídos com os pequenos produtores locais são valorizados e fortalecidos.

Um alimento de boa qualidade é aquele produzido localmente, por produtores que possuem uma história e se comprometem com o movimento e com os consumidores.

**Gráfico 16** – Confiança nas informações transmitidas pelos produtores da FVBBDT

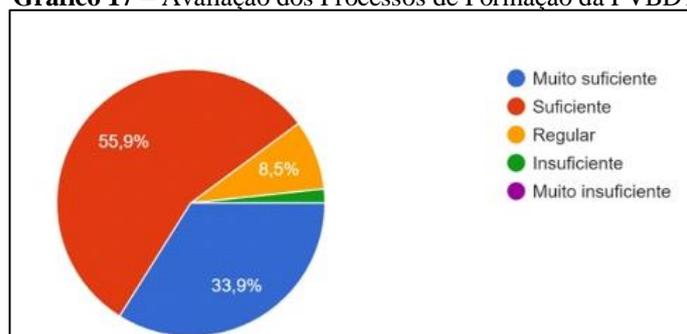


Fonte: FVBBDT, 2016.

### c) O processo de formação é fundamental

Em relação aos processos de formação, o gráfico 17 mostra que a oficina de acolhida de novos consumidores foi avaliada pela maioria dos entrevistados (55,9%) como suficiente e para 33,9% ela foi muito suficiente. Trabalhar diretamente com o consumidor é um grande desafio, pois o mercado convencional oferece inúmeras facilidades, a mídia induz constantemente ao consumismo e a vida na cidade exige praticidade em decorrência da rotina acelerada.

**Gráfico 17** – Avaliação dos Processos de Formação da FVBBDT



Fonte: FVBBDT, 2016.

Em boa medida, “esse é um processo de conquista que tem como principal eixo de atuação as atividades de cunho educativo. Essas ações de formação precisam ser contínuas e diversificadas para acolher consumidores de diferentes perfis socioeconômicos (NAVA; OLIVAL, 2017, p. 103). Os GCRs procuram “atrelar às trocas comerciais atividades de educação alimentar, de luta contra o desperdício (pois muitos estão baseados em compras antecipadas) e de reflexão sobre o consumo e o consumismo” (RETIÈRE, 2017, p. 61).

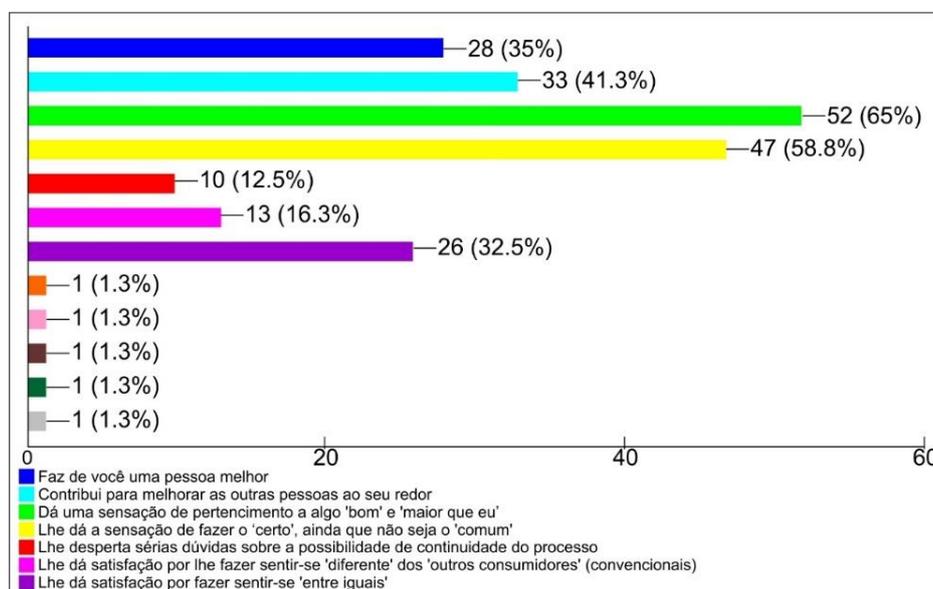
Embora uma das maiores motivações dos consumidores dos GCRs seja adquirir produtos de qualidade, esses locais não são apenas lojas de alimentos agroecológicos. Assim, “na atuação desses grupos, prática e reflexão caminham juntas. Por isso, além de garantir o abastecimento de produtos, a maioria desenvolve atividades educativas, culturais e de comunicação junto aos consumidores e produtores” (GONÇALVES; MASCARENHAS; 2017, p. 76-7).

Os consumidores, ao passarem pelo processo de formação, tendem a se tornar mais conscientes e responsáveis. Esta é a grande diferença dos consumidores de alimentos orgânicos de supermercados ou de feiras livres, que compram o alimento e vão embora, sem refletir sobre todo o processo de produção e consumo que está por trás daquele alimento adquirido. Por exemplo, as relações de exploração de trabalhadores.

#### d) O envolvimento com a Feira é satisfatório

O gráfico 18 mostra que grande parte dos consumidores considera que seu envolvimento na Feira lhes dá a sensação de pertencimento a algo bom e de fazerem o certo, mesmo que não seja o comum.

**Gráfico 18** – Envolvimento do consumidor na Feira



Fonte: FVBBDT, 2016.

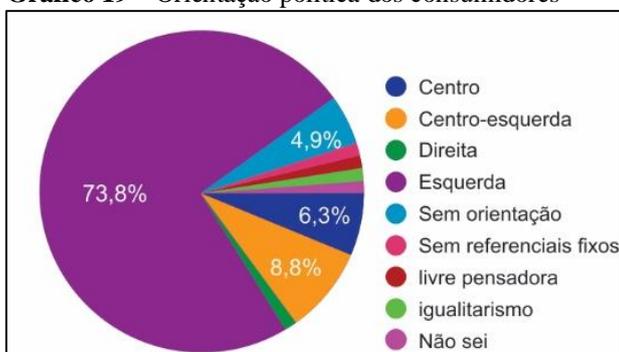
#### e) Orientação política

No que se refere à orientação política, o gráfico 19 aponta que a maioria dos consumidores (73,8%) declararam “ser de esquerda”. Este resultado não surpreende, visto que

esta posição política se caracteriza pela defesa da igualdade social, sendo exatamente o que propõe a economia solidária e a agroecologia, próprias da FVBBDT.

O pensamento econômico de direita identifica-se com o liberalismo, ou seja, defende a livre iniciativa e o Estado mínimo. No sistema liberal, a “mão invisível” do mercado cria as condições essenciais para o desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Estado atuar em áreas básicas, como saúde e educação, sem dificultar o exercício da iniciativa privada. Já, o pensamento progressista compreende que é fundamental a atuação do Estado para impulsionar a economia e melhorar as condições sociais, pois o mercado sozinho não tem condições de se autorregular nem de consertar as distorções econômicas e sociais por ele produzidas.

**Gráfico 19** – Orientação política dos consumidores



Fonte: FVBBDT, 2016.

### 3.7 Algumas considerações a partir da pesquisa empírica na FVBBDT

A proposta deste item visa discutir os resultados da pesquisa empírica, que consistiram em pesquisa participante e a observação participante.

#### 3.7.1 Adversidades enfrentadas pela FVBBDT

Nas reuniões/encontros da FVBBDT compareceu um pequeno número de pessoas, o que sugere uma certa falta de comprometimento dos consumidores com a dinâmica da Feira e os processos autogestionários, ou seja, uma considerável parcela deles está mais preocupada em consumir alimentos saudáveis do que com a economia solidária e seus processos de autogestão. É preciso ampliar o envolvimento dos consumidores para potencializar as ações desse Grupo de Consumo Responsável. Porém, é preciso reconhecer que apesar de alguns consumidores da FVBBDT não terem um certo engajamento político, só o fato de comprarem alimentos de um GCR e irem buscá-los no Centro de Distribuição em um sábado pela manhã, pode ser

considerado um processo educativo, na medida que estão indo contra a lógica predominante dos supermercados.

Durante a observação participante foi possível constatar que o Centro de Distribuição da Feira é pequeno, dificultando os processos de facilitação e separação dos produtos. Também percebeu-se que é preciso melhorar a divulgação dos produtos extra ciclo, pois muitos consumidores perguntavam por esses produtos. As informações sobre o trabalho a ser realizado na Feira por vezes não são transmitidas de maneira eficaz aos facilitadores e separadores, dificultando as atividades. Muitas pessoas estão indo fazer este trabalho pela primeira vez, como os novos integrantes, outras vão a cada três meses, de modo que as informações sobre as tarefas a serem desenvolvidas na Feira deveriam ser melhor compartilhadas.

A pesquisadora se tornou consumidora para perceber como funcionam esses processos de facilitação e separação e também enfrentou essas dificuldades. Uma alternativa para resolver a questão seria pedir para os facilitadores e separadores chegarem meia hora mais cedo e fazerem um rápido treinamento antes de iniciarem as tarefas.

Algumas verduras apresentam diversas variedades, como a alface, podendo ser americana, lisa, crespa, mimosa, roxa, entre outras, causando certo tipo de confusão para os separadores dos produtos. Já alguns alimentos não são muito conhecidos, como por exemplo, o ora-pro-nóbis. A sugestão seria fazer um banner com fotos desses produtos e colocá-lo no CD, para auxiliar na separação. Também seria importante detalhar melhor os produtos na plataforma virtual ou em outro canal, como o *site*, pois como já foi dito, determinados produtos exigem fotos por serem desconhecidos, como determinados legumes, verduras, chás e temperos.

Percebeu-se que em determinados ciclos a FVBBDT não teve muitos pedidos, evidenciando que ela precisa ser amplamente divulgada, tanto na internet como em locais como restaurantes vegetarianos e ecológicos, sindicatos, CRAS, UBS e outros para atingir uma ampla parcela da população que ainda desconhece a sua existência. Após a conquista de novos consumidores, a parte educacional precisa ser trabalhada além da formação para que estes consumidores se envolvam nas propostas da Feira e se tornem críticos, refletindo nas suas práticas diárias de consumo. A proposta central da Feira não é conquistar o consumo de massas, ou somente práticas de comércio, mas conquistar um grande número de consumidores responsáveis.

Alguns consumidores sugeriram entregar os produtos no seu domicílio, mesmo que isso representasse um custo maior pois, segundo eles, este procedimento facilitaria e aumentaria o seu consumo. De fato, foi possível perceber que muitos consumidores trabalham nos sábados

pela manhã, como comerciários, professores municipais e estaduais, o que dificulta tanto a escala de separação e facilitação, quanto a retirada dos produtos.

Por fim, destaca-se que seria importante proporcionar mais momentos de convivência entre os atores envolvidos com a dinâmica da Feira, como visitação aos produtores, proporcionando elos de confiança e momentos de integração e sociabilidade entre os diferentes atores envolvidos com a produção e o consumo.

### 3.7.2 Fortalezas da FVBBDT

O envolvimento na realização coletiva das atividades, a conscientização dos consumidores e os laços de solidariedade entre os membros tornam a FVBBDT uma distinta prática de comercialização que contribui significativamente com a agricultura familiar e, conseqüentemente, com o fortalecimento da economia local.

O processo de comercialização só acontece devido à divisão das atividades entre os membros do grupo, que possuem comprometimento e engajamento (embora não sejam todos os consumidores) com a Feira. Ela consiste em um importante Grupo de Consumo Responsável, pois é um local de ação política e participação social, cujos atores contribuem para transformações nos rumos do sistema agroalimentar a partir do seu envolvimento, na medida que mudam seus valores e suas práticas de produção, comercialização e consumo.

Como foi dito anteriormente, através da FVBBDT é possível comprar pela internet, oferecendo aos consumidores uma grande praticidade, principalmente àqueles que convivem com a correria do dia a dia. E comprar de maneira antecipada permite ao produtor fazer um planejamento. Assim, ele vai colher na lavoura exatamente o que foi encomendado, evitando sobras e desperdícios de alimentos; isto é consumo responsável!

A FVBBDT é uma Tecnologia Social que aproxima a pesquisa científica com as necessidades das camadas populares, considerando os saberes desses atores sociais, buscando sua constante participação, de modo que eles se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias. Para transformar a sociedade é preciso modificar os padrões tecnológicos, resgatando e incentivando alternativas locais. A Feira surgiu para atender as demandas dos produtores urbanos e rurais que buscavam na universidade apoio técnico, científico e formativo para a consolidar os EES. Essa importante troca de saberes, entre a universidade e os grupos sociais promove o fortalecimento de ambos.

Portanto, a FVBBDT é uma Tecnologia Social muito importante, na medida que seu objetivo é estimular o desenvolvimento da região, viabilizando uma rede local de produção e

consumo e estabelecendo relações diretas entre produtores e consumidores, alicerçadas na economia solidária. A eliminação dos atravessadores permite uma melhor remuneração aos produtores que, por sua vez conseguem reduzir o custo de comercialização e assim vender seus produtos a preços mais acessíveis aos consumidores. Com esse incentivo, a tendência é que esses agricultores fiquem no campo, evitando o êxodo rural e produzindo para a sua subsistência e para comercializar para a população da cidade.

Muitas competências e conhecimentos locais estão nas mãos de comunidades e povos que usam e inventam opções para simplificar o trabalho produtivo e o consumo de produtos locais, artesanais e orgânicos, porém por decisão ou marginalização ficaram fora do padrão tecnológico ocidental. “A construção de um novo padrão tecnológico obriga a resgatar, desenvolver ou adaptar novas tecnologias, que, para serem libertadoras, não deverão transformar-se em novos modelos de dependência nem ser contaminantes [...]” (ACOSTA, 2016, p. 173). Existem tecnologias perigosas, como as tecnologias agrárias firmadas no monocultivo, que utilizam agrotóxicos e fertilizantes químicos, levando à perda de biodiversidade. Portanto, ao querer-se que o planeta não entre em colapso não se pode enxergar os recursos naturais como condição para o crescimento econômico (ACOSTA, 2016).

O processo de observação participante permitiu enxergar, ainda, a FVBBDT como uma importante alternativa ao mercado convencional de alimentos, cujos objetivos consistem em aproximar produtores e consumidores, através de um comércio justo e solidário, com relações alicerçadas no diálogo, na transparência e no respeito, mas também promover o desenvolvimento sustentável, a soberania e a segurança alimentar e nutricional e a justiça social.

A Feira, portanto, é um importante processo de economia solidária, de consumo responsável e uma Tecnologia Social inovadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho percorrido nesta pesquisa constatou-se que as principais mudanças ocorridas na agricultura mundial iniciaram com a Revolução Verde, seguidas pelas transformações mais recentes marcadas pela globalização econômica e a formação de grandes empresas que controlam o mercado mundial de alimentos. O movimento do capital, no seu processo de extração de mais valia, através de sua reprodução ampliada, produz miséria e exclusão social e o agronegócio, controlado por grandes corporações financeiras, acaba subordinando o camponês à sua lógica. Neste sentido, o avanço do capital acarretou a consolidação de grandes corporações que controlam as atividades de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, alongando as cadeias produtivas e distanciando produtores e consumidores.

Como foi abordado, a desnutrição e a fome continuam atingindo milhares de pessoas, especialmente no Sul Global. E as medidas adotadas pela Revolução Verde continuam causando fome e intensificando as desigualdades sociais. A agricultura convencional mostrou-se insuficiente em sua capacidade de proporcionar alimentos para todos, causando a destruição ambiental e a exploração do trabalho. Além disso, ela é insustentável a longo prazo, pois utiliza intensivamente combustíveis fósseis na área industrial e agrícola, sintetizando agrotóxicos e fertilizantes químicos, utilizando maquinarias na produção agrícola e no transporte de alimentos para locais distantes. Portanto, os sistemas alimentares precisam ser repensados na medida que o petróleo é finito. Outra questão importante refere-se às sementes: elas concentram-se nas mãos de um pequeno número de empresas, impossibilitando a soberania dos pequenos agricultores.

Diante disso, é preciso adotar práticas produtivas sustentáveis, substituindo insumos sintéticos por ecológicos e tecnologias capitalistas por tecnologias sociais. A agroecologia mostra-se como uma importante alternativa pois, através das suas práticas é possível preservar e ampliar a biodiversidade dos agroecossistemas, assegurando uma grande variedade de alimentos sem a utilização de insumos químicos que possam prejudicar o meio ambiente, contribuindo para preservar a produtividade da terra a longo prazo e a produção sustentável de alimentos. Ademais, mediante a adoção deste modelo, os conhecimentos dos povos tradicionais são valorizados e eles são incentivados a conquistar sua autonomia.

Como foi apontado anteriormente, no campo dos movimentos sociais, a agroecologia é uma importante estratégia de mobilização social e política. Inclusive, a Via Campesina passou

a propor um método de soberania alimentar centrada nas práticas agroecológicas. Atualmente a agroecologia também é considerada uma disciplina científica, integrando as dimensões sociais. Enfim, o meio ambiente foi bastante afetado pela intervenção humana, através do modelo tecnológico convencional, acarretando desequilíbrios ambientais. Neste sentido, novas práticas e Tecnologias Sociais precisam ser desenvolvidas para garantir a produção e a comercialização de alimentos agroecológicos. Assim, surgiram inúmeras estratégias de comercialização, como feiras livres, mercados alternativos e, em especial, os Grupos de Consumo Responsável, que conectam produtores e consumidores.

A Feira Virtual é uma dessas estratégias, sendo um importante Grupo de Consumo Responsável e uma Tecnologia Social inovadora, desenvolvida pela Rede Bem da Terra, com o objetivo de possibilitar aos consumidores responsáveis, o acesso ao alimento agroecológico.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo central identificar os limites e desafios do acesso ao alimento agroecológico a partir da comercialização solidária da FVBBDT, em um contexto em que a atual fase do sistema agroalimentar é marcada pela concorrência dos mercados atacadistas e a forte influência do agronegócio. Esses entraves precisam ser superados para que os agricultores consigam melhorar as condições de escoar os seus produtos. A comercialização da produção agroecológica enfrenta alguns dilemas decorrentes dos jogos de interesses e conflitos presentes na sociedade capitalista.

Esta pesquisa apontou que o preço final não é uma barreira para a maioria da população consumidora da FVBBDT, visto que ela possui contextos econômicos distintos. Grande parte dos consumidores (27,5%) declarou receber mais de R\$ 5.280,00, entretanto, uma quantidade expressiva de pessoas (20%) declarou ganhar menos de R\$ 880,00. Já, para 23,8% a renda pessoal fica entre R\$ 880,01 a R\$ 1.760,00 (é importante lembrar que estes dados são de 2016). No entanto, o preço final dos produtos da Feira pode ser uma barreira para a entrada de novos integrantes, mas, para certificar-se dessa informação é necessária a realização de outras pesquisas. O preço final pode ser também uma barreira para uma pequena parcela (18,6%) de consumidores que disse ter dificuldades de atingir a cota mínima de consumo.

Quanto ao acesso à Feira, foi constatado que praticamente a metade dos seus consumidores moram no centro da cidade; isto pode ocorrer pelo fato da Feira localizar-se na zona central. É preciso que os produtos agroecológicos sejam garantidos de forma direta aos bairros pobres, com preço justo pois é fundamental conectar os bairros e os produtores. Assim, o difícil acesso à Feira é uma barreira para os moradores das zonas periféricas da cidade. Neste

sentido, a experiência do Movimento de Integração Campo Cidade (MICC), através da distribuição de kits de hortaliças para esses locais pode servir de exemplo para a Feira Virtual.

Pelo alto grau de escolaridade da maioria dos consumidores da Feira, pelas profissões relacionadas às áreas da agricultura, saúde, educação, entre outras, e por terem passado pelo processo de formação, supõe-se que tais consumidores sejam esclarecidos em relação ao consumo de alimentos saudáveis e estejam preocupados com a própria saúde, mas também em apoiar a agricultura familiar e a economia solidária da Feira.

Por fim, em relação aos limites e desafios da Feira, destaca-se que seria importante aperfeiçoar a plataforma Cirandas, melhorar o processo de autogestão, aumentar e propagar as atividades formativas internas, divulgar mais a própria Feira, pois, como foi dito anteriormente, muitas pessoas ainda desconhecem a sua existência, o que acaba limitando o consumo de alimentos agroecológicos e solidários neste canal de comercialização; e, aumentar e diversificar a produção agroecológica, porém respeitando a sazonalidade dos alimentos pois, frutas, verduras e legumes da estação são mais saborosos e nutritivos.

Como já foi dito, a comercialização da produção agroecológica enfrenta inúmeros obstáculos decorrentes dos conflitos presentes na sociedade capitalista. A grande influência do agronegócio e a concorrência dos mercados atacadistas são entraves a serem superados para que os agricultores melhorem as condições de escoamento de seus produtos. Mas, apesar desses fatores limitantes, surgem experiências importantes como a Feira Virtual, sendo uma importante estratégia de comercialização de alimentos agroecológicos, que contrapõem o modelo de desenvolvimento hegemônico, que acaba distanciando quem produz e quem consome.

A Feira Virtual possibilita o acesso ao alimento agroecológico para a maioria dos consumidores ativos, pois estes disseram que atingem de maneira fácil a cota mínima de consumo por trimestre e uma considerável parcela deles consome produtos oriundos da Feira em conformidade com todos os ciclos de produção.

Entretanto, são necessárias políticas públicas que fortaleçam experiências tão importantes como a Feira Virtual e, conseqüentemente, a agroecologia, a economia solidária e a soberania e segurança alimentar e nutricional, pois os interesses do mercado e do agronegócio sempre foram priorizados. Quem produz, o que é produzido e de que maneira é produzido não pode ser definido pelo mercado, mas sim com a participação dos sujeitos diretamente implicados nessa cadeia.

Como foi apontado anteriormente, algumas políticas públicas contribuíram para a produção e o consumo de alimentos agroecológicos no Brasil, mas outras se constituíram como embargo para a agroecologia, a exemplo das políticas que favorecem o uso de agrotóxicos na agricultura. O cenário da atual conjuntura não é muito animador para os pequenos agricultores. Exemplo disso são as isenções fiscais à indústria dos agrotóxicos. A política tributária, que favorece o uso de pesticidas, é criticada pelos produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos, que enfrentam desvantagens comerciais. Além disso, a reforma agrária não está nos planos do Estado brasileiro.

Apesar desses retrocessos, nos anos anteriores ocorreram algumas importantes conquistas. Como já foi dito, o Brasil é um dos países que mais progrediu na elaboração de políticas públicas para a agroecologia, principalmente pela trajetória de movimentos sociais, sindicais, profissionais e estudantis. Dentre as principais políticas públicas para este campo destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. No campo da economia solidária destaca-se o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e, no campo da segurança alimentar e nutricional foram desenvolvidos o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos.

Portanto, é fundamental o fortalecimento dessas políticas e a construção de novas estratégias e de novas políticas públicas nestes campos em contraposição à setorialização das políticas neoliberais. Só assim será possível defender a agricultura familiar e camponesa em oposição às grandes corporações de alimentos do agronegócio, que defendem alimentos geneticamente modificados e contaminados com agrotóxicos.

Por fim, acredita-se que é preciso romper barreiras, construindo e fortalecendo novos modelos de mercado distintos das formas capitalistas. Promover circuitos curtos de comercialização, como a Feira Virtual Bem da Terra é extremamente importante na medida que ela se contrapõe às práticas de consumo descomprometidas e despolitizadas. Neste sentido, a Feira propõe uma outra forma de produção, comercialização e consumo, firmadas na justiça e na solidariedade. Este importante Grupo de Consumo Responsável proporciona a relação direta entre produtores e consumidores, o fomento à produção agroecológica, buscando garantir a segurança alimentar e nutricional dos seus consumidores e a autonomia dos seus produtores.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento - saídas do labirinto capitalista.** São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2018.

ADAMS, Telmo *et al.* Tecnologia Social e Economia Solidária: desafios educativos. **Revista Diálogo.** Canoas, RS, n. 18, 2011. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/101/118>>. Acesso em: 04 set. 2019.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do capital - a nova degradação do trabalho na era da globalização.** Editora Praxis, 1999. Disponível em: <<http://fetecpr.org.br/blogfeteccutpr/?p=70>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA.** Presidente Prudente, Ano 13, n. 16, p. 22-32, Jan-jun./2010. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1362-3896-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019.

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”.** 2012. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Documento%20unit%C3pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

ANDRADE, Dayana; PASINI, Felipe. **Agricultura, Sintropia e Entropia.** Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade. Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.macaueufrj.br/nupem/index.php/novidades/439-agricultura-sintropia-entropia>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ASSIS, Renato Linhares de. **Agricultura Orgânica e Agroecologia: questões conceituais e processo de conversão.** Embrapa Agrobiologia, Documentos 196, Seropédica/RJ, 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/628360/1/doc196.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

Associação Bem da Terra (2017). Recuperado de <<http://bemdaterra.org>>.

BADUE, Ana Flávia Borges *et al.* **Manual Pedagógico: entender para intervir. Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo.** São Paulo: Instituto Kairós; Paris: Artisans du Monde, 2005.

BARROS, Ilena Felipe. **O Agronegócio e a Atuação da Burguesia Agrária: considerações da luta de classes no campo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Ed. Cortez, 9ª ed. 2011.

BEM DA TERRA, 2018. Disponível em: <<http://bemdaterra.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BESSAS, Alex. Agrotóxicos tiveram isenção fiscal de R\$ 2,07 bilhões só em 2018. **Agência Pública/Repórter Brasil**. Out./2019. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/agrotoxicos-tiveram-isencao-fiscal-de-r-207-bilhoes-2018/>>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm)>. Acesso em: 28 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80062/Plano%20Nacional20de20Agroecologia>>. Acesso em: 28 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Disponível em: <<https://agroecologia.eita.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANASAN 2016-2019 Revisado**. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/PublicacaoCaisa](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/PublicacaoCaisa)>. Acesso em: 02 nov. 2019.

CALABRÓ, Guilherme; RETIÈRE, Morgane. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: um passo a passo para começar e estabelecer um GCR**. Piracicaba: Instituto Terra Mater, 2016. Disponível em: <<https://institutokairos.net/2016/08/lancamento-de-cartilha-sobre-grupos-de-consumo-responsavel/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprin.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese de Doutorado. Campinas, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252127/1/Cavalcanti\\_PaulaArc.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252127/1/Cavalcanti_PaulaArc.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2019.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A ecologia política de Enrique Dussel: aproximações para as lutas sociais na América Latina. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, 2016.

CUSTÓDIO, André Viana; SILVA, Cícero Ricardo Cavalcante da. **A Intersetorialidade nas Políticas Sociais Públicas. XI Seminário Nacional: Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. I Mostra Nacional de trabalhos científicos, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14264/2708>>. Acesso em: 30 out. 2019.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n.16, 2003.

CHEGA DE AGROTÓXICO. **Não Podemos mais Engolir Tanto Agrotóxico**. Disponível em: <<https://www.chegadeagrototoxicos.org.br/>>. Acesso em: 05 out 2018.

DAGNINO, Renato. Introdução. *In*: DAGNINO, Renato. (Org). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2 ed. Campinas, SP: Komedi, 2009. P. 5.

DAGNINO, Renato. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. *In*: DAGNINO, Renato. (Org). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2 ed. Campinas, SP: Komedi, 2009. P. 73-112.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: base conceitual. *Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina: Ciência & Tecnologia Social: A construção crítica da tecnologia pelos atores sociais*, v. 1, n. 1 – jul. 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/277180111\\_Tecnologia\\_Social\\_base\\_conceitual](https://www.researchgate.net/publication/277180111_Tecnologia_Social_base_conceitual)>. Acesso em: 19 set. 2019.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

EQUIPE INSTITUTO KAIRÓS. Apresentação. *In*: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. Instituto Kairós. São Paulo, 2017, p. 16-21.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Governança da terra no século XXI: Sessões Framing the debate. Políticas Fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. N° 2, ILC, Roma. 2012.

FERREIRA, Isis Leite. **Redes Alternativas de Produção e Consumo de Alimentos: estudo de caso do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC/SP)**. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/1481/2/2015%20-%20Isis%20Leite%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2019.

FONSECA, Rodrigo; SERAFIM Milena. A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais. In: DAGNINO, Renato. (Org). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2 ed. Campinas, SP: Komedi, 2009. P. 133-153.

FVBTD. **Feira Virtual Bem da Terra, quem somos nós? Documento de apresentação da Feira Virtual para os novos consumidores**. Pelotas, 2017.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Soc. estado**. v.16 n.1-2 Brasília Jun/Dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100011)>. Acesso em: 26 jan. 2019.

GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. As várias faces do sistema alimentar e a experiência da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017, p. 71-87.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015, p. 79-108.

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 59-67.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent**. Porto Alegre, v. 2, n.1, jan./mar.2001. Disponível em: <<http://mstemdados.org/sites/default/files/Uma%20estrategia%20de%20sustentabilidade%20a%20partir%20da%20agroecologia%20-%20Eduardo%20Sevilla%20Guzman%20-%20pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

GUIVANT, Julia. Os Supermercados na Oferta de Alimentos Orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente e Sociedade**, v. 6, n. 2. Campinas, 2003.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 1 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GRIGORI, Pedro. Governo libera registro de mais de um agrotóxico por dia neste ano. **Agência Pública/Repórter Brasil**. Fev./2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/02/governo-libera-registro-de-mais-de-um-agrotoxico-por-dia-n1>>. Acesso em: 29 out. 2019.

GRISA, Catia; CHECHI, Leticia. Narrativas sobre sustentabilidade, produção orgânica e agroecologia nas Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v.19, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/241/216>>. Acesso em: 29 out. 2019.

GRANJEIA, Julianna. Alimento Orgânico ou Agroecológico? Entenda a diferença entre os modos de produção. **Brasil de Fato. Uma visão popular do Brasil e do mundo**. São Paulo/SP. Maio de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/03/alimento-organico-ou-agroecologico-entenda-a-diferenca-entre-os-modos-de-producao/>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

HORA DO POVO. IBGE: **Desemprego Aumenta em Todas as Regiões**. 2019. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/desemprego-aumenta-em-todas-as-regioes-do-pais-diz-ibge/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

III PLENÁRIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. 2003. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do Capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, n. 21, 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/93/85>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

IDAM: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, 2019. **Lei nº 12.188 sancionada em 11 de Janeiro de 2010**. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/o-idam/lei-de-ater/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (Org.). **Práticas de Comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo, Instituto Kairós, 2013.

KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A Ditadura da Dívida: causas e consequências da dívida latino-americana**. São Paulo, editora Brasiliense, 1987.

LA VÍA CAMPESINA. La Vía Campesina: La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo. **¡Globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza!** 2018. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del>>. Acesso em: 25 de out. 2018.

LARA, Ricardo; LUPATINI, Márcio; TRISTÃO, Ellen Lucy. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Especial, p. 65-91, mai. 2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art05\\_33esp.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art05_33esp.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2019.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. P. 81-87.

LEFF, Enrique. Agroecologia e Saber Ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n.1, jan./mar.2002.

LIU, Ming. **1 de cada 5 brasileiros é consumidor de produtos orgânicos**. Cenário MT, 2019.

Disponível em: <<https://www.cenariomt.com.br/2019/09/18/1-de-cada-5-brasileiros-e-consumidor-de-produtos-organicos/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. Trad. Telma Costa. Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2º Ed. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal. Publicações Escorpião, 1989. Disponível em: <<https://gekairos.files.wordpress.com/2012/09/31812245-georg-lukacs-historia-e-conscienc>>. Acesso em: 04 set. 2019.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2014.

MANCE, Euclides André. **Comércio Justo e Solidário: Caderno 1 da Série “Trocando Ideias”**. Instituto Marista de Solidariedade – IMS, 2010. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2011/08/cartilha-comercio-justo->>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana Rodrigues. Fome de mudança: os desafios da alimentação saudável e de sua democratização. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017, p. 27-43.

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Ligia Scarpa. **A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede**. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. Mercados Contestados – As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei. PUC-Rio, set. 2014. Disponível em: <<https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/10/AtuacaodosGruposdeConsumoResponsavel.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MENDONÇA, Haroldo. Comércio justo e Economia Solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção. **Mercado de Trabalho**, n. 49, nov. 2011. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3934/1/bmt49\\_econ01\\_comerciojusto.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3934/1/bmt49_econ01_comerciojusto.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2015.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 33ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NAVA, Aline Olivia Paglioco; OLIVAL, Andrezza Alves S. Integração produtores e consumidores: uma nova relação de consumo A experiência do SISCOS na Amazônia Mato-

Grossense. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade.** São Paulo: Instituto Kairós. 2017, p. 100-109.

NESIC. Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas, 2018. Disponível em: <<http://nesic.ucpel.edu.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

NIEDERLE, Paulo André *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. Redes: **Revista do Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, jan-abr, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13035/pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato. (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.** 2 ed. Campinas, SP: Komedi, 2009, p. 17-53.

NORDER, Luiz Antonio et al. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo v. XIX, n. 3, jul.-set. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n3/pt\\_1809-4422-asoc-19-03-00001.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n3/pt_1809-4422-asoc-19-03-00001.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

NUNES, Tiago de Garcia. **A Autogestão em Perspectiva Comparada - Quatro Organizações de Trabalho Associado na Resistência da Produção à Contestação do Capital.** 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

NUNES, Tiago; CHRIST, Samara, GOTARDO, Solaine. **Produção, Comercialização e Consumo Responsável no GCR/Feira Virtual Bem da Terra/Brasil.** Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

OXFAM BRASIL. **Terras e Desigualdade.** 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/terras-e-desigualdade>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

OXFAM BRASIL. **Informe: Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural.** 2016. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil\\_0.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil_0.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PATEO, Felipe Vella. O consumo responsável na construção da política pública de economia solidária. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade.** São Paulo: Instituto Kairós, 2017, p. 133-146.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 687-691.

PEREIRA, Elenita Malta. **Fim do futuro? O tempo no manifesto ecológico Brasileiro de José Lutzenberger**. XI encontro estadual de história: história, memória, patrimônio. FURG, Rio Grande/RS. Jul. 2012. Disponível em: <[http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346155397\\_ARQUIVO\\_temponomanifesto.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346155397_ARQUIVO_temponomanifesto.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2018.

PINA, Rute. Renúncias fiscais que favorecem o agronegócio crescem 8,3% no governo Temer. **Brasil de Fato: Uma visão popular do Brasil e do mundo**. São Paulo. Jun/2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/14/renuncias-fiscais-que-favorecem-o-agronegocio-crescem-83-no-governo-temer/>>. Acesso em: 05 out. 2019.

PISTELLI, Renata de Salles S.; MASCARENHAS, Thais Silva. **Caminhos para Práticas de Consumo Responsável: Organização de Grupos de Consumo Responsável**. São Paulo: Instituto Kairós. 2011.

PORTAL DO CONSUMO RESPONSÁVEL. **O que é, de onde partimos?** 2019. Disponível em: <<https://consumoresponsavel.org.br/carta-politica/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

PRATES JÚNIOR, Paulo; CUSTÓDIO, Aldo Max; GOMES, Thiago Oliveira. Agroecologia: reflexões teóricas e epistemológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 2015. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16783/12310>>. Acesso em: 26 out. 2019.

REDE CFES. **Economia Solidária** (folder). Trilhas da Inclusão. 2017. Disponível em: <<https://marista.edu.br/ims/wp-content/uploads/2017/07/Folder-Economia-SolidBraile.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

RÊGO, Diogo. O contexto brasileiro da produção ao consumo e uma experiência baiana que constrói alternativas. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017, p. 88-99.

REIS, Vilma. **Revista Problemas Brasileiros fala sobre o ‘Veneno no prato’**. ABRASCO, 2017. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/movimentos-sociais/revista-problemas-brasileiros-fala-sobre-o-veneno-no-prato/27842/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

RETIÈRE, Morgan. Alimentos sem veneno são sempre mais caros? Uma pesquisa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017, p. 43-65.

RIBEIRO, Mônica. **Eita: novas tecnologias para novas realidades**. EITA, 2016. Disponível em: <<https://eita.coop.br/2016/07/07/eita-novas-tecnologias-para-novas-realidades/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). **Ritimo: le changement par l'info!** 2019. Disponível em: <<https://www.ritimo.org/Rede-de-Tecnologia-Social>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. 3 ed., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2005.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Introdução. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* (orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017, p. 11-22.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **O movimento de Economia Solidária no Brasil e os Dilemas da Organização Popular**. 2010. 445f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SIMÕES, Mariana. Pesquisadora é perseguida após comprovar que não existe dose segura de agrotóxicos: Instituto Butantan negou que tivesse pedido estudos e depois proibiu autora de propor novas pesquisas por seis meses, decisão revertida na Justiça. **Agência Pública/Repórter Brasil**, Set./2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/09/pesquisadora-e-perseguida-apos-comprovar-que-nao-existe>>. Acesso em: 29 out. 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Política Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE**. Volume 5. Brasília, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 16, n. 23 pp. 150-166, Jul-dez./2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/2175/2389>>. Acesso em: 28 out. 2019.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador, ago. 2011. Disponível em: <[http://base.socioeco.org/docs/1299689283\\_arquivo\\_politicaspUBLICASdeEconomiasolidaria](http://base.socioeco.org/docs/1299689283_arquivo_politicaspUBLICASdeEconomiasolidaria)>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SOARES, Joao. **O que significa direita e esquerda no campo da economia?** Carta Capital. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-significa-direita-e-esquerda-no-campo-da-economia/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SCHMITT, Claudia Job; KATO, Karina. **A incorporação de um enfoque agroecológico às políticas de crédito rural e financiamento da agricultura familiar: questões para debate.** Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA. Projeto de cooperação técnica UTF/BRA/083/BRA. Nova organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira – uma necessidade. Texto de conjuntura N° 6, Rio de Janeiro, 2014.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera** – Ano 8, n. 7 – jul/dez 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>>. Acesso em: 20 out. 2019.

STÉDILE, João Pedro. **Provocações - com o líder do MST João Pedro Stédile.** 2013. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=rf\\_oVhMBtx8](https://www.youtube.com/watch?v=rf_oVhMBtx8)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. Soberania Alimentar. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário de Educação no Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 716-725.

TYGEL, Daniel. O que é o FBES. **Cirandas**, 2011. Disponível em: <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>>. Acesso em: 06 set. 2019.

UFPEL. Núcleo interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária. **O Tecsol.** Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/tecsol/o-tecsol/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016. 264 p. 13-16.

TECSOL, Núcleo interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária. **O Tecsol.** In: UFPEL. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/tecsol/o-tecsol/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

TENDLER, Silvio. **Documentário. O veneno está na mesa.** 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>>. Acesso em: 25 de mar. 2018.

TERRA SUL. **Feira Virtual Bem da Terra.** 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OFZlqUM8j6M>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

TERRA DE DIREITOS. **Entenda quem é a Via Campesina.** Terra de Direitos, 2008. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/entenda-quem-e-a-via-campesina/1040>>. Acesso em: 20 out. 2019.

TUMELERO, Silvana Marta. **Intersetorialidade nas Políticas Públicas.** Guaju, Matinhos, v.4, n.2, p. 211-230, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/62201/37266>>. Acesso em: 30 out. 2019.

TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; MARTINS, Evilhane Jum. Revolução Verde em ação versus revolução agroecológica em construção: os direitos da agrobiodiversidade e os caminhos para a sustentabilidade. *In*: CALGARO, Cleide; Rezende, Elcio Nacur. (Orgs). **XXV encontro nacional do CONPEDI - Brasília/DF: Direito e Sustentabilidade II**. Florianópolis/SC, 2016. Disponível em:

<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/dzoq9f77/uEGB6C0vwf48DB9T.pdf>>  
Acesso em: 06 mar. 2019.

TYGEL, Alan, GHISI, Ednubia; BORGES, Lizely. **Temos um governo que é uma representação corporativa dos agrotóxicos”, diz pesquisador**. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida, 2019. Disponível em:

<<https://contraosagrototoxicos.org/temos-um-governo-que-e-uma-representacao-corporativa>>.  
Acesso em: 29 out. 2019.

VERARDO, Luigi. Prefácio. *In*: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs.). **Consumo Responsável em Ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairó, 2017, p. 9-15.

VIA CAMPESINA. **Declaração da IV Conferência da Via Campesina**. La Via Campesina: Movimento Camponês internacional. São Paulo, 2004. Disponível em:

<<https://viacampesina.org/es/declaracion-la-iv-conferencia-de-la-via-campesina/>>. Acesso em: 02 out. 2019.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina**. São Paulo: Alameda, 2011.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, p. 503–515, 2009. Disponível em:

<<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/wewel-agroecology.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

XAVIER, Leonardo Pereira *et al.* Soberania Alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 4454-4466, nov. 2018. Disponível em:

<<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/532/554>>. Acesso em: 20 out. 2019.

XAVIER, Eudes. **Economia Solidária: um novo modo de viver**. Economia solidária e Políticas Públicas. Ipea, mercado de trabalho, n° 40, ago. 2009. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4087/1/bmt40\\_10\\_ECONS\\_mod0.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4087/1/bmt40_10_ECONS_mod0.pdf)>.  
Acesso em: 02 nov. 2019.

ZINGLER, Claudine Suellen *et al.* **Assessoria de Imprensa em um empreendimento de Economia Solidária: o caso da Feira Virtual Bem da Terra - Pelotas/RS**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba – PR, 2016.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero; PEREIRA, Larissa de Souza. Tecnologias Sociais e Economia Solidária: projetos certificados pela fundação Banco do Brasil. Economia Solidária e Políticas Públicas. **Mercado de trabalho**, n. 63, 2017. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8134/1/bmt\\_63\\_tecnologias.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8134/1/bmt_63_tecnologias.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2019.

## ANEXOS

Anexo A – Questionário 1 (Produzido pela FVBBDT, 2016)

### Feira Virtual Bem da Terra (80 respostas)

#### Pesquisa para consumidores ativos

---

Nós identificamos ao menos um pedido seu nos últimos três meses. Se este não for o seu caso, por favor, retorne o e-mail solicitando um outro questionário.

##### Idade

- 16 a 24 anos
- 25 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- 60 anos ou mais

##### Bairro

- Centro
- Areal
- Fragata
- Três Vendas
- Laranjal
- Fátima/Navegantes
- Other: \_\_\_\_\_

##### Profissão

\_\_\_\_\_

##### Renda Pessoal (bolsa, mesada, salário, auxílios, etc)

- Menos de R\$ 880,00
- De R\$ 880,01 a R\$ 1.760,00
- De R\$ 1.760,01 a R\$ 2.640,00
- De R\$ 2.640,01 a R\$ 3.520,00
- De R\$ 3.520,01 a R\$ 4.400,00
- De R\$ 4.400,01 a R\$ 5.280,00
- Mais de R\$ 5.280,01

**Renda Familiar**

- Menos de R\$ 1.760,00
- De R\$ 1.760,01 a R\$ 3.520,00
- De R\$ 3.520,01 a R\$ 6.160,00
- De R\$ 6.160,01 a R\$ 8.800,00
- De R\$ 8.800,01 a R\$ 13.200,00
- De R\$ 13.200,01 a R\$ 17.600,00
- Mais de R\$ 17,600,01

**Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-Graduação incompleta
- Pós-Graduação completa

**Tipo de Alimentação**

- Crudívora
- Vegana
- Vegetariana
- Onívora
- Other: \_\_\_\_\_

**Orientação Política**

- Centro
- Centro-direita
- Centro-esquerda
- Direita
- Esquerda
- Other: \_\_\_\_\_

**Orientação Sexual**

- Bissexual
- Heterossexual
- Homossexual
- Transexual
- Other: \_\_\_\_\_

**Você participa ativamente de alguma outra organização social (movimento social/político, sindicato, associação etc.)?**

- Sim
- Não

**Qual(is) movimento(s) social(is) você faz parte?**

\_\_\_\_\_

**Quantas pessoas consomem os produtos que você adquire na Feira Virtual Bem da Terra?**

\_\_\_\_\_

**Qual foi seu principal canal de aproximação com a Feira Virtual Bem da Terra?**

- Amiga/amigo
- Colega de trabalho
- Espaço acadêmico (aula, artigo científico, etc)
- Familiar
- Informação por rádio / televisão
- Internet / redes sociais
- Movimento social
- Notícia em veículo impresso
- Other: \_\_\_\_\_

**Que motivo foi decisivo para você ingressar na Feira? Se necessário, marque mais de uma alternativa.**

- Cuidados com a saúde (produtos naturais/orgânicos)
- Qualidade diferenciada dos produtos (sabor, artesanal, 'origem colonial', etc)
- Cuidados com o meio ambiente (sustentabilidade dos processos, equilíbrio ecológico, etc)
- Solidariedade social (apoio à agric.familiar e à produção artesanal, empreend. solidários, etc)
- Processo cooperativo da FV (participação nos núcleos, transparência da gestão, etc)
- Desenvolvimento local (priorizar a produção da 'nossa' região)
- Todas as motivações anteriores tiveram o mesmo grau de importância
- Praticidade de compras
- Other: \_\_\_\_\_

Enumere pela ordem de importância – onde “1” é o mais importante – quais os motivos que a/o levam a permanecer na Feira Virtual Bem da Terra.

	1	2	3	4	5	6	7	8
Cuidados com a saúde (produtos naturais/orgânicos)	<input type="radio"/>							
Qualidade diferenciada dos produtos (sabor, artesanal, 'origem colonial', etc)	<input type="radio"/>							
Cuidados com o meio ambiente (sustentabilidade dos processos, equilíbrio ecológico, etc)	<input type="radio"/>							
Desenvolvimento local (apoio à agricultura familiar da região e à produção artesanal, empreendimentos solidários, etc)	<input type="radio"/>							
Processo cooperativo da FV (participação nos núcleos, transparência da gestão, etc)	<input type="radio"/>							
A adaptação à rotina e a praticidade da compra (comprar pela plataforma, horário de entrega, localização do CD etc)	<input type="radio"/>							
A variedade de produtos ofertados pela Feira Virtual	<input type="radio"/>							
O preço dos produtos em relação ao mercado convencional	<input type="radio"/>							

Você encontrou algum problema para se adaptar à dinâmica da Feira? Se necessário, marque mais de uma alternativa.

- Não
- Incorporar à minha rotina o processo de realização do pedido na plataforma
- Incorporar o hábito de buscar os produtos no sábado
- Participar das reuniões do núcleo
- Fazer as separações no sábado pela manhã
- Cumprir a cota mínima mensal de pedidos
- A forma de pagamento (em dinheiro, à vista)
- Mau funcionamento do meu núcleo
- Other: \_\_\_\_\_

Você considera que seu envolvimento na Feira... (se necessário, marque mais de uma alternativa)

- Faz de você uma pessoa melhor
- Contribui para melhorar as outras pessoas ao seu redor
- Dá uma sensação de pertencimento a algo 'bom' e 'maior que eu'
- Lhe dá a sensação de fazer o 'certo', ainda que não seja o 'comum'
- Lhe desperta sérias dúvidas sobre a possibilidade de continuidade do processo
- Lhe dá satisfação por lhe fazer sentir-se 'diferente' dos 'outros consumidores' (convencionais)
- Lhe dá satisfação por fazer sentir-se 'entre iguais'
- Other: \_\_\_\_\_

## Sobre a sua experiência com a Feira Virtual, você diria que...

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Confio nas informações transmitidas pelos produtores da FV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A qualidade dos produtos corresponde àquilo que a FV se propõe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A apresentação/embalagem dos produtos é coerente com a proposta da FV.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A variedade de produtos ofertados corresponde àquilo que a FV se propõe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O preço dos produtos ofertados na FV permite que ela seja meu principal local de compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A variedade de produtos ofertados na FV permite que ela seja meu principal local de compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os produtos ofertados na FV apresentam um preço justo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A qualidade dos produtos permite que a FV seja meu principal local de compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os casos de produtos não entregues afetam negativamente a minha avaliação sobre a FV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A forma de organização da FV estimula a participação dos consumidores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe grande envolvimento dos participantes na FV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O núcleo do qual eu participo funciona adequadamente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os encontros de consumidores estimulam a participação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu me considero envolvida/o e comprometida/o com a FV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu poderia e gostaria de me envolver mais com a FV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A gestão da FV é transparente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há algum aspecto não destacado nesta pesquisa sobre a Feira Virtual Bem da Terra que você gostaria de salientar?

---

## **Pesquisa Consumidoras/es Feira Virtual Bem da Terra (62 respostas)**

Agradecemos imensamente a sua participação. Ela é muito importante!

### **Núcleo do Consumo:**

---

#### **1) Como conheceu a feira?**

- Através de panfletos
- Pela Rádio/TV
- Conversando com produtoras/es
- Pela internet
- Indicação de conhecido/a
- Outro

#### **Se outro, qual?**

---

#### **2) Com que frequência consome na feira?**

- Todos os ciclos
- Todos os meses
- Para manter o consumo mínimo
- Quando recebe a informação que o ciclo está ocorrendo

#### **3) Qual foi a sua motivação inicial para realização de compras na Feira Bem da Terra? (Assinale até duas alternativas)**

- Pela qualidade dos produtos
- Porque são saudáveis/agroecológicos
- Porque possui necessidade específica ou restrição alimentar
- Porque são de grupos/ Associações/ Cooperativas
- Porque quer ajudar
- Outro

#### **Se outro, qual?**

---

**4) Das categorias abaixo (a, b, c...) quais produtos você sempre compraria se tivesse:  
(Liste somente aqueles que considera mais importantes)**

**a) Hortaliças**

---

**b) Frutas**

---

**c) Alimentação (panificados, doces e processados)**

---

**d) Bebidas (sucos, alcoólicos, lácteos)**

---

**e) Grãos e cereais**

---

**f) Artigos artesanais**

---

**g) Vestuário**

---

**h) Cosméticos, higiene pessoal e beleza**

---

**i) Limpeza**

---

**j) Produtos medicinais**

---

**k) Plantas e flores**

---

**l) Outro. Qual?**

---

**5) Quais produtos você julga importante que NÃO faltem na Feira? (Liste somente aqueles que considera mais importantes)**

---

**6) Como avalia a apresentação dos produtos (embalagem)?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**7) Como avalia as informações disponíveis nos produtos? (ingredientes, data de fabricação, validade e outros)**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**8) Como avalia a exposição dos produtos (disposição e acondicionamento no CD)?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**9) Como você avalia a disponibilidade (oferta constante) de produtos?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**10) Como avalia a diversidade de produtos existentes?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**11) Como você avalia a qualidade dos produtos?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**Se Regular, Insuficiente ou Muito Insuficiente, por favor, comente:**

---

**12) Como você avalia o preço dos produtos?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**13) Você consegue atingir a cota mínima de consumo (atualmente 140,00 por trimestre, mas anteriormente 60,00 por mês)?**

- Sim
- Não

**14) Você considera fácil atingir a cota mínima?**

- Sim
- Não

**15) Como você avalia a ferramenta/plataforma de pedidos (Cirandas)?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**16) Como avalia os dias/horário de abertura(segunda, 18h) e encerramento (quinta, 14h) do ciclo de pedidos?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**17) Como você avalia o espaço físico da Feira?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**Se Regular, Insuficiente ou Muito Insuficiente, por favor, dê sua sugestão:**

\_\_\_\_\_

**18) Como você avalia a comunicação interna da Feira?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**19) Como você avalia a organização/participação (autogestão) na Feira?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**20) Como você avalia divisão do trabalho na Feira?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**21) Como você avalia a organização do seu Núcleo de Consumidores/as?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**22) Como você avalia a comunicação interna do seu Núcleo?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**23) Você concorda com a existência dos requisitos de: (Responda as alternativas A e B)**

**a) Trabalho voluntário (separação/ facilitação/ articulação/representante em GT ou comissão especial)?**

- Sim
- Não

**b) Participação no Núcleo (1 reunião ordinária a cada três meses)?**

- Sim
- Não

**24) Você consegue cumprir os requisitos mínimos de trabalho?**

- Sim
- Não

**Por que?**

---

**25) Como você avalia a oficina de acolhida de novas/os consumidores/as?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**26) Você julga conhecer o funcionamento geral da Feira (finalidade, conceitos, organização e outros)?**

Sim  Não

**27) Como você avalia as atividades formativas internas (oficinas, rodas de conversa, vivências e outros)?**

- Muito suficiente  
 Suficiente  
 Regular  
 Insuficiente  
 Muito insuficiente

**Se Regular, Insuficiente, Muito Insuficiente, por favor, dê sua sugestão:**

---

**28) Como você avalia os espaços de integração entre consumidores/as e produtores/as da Feira?**

- Muito suficiente  
 Suficiente  
 Regular  
 Insuficiente  
 Muito insuficiente

**29) Como você avalia os horários de recebimento e organização (manhã) e entrega (tarde) de produtos da Feira (aos sábado)?**

- Muito suficiente  
 Suficiente  
 Regular  
 Insuficiente  
 Muito insuficiente

**30) Você tem conhecimento dos atuais horários de funcionamento da Feira (sábado e demais dias de abertura do Centro de Distribuição)?**

Sim  Não

**31) Tem dificuldades com a forma de pagamento?**

Sim  não

**Se sim, qual?**

---

**32) Como você avalia a divulgação/comunicação externa da feira?**

- Muito suficiente
- Suficiente
- Regular
- Insuficiente
- Muito insuficiente

**33) Quais meios de comunicação você considera apropriado para receber informações sobre a Feira? (Marque por ordem de importância, sendo "1" mais importante "5" menos importante)**

	1	2	3	4	5
E-mail	<input type="radio"/>				
Facebook	<input type="radio"/>				
Whatsapp	<input type="radio"/>				
Boletim impresso	<input type="radio"/>				
Boletim online	<input type="radio"/>				

**Se outro, qual?**

---

**34) Quais canais você mais utiliza para buscar informações sobre consumo saudável e solidário? (Marque por ordem de importância, sendo "1" mais importante "5" menos importante)**

	1	2	3	4	5
Panfletos	<input type="radio"/>				
Rádio/TV	<input type="radio"/>				
Internet	<input type="radio"/>				
Jornais	<input type="radio"/>				
Livros/Textos	<input type="radio"/>				

**35) Quais instrumentos você acha que podem ser mais utilizados para divulgação/ ampliação da Feira Virtual ? (Marque por ordem de importância, sendo "1" mais importante "5" menos importante)**

	1	2	3	4	5
Panfletos	<input type="radio"/>				
Rádio/TV	<input type="radio"/>				
Internet	<input type="radio"/>				
Jornais	<input type="radio"/>				
Livros/Textos	<input type="radio"/>				

**Se outro, qual?**

---

**OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES GERAIS**

---

**OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!!**

---